

ARQUEOLOGIA de ENGENHOS

Organizadores

Cláudia Oliveira

Neuvânia Cutti Guethi

Scott J Allen

Volume 2
Tecnologias,
Produção e Consumo

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 2 – Tecnologias,
Produção e Consumo

Organizadores
Cláudia Oliveira
Neuvânia Cutti Guethi
Scott J Allen

ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS

Volume 2 – Tecnologias,
Produção e Consumo



Recife 2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

A772 Arqueologia de engenhos, volume 2 : tecnologias, produção e consumo / organizadores : Cláudia Oliveira, Neuvânia Curty Guetti, Scott Allen. – Recife : Editora UFPE, 2017.
214 p. : il.

Vários autores.
Inclui referências.
ISBN 978-85-415-1169-8

1. Arqueologia e história. 2. Engenhos – Pernambuco – História. 3. Usinas de açúcar – Pernambuco – História. 4. Arqueologia social – Pernambuco. 5. Patrimônio cultural – Pernambuco. I. Oliveira, Cláudia (Org.). II. Guetti, Neuvânia Curty (Org.). III. Allen, Scot Joseph (Org.).

930.1

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-106)

SUMÁRIO

Apresentação	7
OS ENGENHOS COLONIAIS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO: o engenho Jaguaribe – primeiros resultados da pesquisa arqueológica <i>Cláudia Alves de Oliveira</i> <i>Pedro Jiménez Lara</i> <i>Luiz Severino da Silva Jr.</i>	9
PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO ENGENHO ALAGADIÇO NOVO – PRIMEIRO ENGENHO A VAPOR DO CEARÁ <i>Marcos Albuquerque</i> <i>Veleda Lucena</i>	41
MEMÓRIA E TECNOLOGIA: a produção do açúcar e os remanescentes dos antigos engenhos alagoanos <i>Bianca Machado Muniz.</i>	71
PODER E CONSUMO NO ENGENHO INHAMÃ, LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL <i>Vanessa Rodrigues</i> <i>Cláudia Oliveira</i> <i>Amanda Tavares</i> <i>Jaqueline Lima</i>	87
MONJOPE, UM ENGENHO JESUÍTA <i>Fernando Antônio Guerra de Souza</i>	111
ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS: aspectos históricos do engenho Riacho Grande em Capela-SE <i>Gustavo Cabral Marins</i> <i>Ton Ferreira</i>	125
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NA SESMARIA JAGUARIBE, PE, BRASIL, SÉCULOS XVI E XVII <i>Carlos Rios</i> <i>Marcelo Lins</i>	151

ENGENHOS E RELAÇÕES CULTURAIS MARÍTIMAS: fôrmas de pão de açúcar submersas na Baía de Todos-os-Santos	
<i>Cristiane Eugênia Amarante</i>	169
RESUMOS: Tecnologia, produção e consumo	183

APRESENTAÇÃO

A presente obra emerge como resultado dos trabalhos apresentados no I Simpósio Internacional Arqueologia de Engenhos; estando o presente volume dedicado ao eixo temático Tecnologias, Produção e Consumo, que buscou analisar temas correlacionados as investigações arqueológicas e discussões históricas sobre a produção e consumo dos engenhos; elementos materiais associados com os lugares de memória social; bem como as problemáticas associadas às pessoas e aos grupos que viveram nesses locais. Assim, os artigos reunidos neste volume abordam os engenhos articulando-os com as pessoas, lugares, tecnologias, produtos, consumo, políticas e identidades. Portanto, discute-se os diferentes significados dos engenhos, assim como os processos sociais e os atores que ocuparam, transformaram e ressignificaram esses espaços.

Neste mister, no capítulo de abertura do livro Oliveira e colaboradores apresentam as intervenções arqueológicas realizadas no Engenho Jaguaribe, umas das primeiras fábricas de açúcar a serem instaladas no litoral Norte de Pernambuco, e discutem a relevância destas ações para a ampliação das informações sobre a organização espacial e fases construtivas deste Engenho. Questões similares também são abordadas por Albuquerque e Lucena no capítulo seguinte, todavia, o contexto desvelado por esses os autores esta associada à implantação do primeiro engenho a vapor do estado do Ceará.

No terceiro capítulo Muniz discorre sobre os processos e tecnologias de produção do açúcar, além disso, tendo como mote os antigos engenhos alagoanos, a autora problematiza o estado de conservação e as modificações infligidas no conjunto arquitetônico das fábricas de açúcar de Alagoas. Por sua vez, Rodrigues e Oliveira, tendo como base a coleção de fragmentos de louças recuperadas durante os trabalhos arqueológicos no Engenho Inhamã (PE), procuram analisar o comportamento de consumo, e identificar as origens e os tipos de louças utilizadas pelos moradores deste engenho.

A atuação inaciana na economia açucareira é abordada por Souza, no quinto capítulo, através do estudo de caso do Engenho Monjope, uma fábrica de açúcar cuja produção garantia uma importante fonte de renda para a Companhia de Jesus na Capitania de Pernambuco. Já no sexto capítulo Marins e Ferreira analisam as especificidades da produ-

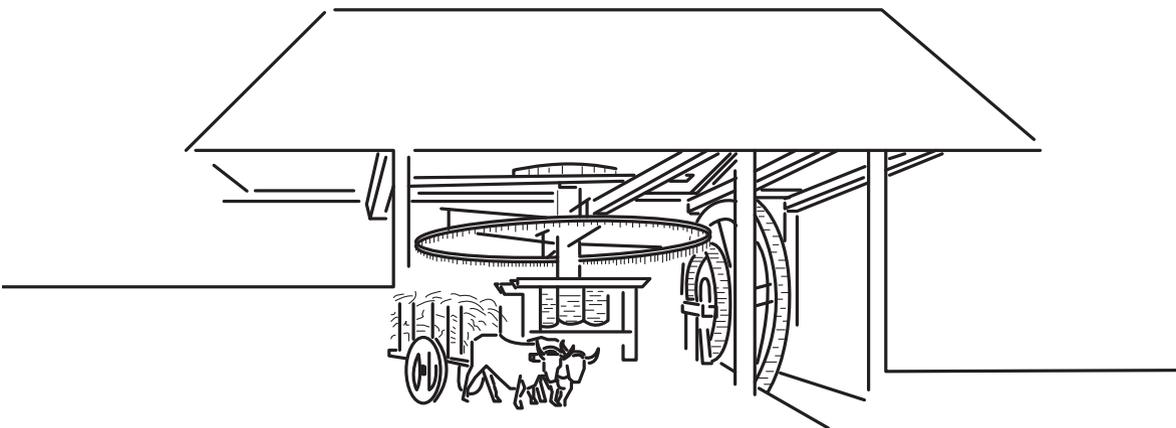
ção açucareira no Engenho Riacho Grande em Sergipe, buscando discutir suas origens, desenvolvimento, e inserção na paisagem.

Por fim, os capítulos que encerram este livro estão dedicados aos temas náuticos e à arqueologia subaquática. Deste modo, Rios e Lins Junior, no sétimo capítulo, analisam a importância do transporte aquático para o escoamento da produção açucareira na Sesmaria Jaguaribe, litoral norte de Pernambuco, e a partir da apreciação das condições de navegabilidade dos cursos d'água locais identificam os tipos embarcação que poderiam ser utilizados para o transporte da produção local. Por sua vez, no derradeiro capítulo, Amarante realiza o mapeamento de antigas estruturas emersas e submersas associadas a produção açucareira na Baía de Todos os santos, e além disso, dedica-se a análise dos artefatos encontrados, em especial as formas de pão de açúcar.

Assim, a presente obra oferece uma visão polissêmica sobre os múltiplos contextos cronológicos, espaciais e temáticos associados ao estudo arqueológico e histórico das antigas fábricas de açúcar, demonstrando a relevância e necessidade da ampliação de novas leituras sobre esses contextos.

Alencar de Miranda Amaral

Professor do Colegiado
de Arqueologia e Preservação
Patrimonial da Univasf.



OS ENGENHOS COLONIAIS NO LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO: o engenho Jaguaribe - primeiros resultados da pesquisa arqueológica

*Cláudia Alves de Oliveira¹
Pedro Jiménez Lara²
Luiz Severino da Silva Jr.³*

A história dos engenhos ligada diretamente à conquista portuguesa apresenta, no litoral norte de Pernambuco, em particular na

1 Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

2 Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana (México).

3 Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

área da antiga Sesmaria Jaguaribe, hoje pertencentes aos municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, os primeiros pontos dessa conquista com a instalação dos engenhos Jaguaribe e Inhamã, listados como uns dos primeiros engenhos do Brasil. Nesta pesquisa, nos interessa especialmente, a relação dos dispositivos legais da coroa portuguesa e aplicação efetiva na colônia brasileira. Como parte do projeto desenvolvido nesta região há mais de dez anos, procura-se reconstituir a história desses engenhos, analisar o processo de interação social entre os colonizadores e os grupos indígenas, estabelecer o traçado arquitetônico, identificar as técnicas construtivas, assim como elaborar um projeto de preservação das ruínas dos engenhos.

O interesse da pesquisa arqueológica centra-se na história de Pernambuco e no período colonial no Nordeste, e este trabalho apresenta os primeiros resultados do sistema construtivo adotado pelos portugueses no Engenho Jaguaribe, localizado nas terras onde iniciou-se a ocupação do litoral entre as antigas Vilas de Olinda e Igarassu, núcleos urbanos formados, segundo a historiografia, a partir da extinção de populações indígenas.

Conforme os dados históricos, a coroa portuguesa estabelecia para a instalação dos engenhos e freguesias, uma distância que não deveria ser inferior a uma légua ou 6 km, entretanto, as recentes descobertas arqueológicas no litoral norte de Pernambuco, têm demonstrado que a distância não foi respeitada e que muito provavelmente a participação de grupos indígenas, no processo de desenvolvimento da região, foi maior do que até então se pensava. Até bem pouco tempo, a noção de espaço pautou-se em referenciais econômicos e materiais, marcados por interesses de segmentos sociais que excluía a participação dos indígenas enquanto sujeitos do processo histórico. Pois, a tendência geral é a ênfase na presença dos negros como sustentáculo de toda uma economia açucareira, e esta omissão tem sido paulatinamente revista. Em nossos estudos, entendemos que a presença indígena nos engenhos dos séculos XVI e XVII, ainda deve ser ampliada.

1. Delimitação das fronteiras

Iniciada com a ocupação portuguesa, a produção do açúcar no Brasil desponta logo após a exploração do pau-brasil, extraído pelos

índios, e a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, na década de 1530. Oficialmente teria ocorrido a eliminação e escravização dos povos indígenas e a transformação da economia da extração de madeira de tinta para a lavoura de cana-de-açúcar.

No sistema das capitânicas hereditárias, a divisão do território ocorre por meios dos limites naturais da terra e, neste período, também foram delimitadas as primeiras sesmarias⁴. As terras do Brasil são doadas pela “graça real” aos donatários investidores e produtores, porém continuam sob o domínio régio. Assim, Dom João III divulgou, em 1532, a intenção de dividir a Colônia em 15 vastas faixas de terra. O rei, portanto, entregava uma capitania a um membro da corte de sua confiança que a partir de então, se transformava em capitão donatário (VIEIRA, 2010).

Por Carta de Doação de 10 de março em 1534, o Capitão Duarte Coelho foi agraciado por D. João III, com a Capitania de Pernambuco. A Pero Lopes de Souza foram doadas 30 léguas contíguas de Pernambuco, ao norte da foz do rio Igarassu, em cuja margem esquerda existira uma das feitorias de Cristóvão Jacques, até a baía da Traição (grande parte do estado da Paraíba) e a ilha de Itamaracá, que dava o nome desta capitania (OLIVEIRA LIMA, 1975).

A capitania de Pernambuco possuía 60 léguas de litoral e 12.000 léguas quadradas, abrangendo, juntamente com a capitania de Itamaracá, grande parte do atual estado de Pernambuco, Alagoas, Ceará, pequena parte do sul do Rio Grande do Norte, Paraíba, parte do Maranhão e Tocantins e a região norte da Bahia, com posse exclusiva da margem esquerda do Rio São Francisco.

Em nove de março no ano 1535, acompanhado de sua comitiva, composta de familiares, parentes e amigos, Duarte Coelho, chega pela barra sul do canal de Itamaracá, no rio Santa Cruz, desembarcando na área da feitoria⁵ régia criada por Cristóvão Jacques em 1516, e toma posse de sua Capitania, iniciando o processo das instalações dos primeiros

4 Segundo Raymundo Faoro (2009: 124) o termo **sesmaria** se referia as propriedades não aproveitadas que eram, assim, doadas a outros proprietários que pudessem cultivá-la. Verifica-se, portanto transtornos legais, pois como se sabe já existia proprietários nativos que vão causar grande empecilho na instalação dos primeiros engenhos nas capitânicas com diversas revoltas.

5 FEITORIA que a princípio serviam como armazéns para se estocar e embarcar o pau-brasil e que transformou com o tempo em postos comerciais.

engenhos em Pernambuco. Essa área ficaria situada entre os limites das Capitânicas de Pernambuco e de Itamaracá, onde teria sido implantado o marco de limites entre as duas possessões, conhecido por Sítio dos Marcos, em Igarassu.

No Sistema de Capitânicas Hereditárias, o rei de Portugal transferia a responsabilidade de ocupar e colonizar o território colonial para um membro da corte de sua confiança, o capitão donatário. Entretanto, esse capitão deveria seguir uma série de regras, como por exemplo: não poderia vender as terras, apenas serem herdadas. Quando o capitão tomava a posse da terra, a Coroa portuguesa entregava dois documentos, a **Carta de doação** (afirmava que a Coroa havia cedido uma determinada terra a um determinado capitão, e este não poderia negociá-la de maneira nenhuma) e o **Foral** que indicava os direitos e as obrigações do capitão. Poderia assim, o capitão fundar vilas, construir engenhos, cobrar tributos, nomear funcionários e aplicar a justiça, podendo até decretar a pena de morte para escravos, índios e homens livres, além de adquirir alguns direitos de isenção de taxas, venda de escravos e índios, porém, parte dos lucros era destinada a Coroa Portuguesa.

Em Olinda, Duarte Coelho instala a sede da Capitania e através do Foral em 12 de março de 1537, demarca suas terras e reservas partes dela como bem comum. As vilas de Olinda e Santa Cruz (Igarassu) são delimitadas, ficando as terras para o sul com o termo Olinda e, as do rio Doce, que se chama Paratibe, para o norte com o termo de Santa Cruz. Esse Foral é o primeiro documento oficial de delimitação entre duas vilas criadas até aquele momento.

Duarte Coelho dirigiu pessoalmente o povoamento e desenvolvimento da capitania, possivelmente conciliou, nessa primeira fase, seus interesses com os indígenas locais. Conforme Shwartz (1988 p. 33),

“As relações com os nativos da região foram facilitadas por uma série de uniões entre índias e colonos, entre os quais estava Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário. Tais laços pessoais mostraram-se valiosíssimos mais tarde, quando os portugueses precisam repelir a resistência organizada dos indígenas. Duarte Coelho trabalhou ativamente em defesa de seus interesses de proprietário, atentando em especial para os alicerces econômicos de seus domínios.”

Entre uma série de direitos conferidos a Duarte Coelho, um em especial era muito importante no auxílio da ocupação europeia no Brasil: o direito de doar sesmaria. Assim instalada a sede da capitania, Duarte Coelho inicia a doação de terras para promover o povoamento.

2. A sesmaria Jaguaribe

A primeira das sesmarias doadas por Duarte Coelho, data de 24 de julho de 1540 ao feitor e almoxarife da fazenda real Vasco Fernandes de Lucena, Cavaleiro da Casa Real, o qual fazia parte de sua comitiva. Fernandes havia sido declarado feitor e almoxarife de Pernambuco em 22 de abril de 1534⁶ e tinha o direito com seu cargo, de captar para si dois por cento de toda renda e direitos arrecadados para a coroa. Ele foi um dos principais colonos no início da ocupação europeia, e recebeu um dos primeiros e melhores lotes de terras doados na capitania. Apenas em 1548, através da venda do pau-brasil, procura obter recursos para a construção do engenho em Jaguaribe⁷

Esta sesmaria tinha uma légua de terras ao comprido por uma légua de terra de largura, situada ao norte de Olinda, no Jaguaribe; cabendo a Vasco um quarto desta terra, e o restante, um quarto para cada um dos seus filhos: Clara Fernandes, Francisco Fernandes e Sebastião Fernandes. Nesta terra Vasco Fernandes implantou uma fábrica de açúcar a qual denominou de Engenho Jaguaribe. Esta sesmaria é a única encontrada lavrada pelo donatário Duarte Coelho e no livro do tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda⁸, na carta de doação de Duarte Coelho encontra-se a seguinte descrição:

6 Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Nota 27, pg. 108-110.

7 Cartas de Duarte Coelho a El Rei. pg. 93.

8 Livro do Tombo do Mosteiro de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, RIAHGP, vol. XLI, 1948, P.287.

“Duarte Coelho capitam e Governador destas terras da Nova Lusitânia, etc. Faço saber a quantos esta minha Carta virem, que a mim praz e hey por bem de dar, e doar deste dia para todo o sempre a Vasco Fernandes Cavalleiro da caza del Rey nosso senhor, e seo Feitor, e Almojarife nesta dita terra, a terra que tem em Jagoaribe, a qual terra tem huma Legoa de cumprido, e outra de Largo, a saber, que desta terra (fl. 156) declarada dou ao dito Vasco Fernandes para elle o quarto della, e outro quarto a Sebastiam Fernandes seo filho, e outro quarto dou a Clara Fernandes, todos filhos do dito Vasco Fernandes, a qual terra assim demarcada o dito Vasco Fernandes a repartira por elles ditos seos filhos como verdadeyro Pay, para que nam tenham nenhumas baralhas huns com os outros, a qual se demarcará da maneira seguinte:- Da Feitiçaria dos Índios direito a onde se mette o rio Jagoaribe com o rio que se chama Ayamá, e pelo Ayamá arriba athé a riba da Aldeia velha, que foi de Cristóvam Índio a outra caza velha que foi de hum Indio, que se chama Aberana, aonde estão dous cajus muito grandes, e dali vay direito a hum outeiro grande, que está ao Sudueste, que se chama Miaribi Poema, e dali corre direito a outro outeiro que está ao Sudueste, e correndo deste dito outeiro ao Sueste, e a quarta do Sul, todas as agoas vertentes para a banda de Leste ficaram na dita terra, e vay correndo para o Sueste, e a quarta do Sul athe hum rio que se chama Mirueira, onde se acaba a dita Legoa, e dali tomara ao Nordeste, e a quarta do Norte e a entestar nas ditas Feitiçarias, onde se acaba a dita demarcação,...”

Muitas outras terras da capitania foram doadas e nos anos subsequentes várias pessoas começaram a vir para a capitania de Pernambuco, implantando fábricas de açúcar e vivendas para suas moradias, o que acarretou a sua colonização e desenvolvimento econômico, qualificando esta capitania como a mais próspera no sistema de capitanias hereditárias implantadas no Brasil.

Vasco Fernandes de Lucena teria sido de grande valia no processo de pacificação dos índios, principalmente por sua habilidade no conhecimento de sua língua. Segundo Frei Vicente do Salvador (1889:48) era um homem temido e estimado entre os nativos, sendo considerado pelo chefe deles como um feiticeiro, que tinha muita honra em tê-lo como genro. Ele teria servido de mediador nas negociações com os naturais da localidade.

“sua facilidade na comunicação com os nativos acreditam alguns historiadores que Vasco Fernandes tenha tido vários filhos com as nativas das aldeias vizinhas, principalmente as da região do Jaguaribe onde tinha sua fazenda, sendo considerado um segundo Adão pernambucano, uma vez que do primeiro, Jerônimo de Albuquerque, se tem notícias de sua descendência. Posteriormente, sua esposa e seus três filhos Francisco, Sebastião e Clara, vieram a Pernambuco onde viveram na companhia de seu pai”.(Galvão e Gomes (2001 pag. 3)

3. A produção do açúcar

A Capitania de Pernambuco em 1580 era a principal região produtora de açúcar no Brasil, contando com sessenta e seis engenhos moentes. O padre Jácome Monteiro, jesuíta, na sua Relação da Província do Brasil, em 1610 registra que Pernambuco tinha cento e vinte engenhos.⁹

Na Capitania de São Vicente, localizada no atual estado de São Paulo, teria sido iniciada a plantação de cana-de-açúcar no ano de 1522, entretanto, foi predominante no Nordeste brasileiro que essa produção encontrou condições ideais para o desenvolvimento, devido às condições favoráveis a esta atividade, terras úmidas do solo massapê, clima quente e úmido com períodos de chuvas concentrados quando a cana

9 GOMES, Geraldo. *Engenho & Arquitetura*, Op. cit., 1998, p. 9.

era planta, e um período seco útil para a moagem, oferta de mão de obra, transporte barato para os portos, além de uma topografia adequada ao cultivo da cana. Os engenhos novos instalados recebiam da coroa uma isenção do dízimo por dez anos, estabelecido no alvará de 20 de julho de 1551 (ANDRADE 1971; SCHWARTZ 2004).

Em fins do século XVI e princípios do XVII, segundo o cronista Ambrósio Fernandes Brandão, as capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba rendiam mais para os cofres do rei de Portugal que todas as Índias Orientais, haja vista o baixo custo de produção e transporte de açúcar em relação às especiarias hindus, favorecendo, assim o desenvolvimento do comércio do açúcar. A renda líquida era maior que o ouro (ANDRADE, 1971).

Dizem os cronistas que já em 1535 os engenhos passaram a funcionar na Capitania de Pernambuco e, junto àquelas que mais tarde denominaram-se suas anexas e a Capitania da Bahia. Pernambuco manteve-se por mais de dois séculos, liderando na Colônia a produção e o comércio do açúcar voltado para o mercado mundial, correspondendo, assim, às expectativas da lógica de mercantilismo português, que pensou sua colônia americana como um mundo ordenado para exportação (BARBOSA et al., 2006).

Na época da invasão de Pernambuco pelos holandeses, em 1630, havia aproximadamente 350 engenhos de açúcar em operação no Brasil, entretanto, segundo Schwartz (2004), as operações da guerra holandesa destruíram engenhos, do mesmo modo que as campanhas militares e as operações de guerrilha no Brasil holandês após 1645 devastaram a economia do açúcar na região. Após a invasão holandesa, Pernambuco levou mais de um século para recobrar-se da destruição dos engenhos, do gado e dos recursos de capital.

O açúcar se constituiu no setor mais importante da economia colonial. Durante os cem anos decorridos de 1580 a 1680, o Brasil foi o maior produtor e exportador mundial de açúcar, sendo os principais pontos de produção os estados de Pernambuco, o Recôncavo Baiano, o Maranhão, o Rio de Janeiro e São Paulo.

No período republicano, Pernambuco ainda se mantém no sistema exploratório tradicional das grandes plantações de cana de açúcar, embora ampliando suas indústrias. Uma nova categoria de mão de obra passa a caracterizar a modernização das relações de trabalho e começam a ser criados incentivos ao desenvolvimento do Nordeste, como foi

o caso da SUDENE. A expansão de polos industriais para o interior do estado é evidente e necessária quando da construção de ferrovias e rodovias; o setor de serviços é ampliado nas últimas décadas com a modernização da administração pública pernambucana¹⁰.

4. Os primeiros engenhos

Em 1534, foi erigido o primeiro engenho de açúcar em Pernambuco, era o engenho de Nossa Senhora da Ajuda, pertencente a Jerônimo de Albuquerque, cunhado do donatário Duarte Coelho. Os judeus foram responsáveis por sua construção, fugidos de perseguição religiosa se estabeleceram na colônia, assim como operários das ilhas de São Tomé e Madeira (SCHAWART, 1988).

Duarte Coelho, em carta de novembro de 1550, informa ao Rei de Portugal sobre a capitania e se refere a cinco engenhos já funcionando em Pernambuco¹¹:

O *engenho Salvador* de Duarte Coelho, fundado em 1542, construído em local ignorado, mas no Beberibe;

O *engenho Velho*, chamado também de Beberibe, fundado pelo cunhado do capitão donatário, Jerônimo de Albuquerque, de invocação de N. Senhora da Ajuda. Teria funcionado por pouco tempo, trocando-se a cultura da cana pela exploração de cal, onde hoje está instalada a “Fosforita Olinda”;

O *engenho de Igarassu*, onde foi fundada a primeira vila de Pernambuco, de Afonso Gonçalves;

O *engenho Camaragibe*, que já estava erguido antes de 1549, por um grupo associado a Diogo Fernandes¹²;

10 Sobre essa periodização ampla, ver o resumo em <http://www.pe.gov.br/conheca/historia/>. Acessado em 08 de junho 2015.

11 IDEM, nota 56, pg. 114.

12 Segundo Costa Porto teria sido o Engenho Santiago, de Olinda, de Diogo Fernandes, marido da famosa Branca Dias e que, como o de Igarassu, foi destruído na luta com o indígena, de 1553.

O *engenho Inhaman*, fundado por Vasco Fernandes Lucena¹³.

Os engenhos Inhaman e Jaguaribe foram construídos nas terras da Sesmaria Jaguaribe por Vasco Fernandes. Segundo Costa Porto (1965:66-67), o Engenho Jaguaribe foi um dos cinco primeiros engenhos de Pernambuco, tendo sua capela sendo erguida com a invocação de Nossa Senhora de Guadalupe (no mapa de Pieter Mortier, 1700)¹⁴ e mais tarde, passou para a invocação de Santo Antônio, como informou inglês Henry Koster (2002) no começo do século XIX.

Em 1553, registra-se uma onda de ataques dos indígenas que destruiu completamente os engenhos de Igarassu e Camaragibe, e havia danificado bastante o engenho Inhaman¹⁵. Conta a história, ainda, que depois que os indígenas foram extintos da costa, foram-se espalhando os engenhos, registrando Cardim, em 1584, a existência de 66 unidades.

5. Tipos de engenhos

A cana-de-açúcar é plantada em diversas capitânicas e, no decorrer desse período, foram introduzidos diferentes tipos de modalidades de engenhos do tipo colonial, destacando-se os chamados “trapiche”, que são movidos por animais, tocados por bois, mais raramente, por cavalos e os engenhos de água que apresentam três variedades:

- O “copeiro”, cuja água cai de um nível superior para os cubos da roda;
- O “covilhete” ou “meio copeiro”, que recebe a água em meio da roda; e
- O “rasteiro”, movido pela água que vem de um nível mais baixo e, por fim, os engenhos de vapor introduzidos a partir do século XIX.

Cada engenho era considerado ao mesmo tempo uma fábrica e uma fazenda, e necessitava de grande força de trabalho agrícola para

13 Conforme a carta de Jerônimo, de 28 de agosto de 1555 o quinto engenho construído seria o de Jaguaribe.

14 Pieter Mortier (1661-1711). *Praefecturae Paranambucae pars borealis*, una cum praefectura de Itâmaracã. Cerca de 1700.

15 IDEM, nota 56, pg. 114.

o plantio e a colheita da cana, além de outros artesões com ferreiros, carpinteiros, pedreiros especializados e técnicos.

Os engenhos movidos comumente por energia hidráulica, movidos por rodas d'água (*engenho real*), estavam situados à beira-mar ou às margens dos rios, como é o caso do engenho Jaguaribe. Novas tecnologias para a construção de engenhos baseado num sistema de três rolos verticais foram introduzidos ou desenvolvidos no Brasil entre 1608 e 1612.

O desenvolvimento da cultura e produção de açúcar transpassado do Brasil para a América Central, após a expulsão dos holandeses do Nordeste, casou um impacto na região, provocando uma melhoria nas técnicas e na qualidade do produto açucareira. Em 1871, com a mudança gradual na agroindústria açucareira em Pernambuco e com decadência dos antigos engenhos banguês¹⁶, houve a substituição destes pelos engenhos centrais e usinas.

As inovações em escala internacional introduzidas no século XIX determinaram a necessidade de modernização da indústria açucareira, dando margem ao programa imperial de implantação de engenhos de maior produção. Assim, a partir de 1874 foram implementadas melhorias nos banguês, visando à produção de açúcar branco e demerara, surgindo então as fábricas de maior capacidade de produção. Quando eram de propriedade particular, chamavam-se usinas; quando de empresas comerciais, geralmente estrangeiras, denominavam-se engenhos centrais. O que distinguia umas das outras era que as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a mão-de-obra escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos enge-

16 Produtores de um açúcar de cor escura, mascavo.

nhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria, eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os banguzeiros (ANDRADE, 2001. p.272).

O processo de extinção dos engenhos banguês e a sua substituição por usinas e engenhos centrais, iniciado no último quarto do século XIX, foi lento a princípio. Posteriormente, houve uma aceleração nesse processo e, em 1914 estava em funcionamento cerca de 56 usinas. Os engenhos centrais foram fechados ou transformados em usinas após a proclamação da República (ANDRADE, 2001, p. 273).

A primeira usina implantada em Pernambuco foi a de São Francisco da Várzea, cuja primeira moagem aconteceu em 1875. Pernambuco já chegou a ter mais de 100 usinas. Hoje em dia, no entanto, existem apenas cerca de trinta e oito, algumas, inclusive, encontram-se paralisadas ou desativadas¹⁷.

6. A pesquisa arqueológica

O engenho Jaguaribe foi registrado durante o levantamento de sítios arqueológicos na área da Sesmaria Jaguaribe¹⁸, entre o período de 2003 a 2005, sendo registrado no CNSA com o número PE00337. Encontra-se localizado na várzea do Rio Jaguaribe e, no seu entorno, nos

17 Fonte: <<http://usinasdepernambuco.blogspot.com.br/>>. Acessado em 03 de junho de 2015.

18 A primeira campanha arqueológica realizada no engenho Jaguaribe teve a duração de quatro semanas e ocorreu no período de 30 de agosto a 30 setembro de 2015, com um equipe composta por 15 pessoas, entre pesquisadores, estudante, topógrafo e auxiliares técnicos de escavação. Nesse período foi possível montar uma infraestrutura próxima ao sítio arqueológico, o que facilitou uma temporada de campo confortável. Teve o apoio da Prefeitura de Abreu e Lima que auxiliou na hospedagem e alimentação da equipe.

topos dos morros e nas suas declividades, foram identificadas áreas de antigas aldeias indígenas (Figura 1).



Figura 1: Localização do Sítio Engenho Jaguaribe.

Inicialmente para escavação na área do engenho foi planejado uma malha a partir de dois pontos georeferenciados, a qual contempla quatro **unidades** de 500 m², denominadas Alfa, Beta, Delta e Gama. Cada unidade foi dividida em **setores** de 100m² e cada setor foi subdividido em **quadrantes** de 20 m², os quais foram subdivididos em quadrículas de 2m² os quais, por fim, foram divididos em **quadrados** de 1m² denominados A, B, C e D.

A escavação foi iniciada com a remoção da vegetação e dos escombros encontrados por cima das ruínas. Sendo, portanto, definida a área a ser pesquisada, foi iniciado o levantamento topográfico e a delimitação dos setores, sendo realizada a coleta dos vestígios superficiais com a estação total. Nesta pesquisa, foi utilizada uma técnica mista de escavação com decapagens artificiais em algumas quadrículas e, quando bem definido, a remoção de entulhos identificados nas quadrículas.

Com os setores definidos, foi utilizada para o preenchimento das etiquetas a seguinte sequência: **SI-Q A/1Ab** (Setor I, Quadrante A, quadrículas A1, quadro b). Dessa forma, foram escavadas no quadrante **A**, 23 quadrículas, no quadrante **B**, 6 quadrículas, no quadrante **F**, 16 quadrículas e, no quadrante **G**, 2 quadrículas (Tabela 1). Nesse período ainda foram realizadas duas sondagens 1x1 m na área externa da casa grande, com a finalidade de identificar a estratigrafia e relacioná-la com a área da capela.

Quadrante	Quadrícula
F	2C, 4B, 4C, 4D, 5E, 5D, 5C, 5B, 6E, 6D, 7E, 7D, 8E, 8D, 9E, 9D
A	3Jb, 3G, 5Bb, 5C, 5D a, 6Da, 7Hbc, 7Fb, 7 Gabcd, 8D, 8H, 8Gcd, 8Ab, 8B, 9a, 9G abcd, 9Hc, 9G, 10 Gad, 10 Há, 10Ib, 10J, 10F
G	1E, 2B

Tabela 1: Quadrículas escavadas no Engenho Jaguaribe.

Entre os componentes identificados na área do engenho encontram-se as estruturas da capela, da casa grande, a área da moita ou fábrica. Entretanto, na primeira campanha, foram priorizadas as ruínas da capela do engenho, a qual segundo Koster (2002), possuía invocação a Santo Antônio, localizada no SETOR 1, entre os Quadrantes: A, B, F e G (Figura 2). No Quadrante A, na área da fachada esquerda da Capela de Santo Antônio, foram abertas as quadrículas 5D, 6D (onde foram realizadas 7 decapagens por níveis artificiais) e 3G e 3J. Nessas quadrículas observa-se um solo formado por sedimento areno-argiloso não consolidado e pouco perturbado por aterros ou fundações. Apresenta apenas fragmentos esparsos e escombros.

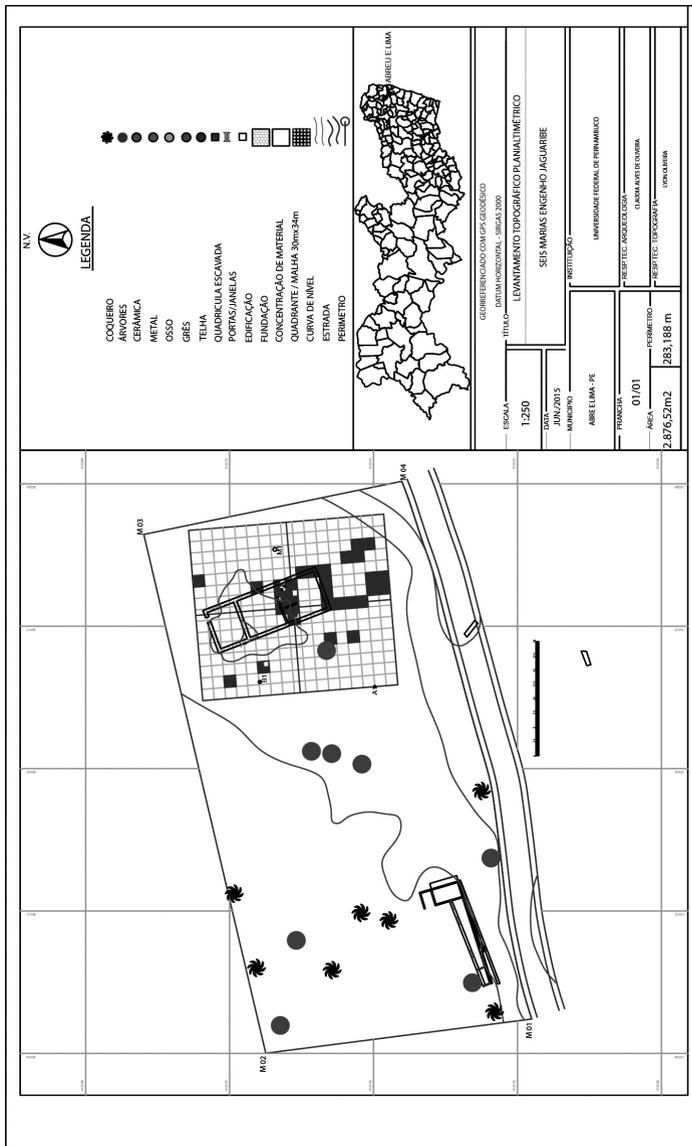


Figura 2: Planta da Escavação –
Delimitação dos setores.

Os cortes das quadrículas 5D e 6D evidenciaram dois níveis de ocupação e uma pequena linha de 3 tijolos assentados (sem articulação estrutural). Ocorre ainda um pequeno aterro efetuado com o uso de escombros de alvenaria, argamassa e fragmentos de vidro (incluindo um gargalo de garrafa) para tapar/nivelar uma cova. Essa linha do aterro definiu dois momentos distintos da ocupação.

No perfil estratigráfico da quadrícula 6D, mostra a direita (Figura 3), cova com aterro de demolição e nível estéril a partir de 40 cm até 78 cm de profundidade. Esse setor encontra-se ao lado da fachada esquerda da Capela, para quem olha da fachada para o altar-mor.

A coloração escura dos sedimentos do solo das quadrículas 5D, 6D, 3Gb e 3Jb, possivelmente, apresentou coloração escura devido a decomposição da cobertura vegetal da Mata Atlântica que ali ainda persiste desde antes da chegada do europeu. A presença dessa coloração sedimentar escura sem ocorrência de materiais arqueológicos delimita o solo estéril e o nível primitivo da ocupação.



Figura 3: Quadrícula 7G – Perfil estratigráfico Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

A quadrícula 3G encontra-se localizada na área lateral das ruínas da capela, sendo evidenciado, nas duas decapagens realizadas, um solo arenoso com uma frequência muito baixa e esparsa de vestígios identificados como fragmentos de tijolos.

Entendido os aspectos básicos da dinâmica do solo de ocupação na área externa da Capela de Santo Antônio, com seus três níveis (superficial, aterro de ocupação e solo estéril), as escavações voltaram-se para os limites da capela em sua porção interna (nave) e nas áreas das fachadas lateral esquerda (QA na quadrícula 7), fachada lateral direita (QA, na quadrícula 10B e, QB, nas quadrículas 1G e 1H), fachada frontal (no QA, quadrículas 8F, 9F e 10 F, e , no QB, nas quadrículas 1F e 1G) e fachada posterior (QF, das quadrículas 4G até 9G, e, 4F até 9F). Para delimitar a nave da capela, foram retirados os escombros das paredes que ruíram para o interior da edificação e uma limpeza do topo das paredes que ainda estavam evidentes.

Nesta área encontram-se os testemunhos das paredes em alvenaria de pedra e cal, que ruíram para o interior da capela na altura do altar-mor. Trecho entre a linha dos Quadrantes A e F. A primeira intervenção arqueológica nessa área, como explicado anteriormente, foi à supressão de arbustos, raízes e, posteriormente, a retirada de blocos caindo para evidenciar o topo das ruínas da parede da fachada posterior. Assim, foram evidenciadas as paredes de pedra e cal da fachada lateral esquerda entre as quadrículas 5M e 5L.

Os vestígios remanescentes das paredes se concentraram no entorno da área da sacristia e altar (Figura5), onde se pode observar no seu entorno, parte da calçada. A técnica da sapata caracterizou-se como sendo de uma fundação direta de vala corrida, construída com uma alvenaria mista, confeccionada com argamassa de areia/cal, pedras de arenito, calcário (ambos em cor amarelada) e fragmentos de tijolos e telhas. Essa sapata se estende por toda a extensão da Capela de Santo Antônio, formado um retângulo com dimensões de 7,6 m X 20 m de profundidade. Esse tipo de fundação tem a função de distribuir as cargas das paredes pelo terreno formando um radier. A sapata apresentou uma espessura média de entre 40 a 38 cm de largura por 1,20m de profundidade partir da superfície atual do terreno (Figura 4).



Figura 4: Quadrícula 6G. Vendo-se a sapata da fachada posterior. Notar no número 17 (coleta de sedimento) o alinhamento de fragmentos de telhas que delimitam o fim da sapata e começo do assento da parede de alvenaria de pedra. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

Do lado interno da sapata, na quadrícula 7G, na área onde seria a nave da capela, não se percebe marcas da escavação da vala para a construção da sapata. O que indica que a sapata foi erguida no solo primitivo e que no lado interno a sapata foi construída colada, a vala. Além da ausência da marca de escavação, a ondulação horizontal da parede também indica que a sapata não foi erguida dentro de caixa de tábua.

Nas escavações das quadrículas da nave, foram evidenciados seis níveis de aterros para ordenamento do piso e construção da sapata. Abaixo do solo superficial composto pela vegetação herbácea e escombros das paredes, encontrou-se o topo da sapata e os vestígios do piso da nave, assim como o topo das fundações de amarração da área da Capela-Mor.



Figura 5: Fachada posterior, sarjeta da sacristia com dois tipos de paginação, Quadrículas 4F até 8F, e, na fachada lateral esquerda, 4E, onde ainda temos vestígios do reboco da alvenaria. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

Essa fundação, ou, sapata que delimitava o recinto do altar-mor possui a mesma técnica construtiva das sapatas de todo o arcabouço da capela, mas, ainda apresenta o assentamento de uma fiada de tijolos com argamassa para delimitar o degrau (Figuras 4 e 05). Essa mesma fundação também pode ter servido de degrau para de elevação do piso do altar-mor. Como o foco principal era delimitar as dimensões da capela, o espaço do altar-mor não foi escavado devido ao grau de compactação do solo e da altura dos escombros. Optou-se por estudar esse recinto (quadrículas 7J e 8J do QA, e, nas quadrículas 6A, 7A, 8A, 5B, 6B, 7B, 8B, 6C, 7C, 8C e 9C, do QF) na próxima campanha. Quando se espera compreender melhor essa linha divisória, buscando vestígios da base do arco cruzeiro ou de um batente de base da grade de comunhão.

Caso confirme-se, o batente da grade de comunhão, entendemos que essa prática divisória da nave, denota mais uma recorrência de época. Pois, essa divisão da nave, ainda pode ser visualizada em outras capelas seiscentistas da cidade de Olinda e Recife.



Figura 6: Quadrículas 4F e 5F, onde vemos dois arranjos (paginação) dos pisos da sarjeta da sacristia, no encontro entre fachada posterior e lateral. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

No nível da nave, os testemunhos de piso de tijoleira cerâmica era composto por peças com dimensões de 34X17X6 cm (nas quadrículas 11D e 11E) a 30X6X6. Porém, com algumas peças de piso possuindo menor espessura com a dimensão de 3 cm. O que pode indicar substituição das peças do piso. Outro aspecto observado na nave foi a tijoleira inclinada, o que pode denotar duas coisas: 1) ação de força mecânica exercida pela queda da parede para a área interna, o que teria levantado os tijolos, 2) piso com tijolos assentados a galga. Essa questão será averiguada na próxima campanha. Entretanto, a nave demonstrou sua divisão com um batente que corta toda a extensão da nave (bases do arco cruzeiro ou batente da grade de comunhão). Inclusive, o setor após a linha do batente ainda não foi escavado.

No Quadrante F (QF), na área da fachada posterior da capela, foram abertas as quadrículas 6F, 7F, 8F, 9F, e, 4N até 9N. Essas quadrículas evidenciaram o mesmo tipo de solo areno-argiloso, não consolidado, mas, com a camada superficial compactada pelos escombros da demolição.



Figura 7: Quadrículas 7G, 7F, e, 6G, 6F. Vista geral do recinto da sacristia e da sarjeta da fachada posterior. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.



Figura 8: Vista das bases dos carneiros na área interna da sacristia. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

Essas quadrículas revelaram um maior nível de informação, pois nelas se encontram elementos construtivos com potencial de leitura, tais como o recinto da sacristia, com arranjo de pisos e bases de sepulturas (tipo carneiro), soleira de porta de calcário e sarjeta (calçada) ao longo de todo o arcabouço da sacristia, vestígios de reboco (na cor amarelada e com rodapé vermelho em tom ocre - Figuras 7 e 8).

A sarjeta do entorno do arcabouço da sacristia, apresentou dois arranjos de piso (paginações). Na fachada posterior foi localizado um arranjo com 90° em relação a parede. E nas fachadas laterais, um arranjo com uma inclinação em ângulo de 45°. Só o estudo das argamassas poderá elucidar a cronologia dos pisos e das paredes. Porém, do ponto de vista da estética, o arranjo de piso com angulação em 45° e arrematado por um rodapiso, já denota ser um piso mais antigo, tendo em vista que esse mesmo tipo de arranjo foi encontrado no piso da casa de vivenda da Igreja de São Bento, uma construção do século XVII/XVIII (ANDRADE, A. P. G., 2006). Esse uso de arranjo, em duas edificações de um mesmo período, pode indicar uma recorrência estética que denote um gosto da época, ou seja, um estilo recorrente na área da Sesmaria Jaguaribe.

Outra estrutura que apresentou diferença em relação as estruturas da nave (QA), foi a sapata da sacristia. Nelas, foi possível notar os limites entre a sapata e o começo da parede em alvenaria de pedra. As diferenças consistem na coloração da argamassa, que na sacristia possui uma coloração mais clara e na nave um tom mais amarelado. A sapata da sacristia também apresentou outra característica particular, a presença de niveladores, ou seja, fragmentos de telhas dentro da estrutura, que foram utilizados para controlar o nível do fim da sapata, ou seja, de seu topo. Acima, a partir desse nivelamento, inicia-se o assentamento da parede de alvenaria de pedra.

Além disto, na fachada posterior, abaixo do piso da sarjeta, foi encontrada uma linha de reforço da parede feito com tijolos argamassados, com a função de armação, ou seja, um enrocamento da parede com o piso. O enrocamento é uma estratégia que serve como um reforço de amarração, ou seja, um reforço.



Figura 9: Quadrículas E12 (QB). Limite do frontispício com outras fundações. Fonte: Cláudia Oliveira. Set. 2015.

No Quadrante B (QB), na área da fachada principal (ou frontal), foram escavadas as quadrículas 1H, 1G, 1F, e 2D, 2C, 3C e 3B. Essas quadrículas evidenciaram um conglomerado de material construtivo demolido parcialmente, possivelmente oriundo da queda da parede da fachada. Devido a essa compactação, essa área foi escavada em uma velocidade menor. Pois as informações dessa área denotam interligações com fundações ainda não definidas. Mas, temos a hipótese que essa área sugere a existência de outras edificações próximas ao frontispício da fachada principal.

Como a área do Quadrante B demonstrou-se bastante conglomerada, a atenção foi voltada para a parte da fachada principal que se encontra no Quadrante A. Onde nas quadrículas 8F, 9F e 10F localizou-se a quina da fachada principal.

Nesta primeira fase de escavação, foi registrado um total de 874 fragmentos de louça, cerâmica, vidro e material construtivo. A maior parte dos vestígios é de faiança fina com frequência de 90% e em menores frequências faiança (06%), cerâmica histórica (02%), grés e porcelana (01%) e, por último, vidro (0%), ocorre ainda a presença de material ósseo e metal.

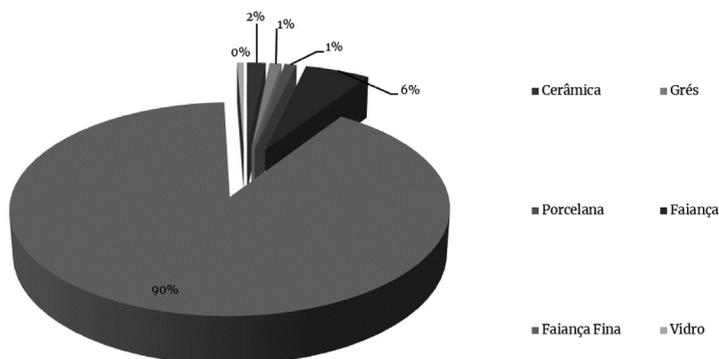


Gráfico 1: Vestígios arqueológicos – Engenho Jaguaribe.

A cerâmica apresenta técnica de manufatura torneada, sendo alisada e vitrificada. Trata-se de fragmentos de bojos simples, base plana e bordas extrovertidas, diretas com lábios arredondados. A faiança fina identifica corresponde, sobretudo, a fragmentos de pratos, jarros, tigelas, xícaras. Verificam-se ainda fragmentos de alças, asa e tampas de jarro, malgas e pires. Apresenta técnica decorativa pintada à mão livre, com decoração geométrica (faixas e/ou friso, faixas duplas e triplas, círculos) e floral, e sem decoração.

Com a técnica decorativa pintada à mão livre encontram-se as decorações *Shell Edged* (08%), *Peasant Style* e faixas e/ou frisos (03%) *Sprig Style* (02%). Aparecem também as técnicas Carimbada com 04%, *Transfer Printing* com 09%, *Flow Blue* (02%), *Mochaware* com 04%, *Bandedware* com 09%, *Sponge*, e a decoração Plástica.

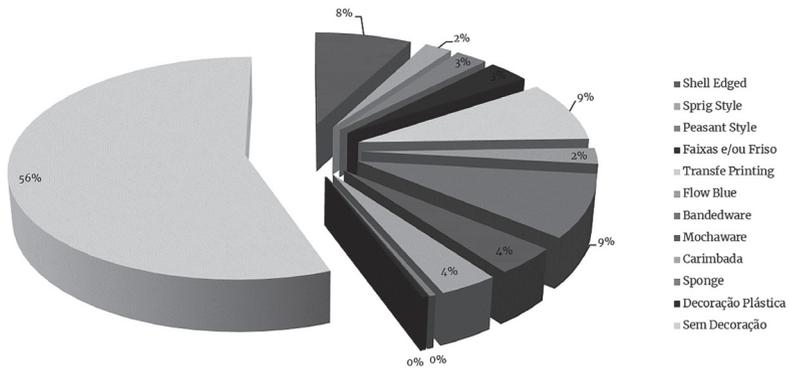


Gráfico 2: Tipo de decoração da Faiança Fina – Engenho Jaguaribe.

Alguns fragmentos apresentam marcas de fabricantes, no caso do sítio Engenho Jaguaribe, além dos fabricantes ingleses em alguns fragmentos foram identificados elementos e palavras da fauna brasileira, como pode ser visto Figura 10, pintado à mão livre, *Peasant Style*.



Figura 10: Faiança fina pintada à mão livre - *Peasant Style*. Fonte: Vanessa Rodrigues, 2016.

A porcelana evidenciada apresenta fragmentos bases, bojos e boda/bojo/base sem decoração, impossibilitando identificar técnicas e padrões decorativos. Enquanto os fragmentos de grés são de garrafas dos tipos *Bristol Glaze* e *Renish Brown*.

7. Considerações finais

Além dos engenhos Jaguaribe e Inhamã, encontram-se informações históricas sobre outros engenhos na área da Sesmaria Jaguaribe, como por exemplo, os engenhos Caetés, Paratibe, Desterro, Paulista, Timbó, Maranguape, Fragooso, Pitanga e Utinga, os quais faziam parte do complexo de produção açucareira da zona litorânea norte do estado de Pernambuco.

Sobre o sistema construtivo desses primeiros engenhos existem poucas informações. Os portugueses não deixaram registros icnográficos sobre a arquitetura dos primeiros engenhos. A lacuna era preenchida pelos pintores holandeses, como Frans Post. As pinturas e desenhos de Frans Post, pintor que fazia parte da comitiva trazida por Maurício de Nassau, por ocasião do seu governo em Pernambuco, sob o domínio holandês de 1630 a 1654, constituem-se, segundo José Luiz da Mota Menezes (1983, p. 323), em um dos melhores documentos da história da arquitetura do período. Embora, como já observaram alguns estudiosos das pinturas de Frans Post, muitas delas foram executadas na Europa a partir de croquis e anotações feitas no Brasil, e por isso, elas não podem ser consideradas fieis em relação à paisagem e a topografia, mas o mesmo não acontece em relação à arquitetura. A comparação da repetição do modelo dos edifícios representados, a associação ao trabalho de outros artistas, descrições como as de Koster e de Vauthier e, os poucos edifícios remanescentes do primeiro século e dos primeiros anos do segundo, possibilitam a condução de conclusões válidas para a história.

O conhecimento das técnicas construtivas empregadas em uma determinada edificação, aliado ao conhecimento histórico sobre as mesmas e sobre os materiais nelas empregados, são elementos valiosos para estabelecer as cronologias dessas edificações e o fornecimento das indicações para a sua filiação. Portanto, não se pode deixar de fazer

uma análise sobre os sistemas construtivos adotados pelos portugueses durante a colonização.

Partindo das ruínas da Capela de Santo Antônio do engenho Jaguaribe procurou-se entender: a implantação da capela, seus acréscimos, as técnicas construtivas, os espaços internos, suas relações com as demais edificações, conhecer os depósitos dos vestígios da cultura material e denotar os comportamentos relativos a esse espaço do sítio arqueológico. Em paralelo aos estudos da cultura material, cabe o desenvolvimento de outras variáveis de análise do engenho, que são as variáveis dos dados documentais e da tecnologia aplicada para a construção dessa capela.

No caso da documentação do Engenho Jaguaribe, existe uma limitação de dados documentais e iconográficos, problema este que pode ser parcialmente tratado com estratégias metodológicas que busquem a construção de contextos. Para tanto, o estudo tipológico das formas nos processos de produções manufaturadas, como é o caso das edificações de um engenho, leva em consideração o entendimento de que os objetos foram produzidos seguindo “regras” coletivas que respeitaram: as formas, as decorações, a função, o uso de materiais e a técnica produtiva (Mannoni; Giannichedda, 2007, p.60).

Até o momento, os dados arqueológicos revelaram que as fundações da capela possuíam a dimensão de 7,6 m X 20 m. Nesta, foram identificados três cômodos: nave, capela-mor e sacristia. As evidências de paredes mais altas estão na área da sacristia, que ainda possui três distintos momentos de pisos de tijoleira. Do piso até o topo do vestígio de parede mais alta, temos uma elevação máxima de 60 cm (nas quadriculas 6F e 7F). Essas dimensões nos dão uma primeira noção do traçado da planta-baixa, os materiais e os tipos de técnicas construtivas. Juntamente com os vestígios de paredes, dos níveis de piso e da presença de uma soleira. Foi possível delinear mais de 80% de sua planta-baixa. A grande carência de informações está na área da fachada principal, onde foram encontrados conglomerados de alvenaria que serão definidos na próxima campanha. Esse conglomerado de materiais construtivos pode indicar a presença do desmoronamento, da fachada principal, de um alpendre ou de uma torre sineira. A descoberta de vestígios de cantaria executada no arenito, mostra como poderia ser a decoração da fachada. Que possuía uma cimalha, ornada com bocel, e vãos com cercaduras em cantaria. O que já nos dá alguns indicativos

estéticos de sua fachada. Além disso, o desenho da planta baixa indicou que a capela foi erguida isoladamente, ou seja, era uma edificação solta em relação à Casa-grande.

Nos estudos realizados por Geraldo Gomes (2013, 1994 e 1990) sobre capelas em três estados nordestinos, Pernambuco, Alagoas e Paraíba, foi estabelecido um perfil comparativo entre as capelas rurais remanescentes e a iconografia do século XVII. Desta forma, Gomes (2013) identificou três tipos básicos de capelas rurais no século XVII:

Primeiro Tipo – capelas com um único volume de planta retangular. Podendo ter alpendres na fachada principal;

Segundo Tipo – capelas com dois volumes de planta retangular, tendo um primeiro volume para a nave e o segundo volume menor, para à capela-mor.

Terceiro Tipo – seria uma edificação “pouco provável”, mas que teria três volumes, ou seja, um alpendre fechado no frontão da capela (fachada frontal).

A capela do Engenho Jaguaribe demonstrou ser de uma fundação retangular com dois volumes (sendo a sacristia um anexo posterior), trabalha-se, portanto com a hipótese de que a ruína da capela pode ser enquadrada no tipo dois na classificação realizada por Geraldo Gomes em 2013.

As pesquisas arqueológicas foram iniciadas e, apesar do avanço urbano na sua área, estão sendo identificados vários componentes do seu partido arquitetônico, como a Casa Grande, a Capela, a Fábrica, próximo ao rio Jaguaribe, restando a delimitação da senzala e da área do cemitério que serão investigadas futuramente.

Agradecimentos

Agradeço ao Funcultura e aos alunos do curso de graduação e pós-graduação do curso de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco pelo apoio a esta pesquisa. Agradeço também a Josilene Bezerra Batista, Lyon Rodrigues de Oliveira e a toda família do Sr. Antonio Maurício pelo apoio e participação nas escavações do Engenho Jaguaribe.

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 2000. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia da Letras.

ANDRADE, M. C. de. *A cana de açúcar e a mesorregião da Mata Pernambucana*. Recife, Ed. Universitária, UFPE, 2001.

_____. *A indústria açucareira e a organização do estado do nordeste*. In: *Sociologia do açúcar*. Recife, Museu do açúcar, 1971.

ANTONIL, A. J. 1982. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP.

BARBOSA, K. V. de O. B. 2014. *Escravidão, saúde e Doenças nas Plantations Cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense, Cantagalo (1815-1888)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Casa Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde.

BAZIN, Germain. *A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 vols.

CASTRO, J.1951. *Geopolítica da fome*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil.

CINTRA, J. P. *Reconstruindo o mapa das capitanias hereditárias*. *Anais do Museu Paulista*. v.21, n.2, São Paulo, Jul./dez. 2013.

DIÉGUES JR., M. *O engenho de açúcar no Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/Serviço de informação Agrícola, 1952. (Coleção: Documentário da vida rural n. 1).

GALVÃO, T. L. C.; GOMES, OLIVEIRA, R.. *O Processo Histórico da Formação do Município do Paulista*. Monografia, Olinda, PE, 2001.

GAMA, R.. A tecnologia e o trabalho na História. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

GOMES, G.. *Engenho & Arquitetura*. Recife: Fundação Gilberto Freyre. Recife: FUNDAJ, 2013.

_____. Antigos engenhos de açúcar no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

KARESCH, M. C. 2000. A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850). São Paulo: Companhia das Letras.

KOSTER, H. 2002. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Masangana.

LE GOFF, Jacques. 1991. As doenças têm história. Lisboa: Terramar.

Litoral Brasileiro com as capitanias Hereditárias. http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo01/cap_hereditarias.html. Acessado em: 29/05/2015.

MANNONI, T.; GIANNICCHEDDA, E.. Arqueologia: materiais, objetos y producciones. 1 edicion, Barcelona: Ariel, 2007.

MELLO E ALBUQUERQUE, J. A. G.; XAVIER, C. **Cartas de Duarte Coelho a El Rei**, Documentos para a História do Nordeste vol. II.

MENDES, L. A. de O. 1977. Memória a respeito dos escravos e tráfico da escravatura entre a Costa d'África e o Brazil. Porto: Edições Escorpião (Caderno Homem e Sociedade).

MIRANDA, C. A. C. 2011. A arte de curar nos tempos da colônia: limites espaços da cura. 2ª. Ed. rev. ampl e atual - Recife: Ed Universitária da UFPE.

MOURA, D. A. S. De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822). *Topoi. Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 73-93, jan./jun. 2012. Disponível em: <www.revistatopoi.org>. (Acessado em 03 de junho de 2015).

NEWMAN, S. P. 2013. A New World of Labor: the origins and development of plantation slavery in Barbados. In: *Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675-1825*. Omohundro Institute of Early American History & Culture. *Africans in the Americas: Making Lives in a New World, 1675-1825*. Cave Hill, Barbados.

OLIVEIRA L. M. de. *Pernambuco: seu desenvolvimento histórico*. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco/Companhia Editora de Pernambuco, 1975 [1893] (Coleção Pernambucana, 1 fase, v. 1).

OLIVEIRA, C. A., LARA, P. Jiménez. *Relatório de atividades de campo – Campanha 01 Engenho Inhamã/Igarassu – PE – BR*. Cuadernos de trabajo no 41 Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales Universidad Veracruzana, Mexico. ISSN: 1405-5600, 2012.

PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais de Pernambuco*. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco. 1983. Vol. 1-10.

Primeira página da carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho. Disponível em: <http://galeraporumbrazilmelhor.blogspot.com.br/2010/10/documentos-historicos-n-4-doacao-da.html>. Acesso em: 29 maio. 2015.

RODRIGUES, M. L. N. B. Disponível em: <http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br> (Acesso: 04 Junho 2015).

SANTOS, S. M. dos. *Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo: uma leitura interpretativa da cultura material remanescente do século XVI e início do Século XVII*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

SCHWARTZ, S. B. *Segredos Internos (engenhos e escravos na Sociedade Colonial: 1550-1835)*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia Das Letras/ CNPq, 1988.

SCHWARTZ, S. O Brasil Colonial, c. 1580-1750: As Grandes Lavouras e a Periferia In: **História da América Latina Colonial**. Vol. II. São Paulo: EDUSP; Brasília: FUNAG, 2004. p. 339-421.

SHULER, K. A. Life and death on a Barbadian sugar plantation: historic and bioarchaeological views of infection and mortality at Newton Plantation. *International Journal of Osteoarchaeology*, V. 21, Issue 1, jan./feb.2011. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em 2/9/2015.

SILVA, H. N.; ALVES, C. A Produção de Cal na Sesmaria Jaguaribe entre o século XVIII e o início do XIX. *Anais Eletrônicos*, UFPE, 2005.

SMITH, R. Arquitetura colonial baiana: alguns aspectos de sua história. Bahia: Secretaria de educação e Cultura, 1951 (Coleção: Publicações do Museu do Estado).

SOMARRIBA, M. M. G. 1984. Medicina no escravismo colonial. In: *Textos Sociologia e Antropologia*. Nº 1. Belo Horizonte: UFMG (Mestrado de Sociologia e Antropologia).

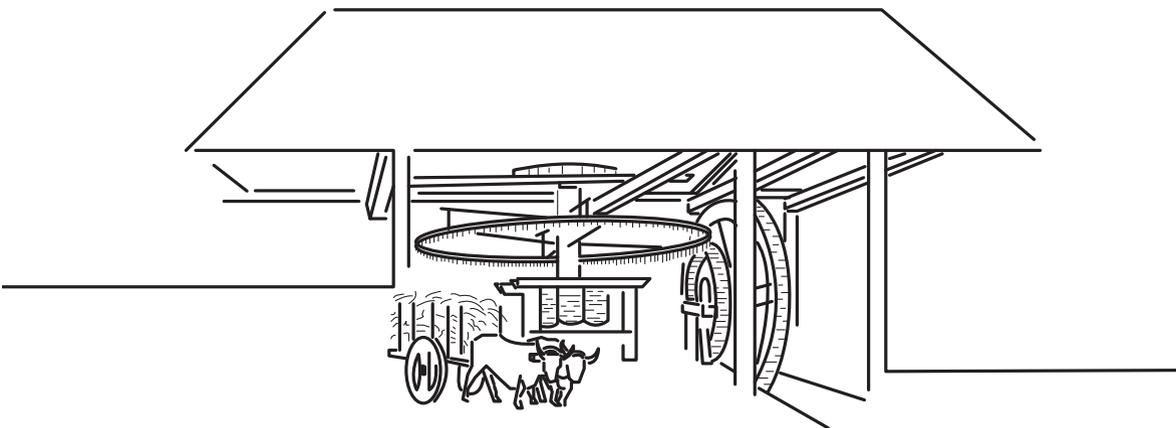
SOUSA, G. S. de. *Tratado descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1851.

SOUTO MAIOR, M.; SILVA, L. D. (orgs.) *A paisagem pernambucana*. Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana/Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, 1993.

TAUNAY, A. Subsídio para a história do tráfico africano no Brasil colonial. In: SILVA, Leonardo Dantas (org.). *Estudos sobre a escravidão negra*. Recife: Massangana, v. 1, 1988.

TOLLENARE, L. F. 1978. *Notas dominicais*. Recife: SEC/PE (Coleção Pernambucana, v. XVI).

VIEIRA, G. S. *Decadência e expansão no litoral de Olinda (1654-1710): A freguesia de Maranguape*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal e Pernambuco, Recife, 2010, 139p.



PESQUISA ARQUEOLÓGICA DO ENGENHO ALAGADIÇO NOVO - PRIMEIRO ENGENHO A VAPOR DO CEARÁ

*Marcos Albuquerque¹
Veleda Lucena²*

1 Professor da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenador do Laboratório de Arqueologia do Dpto. de História da UFPE. marcos@brasilarqueologico.com.br
O trabalho foi realizado em Convênio com a Universidade Federal do Ceará. Que aportou os recursos.

2 Arqueóloga da Arqueolog Pesquisas Ltda.; Pesquisadora Colaboradora do Laboratório de Arqueologia da UFPE veleda@brasilarqueologico.com.br.

1. Introdução

As informações históricas, através da documentação textual acerca da vida nos engenhos do século XIX, abrangem relatos, cartas, contratos, documentos oficiais, que têm sido explorados, sobretudo no sentido de avaliar-se relações político-econômicas, relações de produção e até mesmo, relações sociais. Tais fontes, entretanto, emergem, via de regra, de apenas uma das partes envolvidas.

O cotidiano dos engenhos, integrado por diferentes camadas sociais, frequentemente passa à margem daquela documentação. O fausto, quase sempre evocado, atribuído às casas grandes, contrasta com a imagem transmitida das senzalas e o quase esquecimento das fábricas - das 'moitas' dos engenhos, do campo. Mas estas eram as áreas em que se produzia: produzia-se cana, açúcar, aguardente, rapadura e até mesmo novos braços para a lavoura.

Por outro lado, nem sempre é lembrado o esforço despendido com a modernização das fábricas, com a aquisição de implementos e equipamentos para a produção. O esforço para implantar o canavial, para construírem-se as fábricas, com toda a infra-estrutura para a implantação do sistema de estocagem, do transporte e da comercialização. As diferentes atividades que se relacionavam à manutenção das máquinas, ao suporte alimentar, e de acomodação da população que se concentrava junto à fábrica no período de produção. Como estes esforços se refletiam nos elementos materiais da vida cotidiana.

Tais questões necessariamente não poderiam ser respondidas através do estudo de um único sítio. Mas servem para refletir-se o quanto se pode buscar do modo de vida, da cultura que se forjava naqueles canaviais.

A pesquisa arqueológica realizada no "Sítio Alagadiço Novo" integrou um Projeto mais amplo de 'Revitalização da Casa de José de Alencar', financiado através do MinC-Pronac. Visou fornecer subsídios para a execução do projeto de valorização e revitalização do conjunto do Parque, em que se inclui:

Delimitação das áreas funcionais das duas estruturas remanescentes, em ruínas.

Análise das estruturas para a identificação das técnicas construtivas e materiais de construção utilizados.

Possível identificação das áreas funcionais daquelas estruturas.

Estes foram os objetivos preliminares do estudo arqueológico que se pode resumir como a escavação arqueológica da área da antiga fábrica e imediações. Para tanto, buscou-se inicialmente fontes textuais que permitissem a contextualização histórica da área do Sítio Alagadiço Novo, onde José Martiniano de Alencar mandou instalar o primeiro engenho a vapor do Estado do Ceará.

O levantamento histórico foi realizado em diferentes instâncias, abrangendo não apenas a documentação textual, como ainda iconográfica, a história oral, e a tradição cultural canavieira cearense.

Esta foi uma escavação realizada há 11 anos. Certamente, se fosse realizada atualmente, poderíamos dispor de muitos outros recursos, mais modernos.

O Engenho Alagadiço Novo foi construído em uma área que atualmente integra o município de Messejana na Grande Fortaleza.

O senador Alencar (José Martiniano de Alencar) pai do romancista José de Alencar foi, com a família, em 1826, proveniente da região do Crato, estabelecer-se em um sítio nas proximidades de Fortaleza. Adquiriu o Sítio Alagadiço Novo, na época um local ermo e muito afastado da sede. Trazia consigo uma vasta experiência não só no cultivo da cana-de-açúcar, como na produção de rapadura, e melão.

José Martiniano era padre, e durante cerca de um ano assumiu a paróquia de Messejana, conforme consta dos registros em que se incluem cerca de 50 batizados e casamentos. Dentre os familiares que o acompanhavam havia uma prima, Ana Josefina de Alencar que viria a ser a mãe do escritor. Naquele sítio do Alagadiço Novo havia uma construção que se atribui ter sido anteriormente utilizada para a guarda dos carros (carros de bois ou coches), e que foi adaptada como residência. Ali teria nascido José de Alencar, o escritor.

Até onde se tem conhecimento, o Engenho Alagadiço Novo foi o primeiro engenho movido a vapor, do Ceará. Quando em 1836, era governador da Província do Ceará José Martiniano de Alencar, mandou trazer um engenho de ferro para moer cana, que foi montado pelo francês Gagné. Mas já em 1937/38, deixando o cargo de Governador da Província, José Martiniano transfere-se com a família para a Corte, no Rio de Janeiro. O engenho ficaria aos cuidados de Antônio da Fonseca

Alencar, e mais tarde, após a morte do Senador Martiniano em 1860, já propriedade de seus filhos herdeiros, foi vendido ao Dr. Joaquim Bento de Sousa Andrade e sua mulher, d. Joaquina Carolina de Alencar, irmã do romancista.



Figura 1: Casa onde nasceu José de Alencar, no Engenho Alagadiço Novo. Já cercada pelo gradil que buscava preservar-lhe a integridade.

Em 1935, a casa onde nascera Alencar foi desapropriada e a prefeitura mandou fazer em seu entorno um muro com gradil de ferro. Com a expansão urbana tem início, em 1962, a abertura de uma avenida perimetral e multiplicam-se os loteamentos na área.

Durante a década de 60, com a expansão urbana de Fortaleza, Messejana integrou este processo. Muitos loteamentos foram ali estabelecidos, incluindo a área do Alagadiço Novo. Tendo tomado conhecimento da expansão que se dava na área e temendo pela destruição daquele patrimônio representado pela casa onde nascera José de Alencar, e do mais antigo engenho a vapor do Ceará, o então Presidente Castelo Branco, cearense de nascimento, provocou o tombamento de parte da

área do engenho, que ficou sob a responsabilidade da Universidade Federal do Ceará. Naquela área, preservando intactas a casa e a moita do engenho, foi instalado pela Universidade um Centro de Treinamento, com salas de aula e alojamentos.

Em 10 de agosto de 1964, a casa onde nasceu José de Alencar foi tombada a nível federal pelo Iphan.

2. Situação

No ano de 2000 foi elaborado um projeto de revitalização daquele espaço, que incluía uma pesquisa arqueológica na área da moita do engenho. Àquela época já não havia vestígios conhecidos da casa grande, mas restara a pequena casa onde nasceu José de Alencar, já restaurada, e algumas ruínas de estruturas relacionadas à fábrica do engenho.



Figura 2: Casa em que nasceu José de Alencar no Engenho Alagadiço Novo. Situação em 2004.

A pesquisa arqueológica foi realizada, incluindo a consolidação das ruínas da moita do engenho, mas o Projeto de Revitalização proposto à época não chegou a ser executado, a despeito do grande empenho do Iphan-CE e da UFC nas pessoas dos arquitetos Romeu Duarte,

Domingos Linheiro, e Ricardo Abreu que acompanharam de perto não apenas o Projeto de Revitalização, mas ainda a escavação arqueológica.

O hoje chamado sítio Alagadiço Novo está situado no município de Messejana, cerca de 13,4 km do centro de Fortaleza, com acesso através da BR 116. Como foi dito anteriormente, as terras do antigo engenho foram loteadas e hoje apenas uma quadra preserva o que restou das estruturas do engenho e da casa onde nasceu José de Alencar.

3. O projeto arqueológico

A escavação arqueológica, tomando por base a área onde afloravam os vestígios de antigas estruturas, teve início com a remoção da vegetação ruderal que cobria a área.

Todavia, a camada superficial de areia que revestia toda a área não permitia identificarem-se as conexões entre as ruínas aflorantes, de modo a permitir vislumbrar-se o conjunto da área que um dia comportara a estrutura do engenho.



Figura 3: Área onde emergiam algumas ruínas. Aspecto antes de iniciar-se a escavação.



Figura 4: Detecção magnética realizada na área.

Buscou-se então, através da detecção magnética, identificar os pontos de ocorrência de vestígios metálicos que apontassem remanescentes do antigo engenho, e assim delimitar a extensão da área a ser escavada.



Figura 5: Cortes-teste realizados na busca das extremidades da área da moita do engenho. Todo o material foi peneirado.

Ainda no sentido de delimitar a área do sítio, foram realizados cortes testes, buscando-se as extremidades, para em seguida, através da decapagem em grandes superfícies, iniciar-se a escavação propriamente dita.



Figura 6: Início da escavação por decapagem de grandes superfícies.

Engenho Alagadiço Novo - CE 0001
Distribuição das áreas de escavação



Figura 7: A numeração das áreas tem sentido apenas quanto a ordem de escavação, uma vez que as áreas funcionais não eram conhecidas antes da escavação.

Assim, a escavação foi realizada por áreas, com base em vestígios aparentes à superfície, e à medida que novas estruturas foram reveladas, ampliaram-se as áreas.

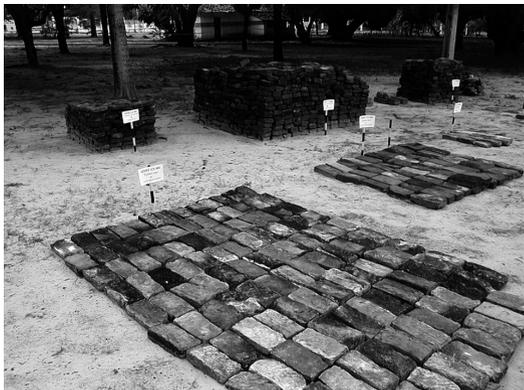


Figura 8: Tijolos de diferentes dimensões, resgatados e agrupados por similaridade.

Durante a escavação uma quantidade significativa de tijolos, de distintas dimensões e feitura, foi resgatada. Peças certamente oriundas do desmoronamento das paredes que constituíam a fábrica do engenho. Sua diversidade apontava para distintas fontes de consecução do material e, muito provavelmente, para distintos momentos de construção. Estas peças foram resgatadas e agrupadas por similaridade e viriam posteriormente a serem utilizadas na etapa de consolidação das ruínas.



Figura 9: Peça remanescente sendo tratada contra a corrosão.

Antecipando-se à escavação, logo após a limpeza da área, foi realizado um levantamento topográfico, mapeando-se todas as estruturas aparentes, considerando-se ainda as respectivas cotas e as superfícies de ocupação relacionadas a cada uma delas.



Figura 10: Início da documentação topográfica.

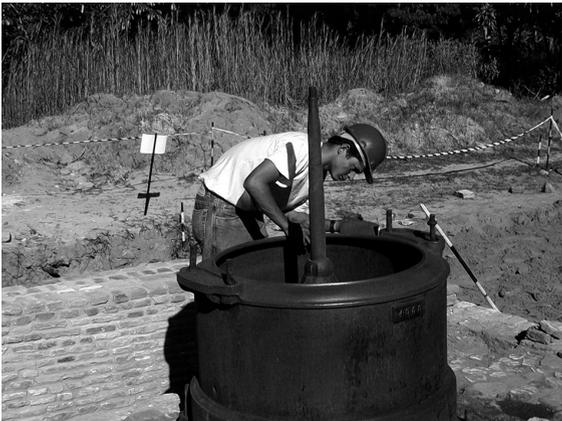


Figura 11: Outra peça remanescente sendo tratada contra a corrosão.

Algumas peças que constituíam parte do maquinário do antigo engenho a vapor, e que permaneceram dispersas na área, foram limpas e tratadas e, no final do trabalho remobilizadas para seu local de origem.

4. Resultados da pesquisa

Do ponto de vista do resgate arqueológico, dois grandes blocos de evidências podem ser considerados: as estruturas e o material móvel, presente em suas camadas. A estratigrafia, por seu turno, foi bastante prejudicada pelas sucessivas interferências das reformas realizadas naquela unidade produtiva. Algumas ruínas das estruturas construtivas podiam ser observadas à superfície. Entretanto, foi a escavação arqueológica por decapagem em grandes superfícies que permitiu visualizar o conjunto da moita do engenho. O que se apresentava como trechos de paredes dispersos no terreno ganharam em amplitude e diversidade a partir da exposição do conjunto de estruturas. Foi possível identificar conjuntos de uma mesma cronologia, assim como elementos que participaram de conjuntos de diferentes cronologias. Foi possível ainda identificar reformas que refletiam mudanças na tecnologia adotada, bem como mudanças nos produtos fabricados naquele engenho Alagadiço Novo. Assim, foram identificadas fases em que o engenho se dedicava ao fabrico de melaço e rapadura, em sua fase inicial; e quando se dedicou ao fabrico de destilados (provavelmente aguardente); e ao fabrico do açúcar mascavo.

5. A moita

O levantamento de fontes textuais e iconográficas permitiu a recuperação de uma antiga fotografia, onde é possível se observar a moita do engenho ainda em pé. Embora não se tenha conseguido identificar o autor e a data da fotografia, certamente é pelo menos da segunda metade do século XIX.



Figura 12: É importante observar nesta imagem a presença de duas chaminés, uma provavelmente associada à moagem e outra à fornalha de cozimento do caldo.

Nesta imagem, é importante observar a presença de duas chaminés, que bem poderiam estar associadas a duas etapas distintas do processo: uma, provavelmente a mais antiga, estaria associada ao processo de cozedura do caldo, a outra, mais recente, refletiria o processo de modernização da indústria, quando se instalou a moagem a vapor.

Durante a escavação arqueológica, as fundações de ambas as chaminés foram localizadas e consolidadas, permanecendo em exposição ao ar livre.

6. Detalhes construtivos da moita

A moita do engenho, em todas as fases observadas através da pesquisa arqueológica, foi erguida em alvenaria de tijolos. Nos idos do século XIX, quando se instalou o engenho, o elemento aglutinante em uso era a argamassa à base de cal. Todavia, nem todas as paredes, nem todas as estruturas foram argamassadas à base de cal. A argamassa de cal foi prioritariamente utilizada em elementos estruturais, como as

colunas e as chaminés. As paredes, em sua grande maioria, foram construídas em alvenaria de tijolos maciços com argamassa de barro, sem adição de cal. Observou-se ainda que as paredes foram erguidas na espessura de uma alvenaria em fogueira (1 vez e meia o comprimento do tijolo), todavia não no sistema maciço de entrelaçamento de tijolos. Foram erguidas duas paredes singelas, paralelas entre si, distando uma da outra à largura correspondente ao comprimento de $\frac{1}{2}$ tijolo. O espaço entre as paredes singelas foi preenchido com a mesma argamassa de barro, conferindo uma estrutura única de sólida parede.



Figura 13: Escada em semicírculo, antes da consolidação.

Outra estrutura que merece destaque são as escadas que dão acesso a distintos patamares no interior da fábrica. Os batentes foram construídos com tijolos à galga, e a escadaria em semicírculo, facultava o livre acesso em diferentes direções (área 4 da planta).

Outras escadas, no interior da fábrica davam acesso à base da fornalha (área 1 da planta).

Foram resgatados tijolos e fragmentos de tijolos de diferentes tipologias; distintos em termos de dimensões, de proporções e mesmo de diferentes tipos de argila, refletindo diferentes momentos ou mesmo locais de fabrico. É importante ressaltar ainda que alguns tijolos, por suas formas características foram fabricados especialmente para aplicação em diferentes estruturas do engenho. Desde formas curvas em um dos lados a formas trapezoidais utilizadas na área de sustentação dos tachos. É curioso notar que um dos tijolos resgatados trazia gravado ainda no barro cru, a data de 7-8-919, já da segunda década do século XX. Outras marcas observadas nos tijolos, pegadas de cães, e de porcos (bem jovens) dão notícias do processo de fabricação artesanal daquela indústria, em áreas abertas, terreiros de secagem com livre acesso aos animais.



Figura 14: Escada no interior da área do engenho, unindo áreas de cotas distintas.

Tijolos foram ainda utilizados no revestimento de pisos de algumas áreas; outras pelo que se pode observar permaneceram com o piso de “chão batido”.

Aquelas paredes rejuntadas com barro pressupõem uma proteção contra as chuvas, o que foi garantido por largos beirais da coberta em telhas.

Convém ressaltar que a quantidade de fragmentos de telhas resgatada na área não é condizente com a extensão do telhado que cobria a fábrica; o que sugere que após a desativação da estrutura, pelo menos parte das telhas foi removida, provavelmente para ser utilizada em outra construção.



Figura 15: Cômulo no interior do engenho, com o piso revestido em tijolos.

Telhas foram ainda utilizadas no revestimento das muitas canaletas, presentes no interior da fábrica, provavelmente associadas ao transporte do caldo para cozimento.



Figura 16: Canaletas re-vestidas com telha.

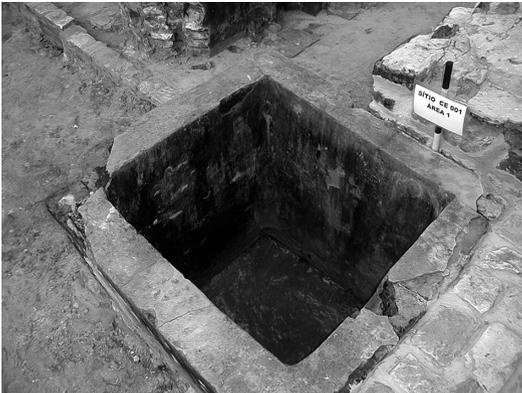


Figura 17:- Tanque revestido com cimento Portland.

Os muitos tanques presentes no interior da fábrica, relacionados ao processo de manufatura foram construídos em alvenaria dobrada de tijolos maciços, alguns, mais antigos, rejuntados e revestidos com argamassa de cal, outros, de uso mais recente, revestidos com argamassa a base de cimento Portland.

O uso do cimento Portland está restrito as estruturas mais recentes (século XX) em que se inclui uma ampla área, provavelmente de secagem de polvilho, recortada por canaletas. Esta estrutura contígua à área da destilaria se sobrepôs a dois conjuntos de fornos de cozimento, os mais antigos, e bem poderia ter ocupado a área de fermentação.

7. Subunidades funcionais do sistema produtivo

Moagem

Do processo de moagem da cana, anterior à instalação da máquina a vapor, não restaram vestígios que permitam localizá-los/identificá-los. Considerando a tecnologia em uso na segunda metade do século XIX anterior ao uso da máquina a vapor, se teriam os engenhos movidos a água e os engenhos movidos à tração animal. Na área do engenho não foram localizados indícios de levadas que conduzissem a água para servir de força motriz para o engenho. Tampouco a topografia sugere a presença de riachos ou córregos que atravessassem a área da fábrica. Contudo, há um açude em cota mais baixa, que pode ter sido utilizado para fornecer água durante o processo de fabrico³.

É provável que em seus tempos iniciais, o engenho fosse movido à tração animal, não há, todavia, vestígios desta atividade, nem material, nem estratigráfico. Do ponto de vista estratigráfico, é possível que o desaparecimento de vestígios da área de pisoteio dos animais que fariam a tração da moenda se deva às sucessivas reformas na moita que culminaram na instalação de um engenho de ferro para moer cana (1836).

Conjunto de tachos e fornalha

As estruturas indicam a existência de pelo menos três momentos distintos de conformação da fábrica. O indício marcante destas etapas é a presença de diferentes fornos, que se sucederam, ocupando locais distintos.

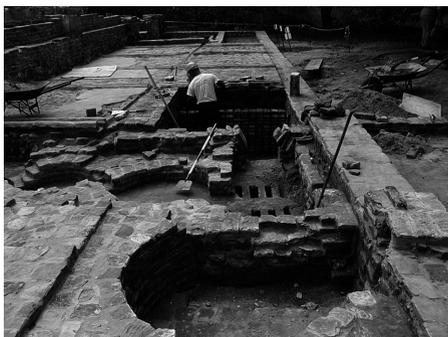


Figura 18: Observe-se o contorno dos tachos do primeiro e segundo engenhos. Observe-se ainda a grelha em tijolos.

³ Entre 1834 e 1836 foi construído um açude na lagoa “de poucas águas”, ali existente.

Os dois mais antigos foram construídos em locais próximos um do outro (área 11 da planta), sugerindo apenas uma pequena mudança que teria atingido a fornalha, mas não necessariamente o conjunto do processo.



Figura 19: Vista do interior da fornalha depois de escavada e consolidada.

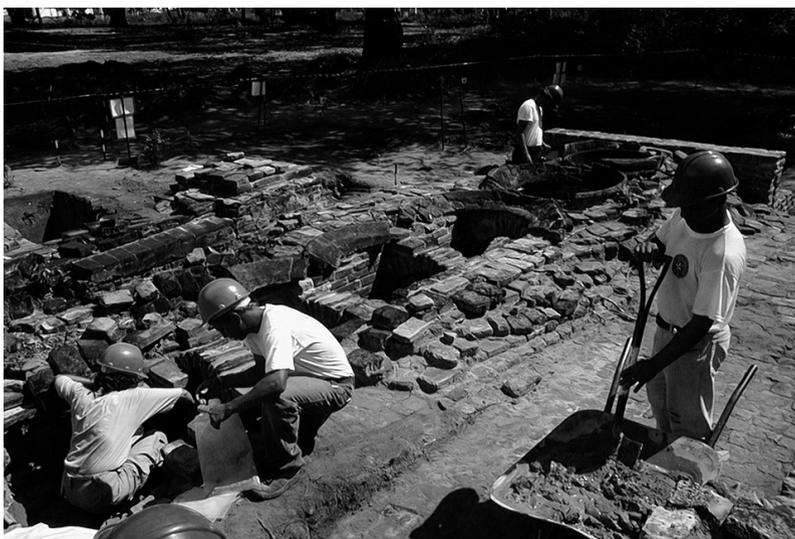


Figura 20: A fornalha mais recente, após a escavação, mas antes da consolidação.

Nesta primeira, a segunda versão do engenho, a fornalha atendia a um conjunto de três tachos, cada uma.

O terceiro conjunto de tachos, em número de seis (área 4 da planta), já reflete uma mudança mais efetiva. Nesta reforma, o processo de cozimento do caldo foi deslocado para outra extremidade do conjunto, sugerindo uma relocação do processo.

O borralho

A retirada das cinzas é uma etapa regular decorrente da queima do material utilizado no processo de cozimento do caldo. No interior da fornalha, sob a área onde circula o calor, existe uma grelha que deixa passar e assentar as cinzas.

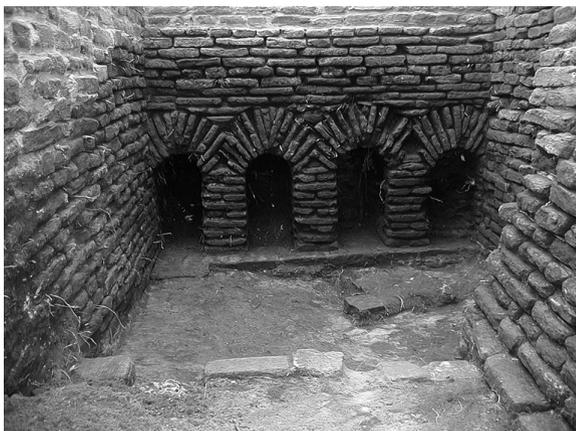


Figura 21: Borralho depois de escavado.

Assim, sob o local de entrada do material para queima (lenha e, muito frequentemente, o próprio bagaço da cana moída) existe o ponto de coleta das cinzas - borralho, que são removidas e transportadas para fora do engenho, indo comumente adubar os campos.

Via de regra, as alterações nas estruturas se fazem no período da entressafra, comumente no período chuvoso.

A produção

Quanto à produção, a princípio entendia-se que o engenho recém instalado por José Martiniano, face a sua tradição no Crato, dedicava-se ao fabrico de melaço e rapadura. Mas, certamente, o leque de produtos

foi ampliado ao longo do tempo. Ali funcionou uma destilaria, provavelmente voltada ao fabrico de aguardente, e ainda o fabrico de açúcar mascavo, o que é evidenciado pelas formas de açúcar presentes no registro arqueológico.

Provavelmente, durante um tempo (não há elementos que possam datar com precisão) teria existido nas proximidades uma 'casa de farinha'. Um dos produtos extraídos da mandioca, a goma, para uma maior conservação é posta a secar, constituindo o polvilho. Parte da área do engenho foi destinada à secagem da goma oriunda da casa de farinha. Uma ampla área, cimentada e recortada por canaletas que drenavam a manípueira, foi localizada durante a escavação (área 11 da planta).



Figura 22: Área revestida com cimento Portland.

Considerando-se a amplitude da área de secagem, há que se entender que a 'casa de farinha' processava uma quantidade significativa de mandioca. Assim, aquela cultura deveria ocupar uma área significativa do terreno. Teria substituído a cana de açúcar do Alagadiço Novo? Ou a 'casa de farinha' operava atendendo a diferentes plantadores da vizinhança? É possível que a 'casa de farinha' tivesse coexistido com o engenho de cana, ou que o tenha sucedido. Não resgatamos elementos que pudessem apontar para uma das duas possibilidades, mas certamente a atividade mandiogueira ocupou parte da área da moita do engenho, o que não impediria necessariamente a moagem da cana e o pro-

cessamento do caldo, seja para a produção de melação, de açúcar ou de rapadura. Todavia, a área de secagem parece ter ocupado a área de fermentação para o processo da destilaria de aguardente. A área da ‘casa de farinha’ não foi escavada.

Considerando que a implantação da máquina a vapor se deu ainda durante a permanência do Senador José Martiniano de Alencar no Ceará, podemos admitir que grande parte das reformas empreendidas no engenho se deu sob sua gestão. Todavia, a utilização da área do engenho para atividades relacionadas às atividades mandioqueiras, provavelmente se deu sob a gestão de seus sucessores.

8. O abandono da produção e a constituição do sítio arqueológico

Quando cessaram as atividades produtivas na área da moita do engenho, suas estruturas pouco a pouco foram entrando em arruinação. Como vimos anteriormente, pequena quantidade de fragmentos de telha presentes no sítio arqueológico, sugere que a estrutura foi, provavelmente, destelhada e as telhas reutilizadas alhures. Sem a proteção contra as chuvas, suas paredes argamassadas com barro foram pouco a pouco desmoronando. É provável que muitos dos tijolos tenham sido também reaproveitados em outras construções, ainda que muitos tenham restado dispersos na área e foram reaproveitados para o trabalho de consolidação das estruturas.

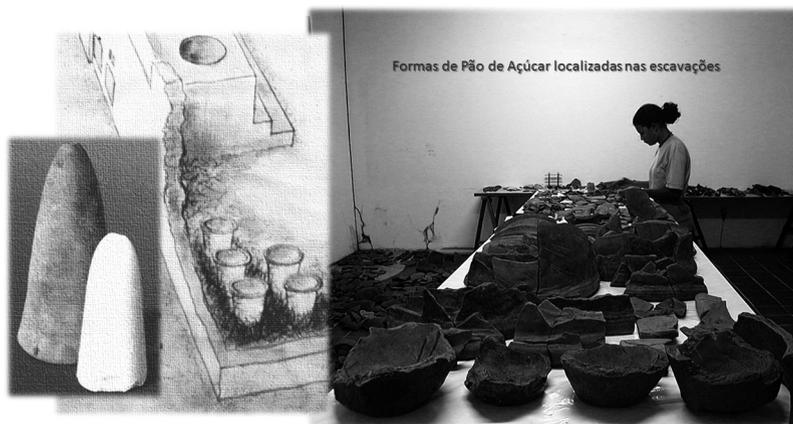


Figura 23: Formas de ‘pão de açúcar’ já em laboratório.

É interessante observar-se que no material ali resgatado, poucos elementos estão relacionados ao processo de moagem, como os cilindros, ou relacionados ao processo de cozimento do caldo, como as escumadeiras e as conchas. Restaram vestígios de alguns dos tachos e fragmentos de formas de ‘pão de açúcar’, mas não restaram vestígios das formas de rapadura.

Da destilaria pode-se observar o balcão de instalação do destilador, sem vestígios dos diversos componentes do processo, seja da fermentação, seja do destilador.

Esta condição de ausência de material arqueológico relacionado à atividade principal da área apresenta duas vertentes. A primeira, podemos considerar a perecibilidade do material de que é feito grande parte das peças de uso em um engenho. Apesar de poder se ver em museus voltados à produção açucareira, muitas peças de cobre, como tachos, colheres, escumadeiras, conchas, nem sempre este material era acessível. A alternativa muito em voga era sua substituição por peças fabricadas em madeira. Assim, a exceção das peças que iam ao fogo, quase tudo podia ser feito em madeira. Mesmo cilindros, eixos, enfim o próprio maquinário se produzia em madeira.



Figura 24: Área da destilaria; vê-se a bancada do destilador.



Figura 25: Conjunto de fragmento de 'flow blue' resgatados no sítio.

A segunda vertente, porém não menos significativa, é a questão da reutilização dos componentes de uma fábrica. Ao se modernizar ou mesmo se desmontar um engenho, quase sempre as peças retiradas, as antigas engrenagens são reaproveitadas em outras fábricas de menor porte, não restando, portanto, abandonadas nas cercanias do engenho.

O resgate de material arqueológico durante a escavação do sítio, a análise das peças resgatadas, sugere ainda que a área da fábrica abandonada foi sendo naturalmente utilizada como área de descarte. Assim é que muito da louça doméstica quebrada, desde a fina ‘flow blue’ às mais populares ‘blue edges’ foram descartadas na área do engenho. Pratos e bules de ágata, colheres de mesa, cerâmica vermelha simples e vitrificada; louça doméstica branca e garrafas de grés e serviços em porcelana (fabricado no Brasil – Rio de Janeiro), integram ainda a tralha doméstica de mesa e cozinha presente no sítio.

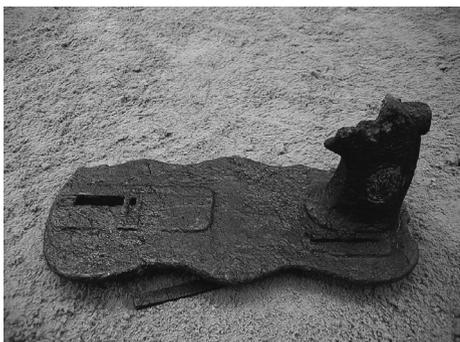


Figura 26: Máquina de costura da Marca Singer, resgatada no sítio.



Figura 27: Tampa de fogão de lenha resgatada no sítio.

Destaque-se ainda a presença de uma tampa de fogão a lenha no interior do depósito. Ainda relacionada à tralha doméstica foram resgatados uma máquina de costura doméstica, da marca Singer, e um ferro de passar roupa, a carvão.

É muito rico o rol de fragmentos de artefatos que compõe o acervo resgatado no engenho; desde moedas e chaves, a estojo de projétil de arma de fogo (Lefauchaux). Armas que calçavam este tipo de estojo foram comuns a partir da década de 1860.



Figura 28: Estojo Lefauchaux ou de pino, resgatado no sítio.

Na Europa, a década de 1860 foi o apogeu da munição Lefauchaux (ou por pino). É deste período o surgimento dos primeiros revólveres dimensionados para cartuchos metálicos e com grande capacidade. Os modelos de revólveres fabricados pelo francês Jules Chaineux, se apresentavam com capacidade de 12 a 20 tiros, nos calibres 12 e 9 mm Lefauchaux. Todavia, já nos primeiros anos do século XX esta tendência é abandonada. Tanto os revólveres de grande tambor de Chaineux quanto à munição Lefauchaux tornaram-se completamente obsoletos e a ideia de muito maior capacidade nesse tipo de arma cai temporariamente no esquecimento.

A princípio poder-se-ia pensar que a presença deste tipo de munição na área se devia a presença no Alagadiço Novo de uma tropa de milícia que ocupava a casa ali construída para este fim, pelo então Governador da Província (1834 a 1837), José Martiniano de Alencar. To-

davia, a cronologia destas armas é posterior à presença de Martiniano Alencar no Alagadiço Novo, pois ao deixar o cargo de Governador da Província mudara-se para o Rio de Janeiro (1837).



Figura 29: parte de peça do maquinário do engenho, (mancal) resgatado no sítio.

Dentre o material relacionado à agricultura, foram resgatadas enxadas, foices, e até mesmo parte de um arado. Do mesmo modo foram resgatadas pequenas peças, provavelmente relacionadas à fixação e funcionamento da moenda de ferro e de sua máquina a vapor.

9. Considerações finais

Ao se abordar arqueologicamente o engenho Alagadiço Novo se pretendia atingir diferentes objetivos. De início tinha-se o compromisso de fornecer dados para o projeto de revitalização do que viria a ser um Parque, este seria um aspecto técnico da pesquisa. Entretanto, além deste objetivo, buscava-se outros elementos que viriam a esclarecer aspectos do cotidiano daquela unidade produtiva. Aspectos voltados para as relações de trabalho, do cotidiano da casa grande, da senzala e posteriormente das residências dos trabalhadores, além de outros elementos que permitissem um maior entendimento daquele sítio arqueológico em seu contexto espacial, temporal e social. Esses objetivos, entretanto, não foram atingidos em sua totalidade. Muitos deles perderam-se ao longo do tempo, enquanto outros foram soterrados por

novas construções edificadas no local. Desta forma, a pesquisa arqueológica teve como foco apenas a área produtiva do engenho.

A descrição detalhada do material arqueológico resgatado encontra-se no relatório da pesquisa que pode ser encontrado em <http://www.brasilarqueologico.com.br>.



Figura 30: Vista parcial do Sítio Alagadiço novo, tendo ao centro a área da antiga moita do engenho, após a escavação arqueológica. Imagem do Google.

Porém, além da abordagem tipológica do material encontrado, várias estruturas ligadas a produção do engenho permitiram o entendimento, senão total, pelo menos parcial do funcionamento desta unidade produtiva ao longo dos anos de sua existência, e de suas sucessivas modificações, algumas das quais pioneiras para a sua época. O senador Alencar foi um homem que teve sua trajetória marcada por uma visão que transcendia ao seu tempo.

Os elementos funcionais que se encontravam soterrados permitiram diversas inferências direcionadas para o entendimento da produção e seus processos. Como estes elementos encontrados pela pesquisa arqueológica foram consolidados e se encontram aparentes, podem ser

utilizados em aulas práticas de diferentes disciplinas, além de permitir ao turista uma ideia das diferentes atividades praticadas em um engenho de açúcar.

Ainda existem vestígios arqueológicos que não foram escavados como a casa da milícia, contígua à pequena casa onde nasceu o escritor José de Alencar. A escavação desta área poderia trazer à tona mais informações do cotidiano desta unidade militar. Esta pesquisa arqueológica, embora limitada pela área construída, contribuiu não apenas para o entendimento da inserção deste engenho na sócio-economia de Mesejana, no estado do Ceará, como permitiu a compreensão das diferentes e sucessivas modificações desta unidade produtiva.

Como nos referimos anteriormente, questões da amplitude que se buscou neste estudo, necessariamente não poderiam ser respondidas através do estudo de um único sítio. Mas servem para refletir sobre a busca que se deve empreender no estudo arqueológico dos engenhos, o quanto se pode buscar do modo de vida, da cultura que se forjava naqueles canaviais.

Referências bibliográficas

Alencar 100 anos depois. Coleção Antônio Sales. Edição da Academia Cearense de Letras – Fortaleza, 1977.

BARROSO, Gustavo. À margem da História do Ceará. Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

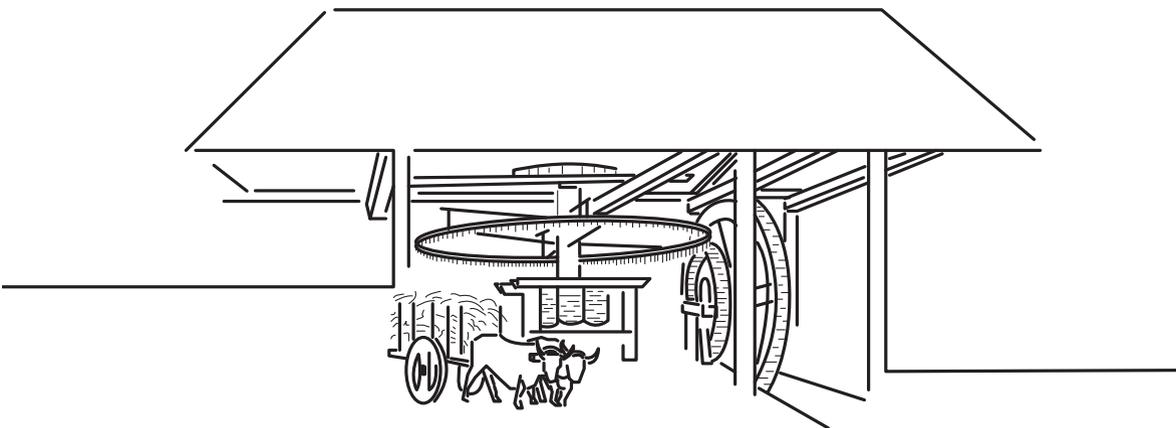
FROTA, D. José Tupynambá da. Bispo de Sobral – História de Sobral. Fortaleza: Pia Sociedade de São Paulo, 1953.

GIRÃO, Raimundo. Pequena História do Ceará. 2ª edição. Editora “Instituto do Ceará”, 1962.

GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará. Coleção Instituto do Ceará. Editora “Instituto do Ceará”, 1947.

MENEZES, Raimundo de. José de Alencar. Literato e Político. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1965.

Revista do Instituto do Ceará, vol. 13, pág. 202.



MEMÓRIA E TECNOLOGIA: a produção do açúcar e os remanescentes dos antigos engenhos alagoanos

Bianca Machado Muniz¹

1. Introdução

Quando teve início a produção de açúcar no Brasil, o território correspondente ao atual Estado de Alagoas era então parte da capita-

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL. Professora do Centro Universitário Tiradentes – UNIT.

E-mail: bianca602@yahoo.com.br.

nia de Pernambuco, e dessa forma permaneceu até se emancipar, em 1817. Os engenhos que ali surgiram, no entanto, permaneceram por um período muito mais longo: até o início do século XX quando, superados pela produção em escala industrial das usinas, acabaram praticamente se extinguindo.

A crise dos engenhos, contudo, iniciou-se antes, no final do século XIX, quando vários acontecimentos se reverteram em entraves que quase culminaram em sua extinção. Um deles foi a abolição da escravidão, que deixou as propriedades sem a necessária mão de obra. Outro foi a dificuldade de escoamento do produto: com os engenhos sendo fundados cada vez mais longe da costa, nem sempre era possível o transporte fluvial da produção, o que destacou a carência de estradas ou vias para fazer o produto chegar ao porto. Finalmente, as inovações tecnológicas, que embora inicialmente tenham permitido uma modernização e maior rendimento dos processos de produção do açúcar, posteriormente acarretaram o surgimento das usinas. A partir daí, vários proprietários de engenhos se uniram para fundar estas novas indústrias. Aqueles que não puderam fazê-lo viram suas propriedades tornarem-se meras fornecedoras de cana.

Hoje, cerca de um século depois, a despeito da frase de Diéguas Júnior² de que “*não parece creditável que possa existir uma história das Alagoas sem o açúcar*” (Diéguas Junior, 2006:26), muitos alagoanos ignoram a importância do produto em seu passado. Ao mesmo tempo, as edificações remanescentes dos engenhos açucareiros não têm sua importância histórica reconhecida, o que se percebe por não haver engenho alagoano tombado em nível municipal, estadual ou federal.

Fiéis à tradição que lhes deu origem, vários remanescentes de engenhos alagoanos permanecem no poder de antigas famílias abastadas, mas sem que exista nenhum controle ou salvaguarda destas construções. Esta situação permite que os atuais proprietários possam fazer qualquer tipo de intervenção nestes edifícios, ou mesmo se omitir, permitindo que o tempo providencie o seu arruinamento e consequente desaparecimento.

2. Manuel Diéguas Junior foi um antropólogo, sociólogo, jurista e folclorista maceioense, reconhecido por ser autor de uma das obras mais relevantes sobre os engenhos alagoanos: “O banguê das Alagoas”, leitura fundamental sobre o tema.

Os engenhos eram propriedades rurais que por mais de três séculos agregaram as diversas atividades necessárias à produção açucareira, desde o cultivo da matéria prima, a cana, até o encaixotamento do produto final, o açúcar. Eram formados por várias construções, cada uma com funções específicas e necessárias para o processo de produção: casa de farinha, olaria, alambique, entre outras. Dentre elas, quatro se destacavam, constituindo-se como edifícios principais, tanto por sua recorrência, como também por estarem mais diretamente ligados à fabricação do açúcar: a casa grande, habitação do proprietário, ao qual se tornou corrente chamar senhor do engenho; a capela, onde se realizava a assistência religiosa aos moradores do engenho, a senzala, destinada a habitação dos escravos, e finalmente a fábrica, construção que tinha como função abrigar os diversos processos de produção do açúcar.

A crise que levou à extinção dos engenhos teve impacto direto na maioria destas construções. As construções auxiliares, como as casas de farinha, olarias e etc., apenas raramente são encontradas como partes remanescentes dos engenhos. A casa grande costuma ser a mais conservada, pois geralmente, continua como sede, abrigando a família de seu proprietário, ainda que em visitas ocasionais. A manutenção e as reformas, porém, costumam causar grande impacto, muitas vezes modificando essas construções e apagando seus traços originais. As capelas, por sua vez, não havendo mudanças significativas nas cerimônias religiosas, também não costumam sofrer grandes modificações, e muitas vezes se encontram conservadas, embora não seja tão raro encontrar capelas arruinadas ou já desaparecidas. Fora as senzalas, das quais geralmente não há mais vestígios, as construções que se encontram em posição mais crítica são as fábricas: pelo fato de terem perdido a sua função original, hoje são convertidas para os mais diversos fins, como depósitos, garagens, lugar para abrigo de animais – usos que, além de causarem, na maioria das vezes, grandes impactos sobre a construção, também não correspondem à importância histórica das mesmas.

Assim, o trabalho que aqui se apresenta teve como objetivo compreender os processos de produção de açúcar e sua vinculação com a arquitetura dos prédios que a eles correspondia – a fábrica – buscando nos edifícios remanescentes vestígios de sua função original.

Este estudo foi realizado como parte das atividades investigatórias do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem, sediado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas.

As pesquisas do grupo sobre a temática dos engenhos iniciaram-se em 2007, com o projeto denominado “Ações Regionalizadas: Identificação e Mapeamento de Engenhos”, financiado pelo IPHAN, numa iniciativa que reuniu a superintendências regionais de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Paraíba, visando à localização e estudo dos antigos remanescentes nestes estados, de forma a possibilitar futuras ações de salvaguarda deste patrimônio cultural. Em Alagoas, o Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem foi responsável pela execução do projeto na área do entorno da cidade de Porto Calvo e na região das lagoas Mundaú e Manguaba, com rastreamento de fontes documentais – textuais e iconográficas – além de trabalho em campo para identificação e levantamento destas construções. Este primeiro projeto se desdobrou em outro, intitulado “Os engenhos na construção territorial de Alagoas”, realizado entre 2010 a 2012, com o auxílio do CNPq, que buscou aprofundar o conhecimento dos engenhos alagoanos em seus aspectos mais particulares, trabalho que em muito contribuiu para a elaboração do presente artigo, e que se desdobrou no tema da tese de doutorado da autora³.

As investigações que aqui apresentamos contaram não apenas com revisão de literatura referente ao tema, privilegiando as fontes que tinham como foco a tecnologia de produção do açúcar e a arquitetura dos engenhos, mas priorizou também a visita a remanescentes de Alagoas e Pernambuco, tendo como critério aqueles que mantiveram seus edifícios mais conservados, especialmente os prédios da fábrica. A visita aos exemplares Pernambucanos foi fundamental, pois, em muitos casos, os mesmos apresentaram-se mais conservados e com vestígios das práticas de produção do açúcar mais evidentes. Já a visita aos engenhos alagoanos foi imprescindível para observar possíveis indícios dos processos de produção do açúcar, bem como para realizar levantamentos fotográficos e métricos dos exemplares eleitos para o estudo. Entre os oito engenhos visitados em Pernambuco, aqui destacamos, os engenhos Jundiá, Poço Comprido e Várzea Grande. Já entre os dez engenhos Alagoanos acessados neste trabalho, destacamos o Mundaú, o Pau Brasil, Grajaú de Cima, Grajaú de Baixo e Salgado.

A seguir, apresentamos os principais processos de produção do açúcar desenvolvidos nos engenhos, bem como o esforço para a identi-

³ Em curso, pela FAU/UFAL.

figuração dos vestígios desta prática encontrados nos exemplares durante as visitas de campo.

2. Casa da moenda

A primeira providência a ser tomada para a fabricação do açúcar era a produção da matéria prima – a cana. Desta forma, uma parte da propriedade era destinada ao cultivo desta cultura, bem como uma parcela dos trabalhadores era designado para este fim.

Uma vez colhida a cana, o próximo passo seria conduzi-la ao engenho propriamente dito, que era representado pela moenda, maquinário fundamental cujo nome representou toda a propriedade:

“Ainda que o nome de engenho compreenda todo o edifício com as oficinas e casas necessárias para moer a cana, cozer e purgar o açúcar, contudo, tomado mais em particular, o mesmo é dizer casa do engenho que casa de moer a cana com o artifício que engenhosamente inventaram” (Antonil, 2007:121).

Existiram vários tipos de moenda, mas nos engenhos alagoanos se destacou as moendas movidas a roda d'água, as moendas trapiche e, a partir do século XIX, a moenda a vapor.

As moendas movidas a água precisavam desse recurso natural para se estabelecer, o que influenciava a localização da propriedade e a locação do prédio da fábrica. Para viabilizar seu funcionamento, uma porção de água era desviada do curso natural de um rio ou lagoa, por um canal ou levada, através da qual a água era conduzida ao local escolhido para a moagem da cana, atravessando o edifício onde estava instalada a roda d'água. Era necessário que existisse uma diferença de nível para permitir que a água circulasse com força e velocidade apropriada para mover a roda (Antonil, 2007). O engenho de roda d'água podia ser classificado, segundo a altura em que a água feria a roda, em copeiro, meio copeiro ou rasteiro. *“Porque ou a agoa não chega se não a parte interior*

da roda, & chamase rasteiro, ou toma a roda pelo meyo & chamase meyo copeiro, ou cahe de cima sobre a roda, & chamase copeiro” (Bluteau, 1728).

As moendas movidas a água eram constituídas, na verdade, de três rodas: a roda d’água, o rodete e a volandeira. Para mover a roda d’água era construído um canal que desviava uma porção de água de um rio, onde a roda d’água era encaixada verticalmente: a correnteza fazia girar a roda d’água que estava acoplada ao rodete. Este, por sua vez, impulsionava a volandeira, outra roda de dimensões equivalentes à roda d’água, disposta em sentido horizontal. A volandeira era atravessada em seu centro por um eixo de madeira denominado “eixo da volandeira”. O giro da volandeira fazia girar o eixo, que girava um rolo central, aos quais estavam vinculados na forma de uma engrenagem a dois rolos laterais. “*Os corpos dos três eixos, da metade para baixo, são vestidos igualmente de chapas de ferro unidas e pregadas com pregos feitos para este fim*” (Antonil, 2007:125) e possuíam dentes que permitiam o encaixe dos rolos uns nos outros. O movimento da volandeira fazia com que os rolos girassem, enquanto entre eles eram introduzidos os feixes de cana, que assim espremidos vertiam seu sumo.

Com o passar do tempo e o aumento da quantidade dos engenhos, estes nem sempre podiam ser fundados em sítios com as condições necessárias para a utilização do mecanismo da roda d’água. Nestes casos tornou-se comum o uso da moenda trapiche, que era movida pela força de animais. Eram chamados trapiches quando se usava o boi e molinete quando se empregavam bestas, sendo conhecido ainda como engenho de “almanjarras”. A denominação trapiche, no entanto, era a mais frequentemente utilizada (Diégues Júnior, 1952:26). Nesse caso, o eixo central da moenda devia estar ligado não à volandeira, mas a traves cravadas na parte superior do eixo, às quais se denominam aspás. Estas, descendo obliquamente, eram atreladas a oito animais que deviam ser trocados de três em três horas. (Couto, 1904:176). Estes, girando ao redor das moendas, moviam os eixos usados para extrair o sumo da cana.

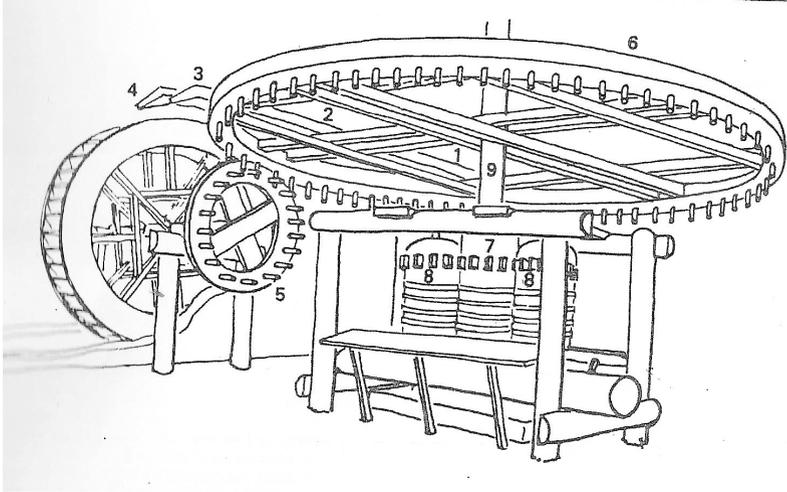


Figura 1: Esquema da estrutura de uma roda d'água. GAMA, (1983: 62). 1-Levada; 2-Calix; 3-Feridor; 4-Roda d'água; 5-Rodete; 6-Volandeira; 7-Rolo do meio; 8-Rolos laterais; 9-Eixo da volandeira.

Nos engenhos visitados, praticamente a única relação encontrada entre a casa da moenda e sua função original foi a fato destas construções tenderem a forma quadrangular, para abrigar o movimento circular da volandeira, ou dos animais, no engenho trapiche: *“Para esta fábrica he necessária huma casa que tenha ao menos cem palmos de quadra; destes sessenta são para circular a bolandeira, e os quarenta para se recolherem as canas”*⁴ (Couto, 1904:174).

Nos engenhos pernambucanos visitados, a maioria utilizava a moenda trapiche, exceto o Massangana, embora já não houvesse vestígios da edificação ou maquinário. No engenho Várzea Grande encontrou-se vestígios de uma estrutura de madeira que servia de suporte para os eixos da moenda trapiche. Também os engenhos alagoanos foram anteriormente movidos, em sua maioria, a moendas do tipo tra-

⁴ Tendo um palmo 22cm, 100 palmos correspondem a 2.200 centímetros ou 22 metros. (BUENO, 2003:52).

piche, o que se pode verificar pelo depoimento de funcionários ou proprietários, ou pela visível distancia de fontes de água ou de estruturas que indicassem as levadas que conduziam a água para as rodas d'água. A exceção ficou por conta do engenho Grajaú de Baixo, localizado no Município do Pilar, onde foi encontrada uma roda d'água e vestígios das estruturas edificadas que conduziam a água para a moenda. Outra exceção foi o engenho Pau Brasil, onde ainda foi encontrado um aqueduto, embora o prédio da fábrica e a própria roda estivessem consideravelmente arruinados.

Em algumas das construções estudadas foram encontrados vestígios do engenho a vapor. A utilização do vapor para mover a moenda dos engenhos iniciou-se no início do século XIX, embora só tenha começado a ser utilizado em Alagoas em meados do século (Diégues Júnior, 1952:27). A utilização desta força motriz aumentava a produtividade, porém onerava os custos da fabricação devido aos altos valores do investimento e manutenção. Muitos dos engenhos visitados utilizaram em seus últimos anos a moenda a vapor, como é o caso do engenho Poço Comprido – em Pernambuco, e Salgado, em Alagoas, podendo-se ainda observar algumas marcas desta moenda no prédio, sobretudo no citado engenho pernambucano.

Outro fator que influenciava a arquitetura da fábrica era a possibilidade de conduzir o caldo extraído da moenda até a casa das caldeiras por bicas: *“Este sumo (ao qual depois chamam caldo) cai da moenda em uma cocha de pau que está deitada debaixo da ponte de aguilhões, a daí corre por uma bica a um parol metido na terra que chamam parol do caldo”* (Antonil, 2007:128). Nesse caso, esse processo seria beneficiado pela inclinação do terreno, onde a casa da moenda deveria estar em nível mais alto e a casa de caldeiras um nível mais baixo. A casa de caldeiras era o cômodo destinado ao cozimento do caldo, processo que desencadeava também a cristalização do açúcar, acerca do qual discorreremos a seguir.



Figuras 2 e 3: Roda d'água do engenho Grajaú de Baixo, Pilar-AL e roda d'água e aqueduto entre as ruínas casa de moenda do engenho Pau Brasil, Boca da Mata-AL.

3. Casa das caldeiras e casa das fornalhas

A casa das caldeiras, também chamada casa dos cobres, era o cômodo destinado ao cozimento, purificação e cristalização do açúcar. Este cômodo acomodava uma variedade de tachas ou tachos em alinhamento paralelo e contíguo a uma das paredes externas do edifício, por onde o caldo passava sucessivamente, sendo batido e purificado, até que o açúcar era cristalizado.

Segundo Couto (1904:174), a casa das caldeiras devia ter dimensões semelhantes à da casa da moenda, ou seja, cem palmos de quadra. Ali deviam ser dispostas quatro caldeiras e oito tachas, no sentido do comprimento da casa.

Nos engenhos mais antigos, a casa das caldeiras funcionava em conjunto com a casa das fornalhas. As mais antigas eram um vão de tijolo com teto abobadado, que tinham orifícios por onde eram encaixadas as tachas e caldeiras. Segundo Antonil, a casa das fornalhas era “*bocas verdadeiramente tragadoras de matos, cárcere do fogo e fumo perpétuo, e viva imagem dos Vulcões, Vesúvios e Etnas, e quase disse do Purgatório ou do Inferno*” (Antonil, 2007:136). Deste processo se ocupavam os escravos

“condenados” por suas doenças, que junto às fornalhas deviam “*pur-garem com suor violento os humores gálicos de que têm cheios seus corpos*” (Antonil, 2007:136), ou por maus comportamentos “escravos fascinorosos que presos em compridas e grossas correntes de ferro pagam neste trabalhoso exercício os repetidos excessos de sua extraordinária maldade” (Antonil, 2007:137). Os fadados a trabalharem neste ofício, se encarregavam de botar lenha para alimentar o fogo que cozia o açúcar dia e noite, ininterruptamente.

Curiosamente, segundo o mesmo Antonil, o lugar de maior perigo era a moenda – pois, se por cansaço, sono ou distração o escravo responsável por introduzir os feixes de cana na moenda permitisse que a mão se aproximasse mais do que devia dos eixos em movimentos, podia ter a mão ou o braço moído, isso se lhe cortassem logo a mão ou o braço ou se conseguissem parar rapidamente a moenda, antes que todo ele fosse mastigado pela moenda (Antonil, 2007:129). Contudo, não era menos árduo o trabalho junto às fornalhas, e mesmo junto às caldeiras que se mantinham permanentemente aquecidas.

A partir do século XIX uma inovação foi introduzida no que diz respeito ao cozimento do açúcar: passou-se a utilizar o trem jamaicano, que recebeu esta denominação por ser usada naquela ilha desde o início do século XVIII (Gama, 1983:164).

Constava de uma fornalha com o mesmo número de bocas que a anterior, mas com fogo apenas embaixo da primeira boca. O fogo passava para as outras bocas através de um túnel que gradativamente diminuía de diâmetro até chegar a uma chaminé cuja altura era também em função das dimensões do túnel da fornalha (Gomes, 2006:42).

O trem jamaicano permitia também uma nova disposição das caldeiras e tachas, que não precisavam mais ficar junto às paredes externas da construção, além de acarretar uma economia no uso da lenha, que, pela devastação das matas para utilização nas próprias fornalhas dos engenhos, cada vez mais precisavam ser buscadas a maiores distâncias, mediante o pagamento de altos valores de frete. Assim, outra importante inovação introduzida no início do século XIX foi a utilização do bagaço como combustível (Gama, 1983:168).

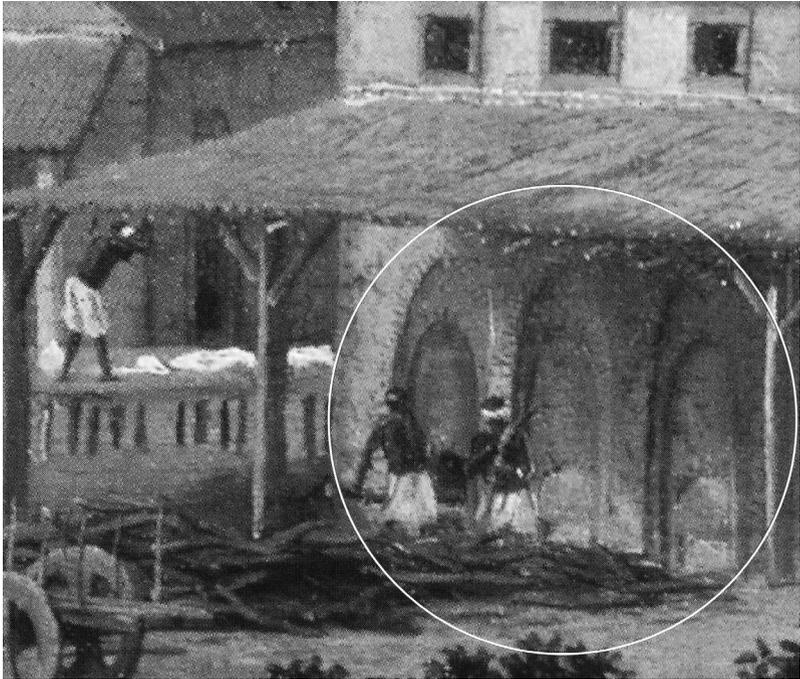


Figura 4: Engenho. Frans Post. Óleo sobre madeira, entre 1661-1669. Detalhe das fornalhas do engenho.

A adoção do trem jamaicano introduziu ainda um novo elemento no panorama alagoano: os bueiros, que além de indicar no prédio da fábrica o local onde estavam localizadas as tachas, também serviam de indicativo do local onde se encontrava algum engenho na paisagem.

Nos engenhos de Pernambuco, foi possível reconhecer alguns vestígios da casa de caldeiras, principalmente através da localização dos bueiros. Um exemplo é o do engenho Várzea Grande, onde o bueiro ainda se encontra no interior da casa, embora a estrutura que apoiava as tachas já não exista. No engenho Poço Comprido, ainda foi possível encontrar algumas tachas, e restos de alvenaria arruinada que insinuavam a forma das tachas.



Figura 5: O trem jamaicano acoplado às tachas de cozer açúcar. Gama (1983:158).

Nos engenhos alagoanos, percebe-se que a casa das caldeiras tendia a ter forma mais alongada por conta da disposição das caldeiras, e estar em cota ligeiramente inferior à casa da moenda, o que devia contribuir para a condução do caldo extraído da moenda através das bicas.

Os principais vestígios encontrados foram os bueiros, na maioria das vezes já completamente desconectados do prédio da fábrica, como no engenho Grajaú de Cima. No engenho Mundaú, já não existe a construção que se conectava aos três bueiros remanescentes.

Também é comum a presença de arcos entaipados no local referente a casa das caldeiras, possivelmente indicando a presença anterior de fornalhas que foram desativadas.



Figuras 6 e 7: Bueiros remanescentes dos engenhos Grajaú de Cima e Mundaú, situados respectivamente nos municípios alagoanos de Pilar e Satuba.

4. Casa de purgar

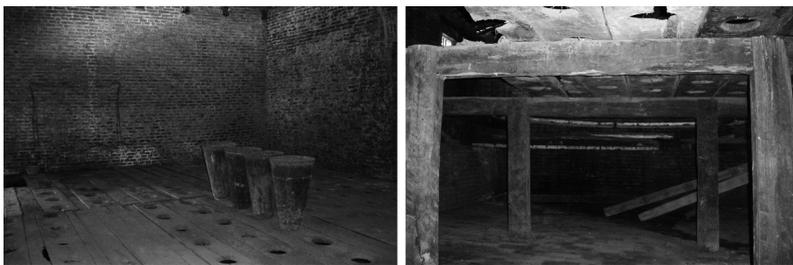
Durante o cozimento, o caldo inicial se tornava uma mistura de açúcar cristalizado e mel chamado “melado”. Neste ponto, era colocado para esfriar em formas, que em seguida, eram conduzidas por dois escravos para a casa de purgar, onde deviam permanecer cerca de 40 dias (Couto, 1904:175). As formas tinham formato cônico, sendo inicialmente de barro – o que explica a presença das olarias nos engenhos desde o século XVI. No século XIX, passaram a ser utilizadas também formas de ferro e madeira (Gomes, 2006:44). Na casa de purgar, essas formas eram colocadas em sentido vertical, com o vértice do cone encaixado em tábuas que possuíam furos abertos para este fim. Estas tábuas eram suspensas por pilares de alvenaria, em forma de andaimes a aproximadamente 1,50m do solo (Antonil, 2007:153), e eram dispostas de maneira a formarem uma espécie de assoalho.

Nos primeiros dias, o processo de purga consistia em separar, mediante a ação da gravidade, o mel do açúcar cristalizado. Assim, ao final de alguns dias, era tirado o tampo do orifício existente no vértice das formas, através do qual o mel que não cristalizou escorria para baixo do andaime de tábuas. Este mel caía em tábuas em forma de calhas, que conduziam o mel para um tanque, de onde poderia voltar a ser cozido, ou ser conduzido para o alambique para a confecção de aguardente.

Em Pernambuco, como casa de purgar mais conservada, destacou-se a casa do engenho Jundiá. Nela ainda se encontram todas as estruturas, inclusive os andaimes de tabuas e algumas formas.

Já no engenho Poço Comprido, foram encontrados vestígios dos pilares que apoiavam os andaimes, bem como algumas tabuas e formas.

Nos engenhos alagoanos, foi difícil identificar as estruturas referentes à casa de purgar, mas é possível que esta frequentemente se constituísse em outra construção (Antonil, 2007:153 e Gomes, 2006:84). No engenho Novo e Pau Brasil foi observada a presença de um edifício alongado, fechado, localizado próximo à casa de engenho e caldeiras, e de construção aparentemente contemporânea a estes. Mas infelizmente, pela falta de acesso ao interior destes edifícios, não é possível fazer maiores considerações.



Figuras. 8 e 9: Casa de purgar do engenho Jundiá-PE. A disposição das tabuas com as formas de açúcar e a estrutura de andaimes vista por baixo das tábuas.

5. Conclusão

O trabalho apresentado permite compreender mais profundamente a lógica destas antigas construções, tão representativas da história da Alagoas. Uma vez compreendidos os processos de produção do açúcar, foi possível identificar suas marcas nas edificações, e identificar as relações de forma e função da arquitetura da fábrica dos engenhos apresentados. Por outro lado, em algumas ocasiões, foi a visualização do espaço que ajudou a compreender o processo, como no caso da casa de purgar do engenho Jundiá – PE.

O estudo realizado permitiu também reafirmar a importância histórica destas construções, como marco dos processos de produção do açúcar. Espera-se que este trabalho possa colaborar para a realização de futuras pesquisas sobre o tema, que possam contribuir ainda mais para a valorização destes importantes edifícios alagoanos.

Referencias bibliográficas

ANTONIL, A. J. 2007. Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas. São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. 464pp.

AZEVEDO, E. B. 2009. Engenhos do Recôncavo Baiano. Brasília, Iphan/Programa Monumenta. 140 pp.

BLUTEAU, R. 1728. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 28/02/2016.

BUENO, B. P. S. 2003. Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822). Tese de Doutorado. São Paulo, s/ed.490pp.

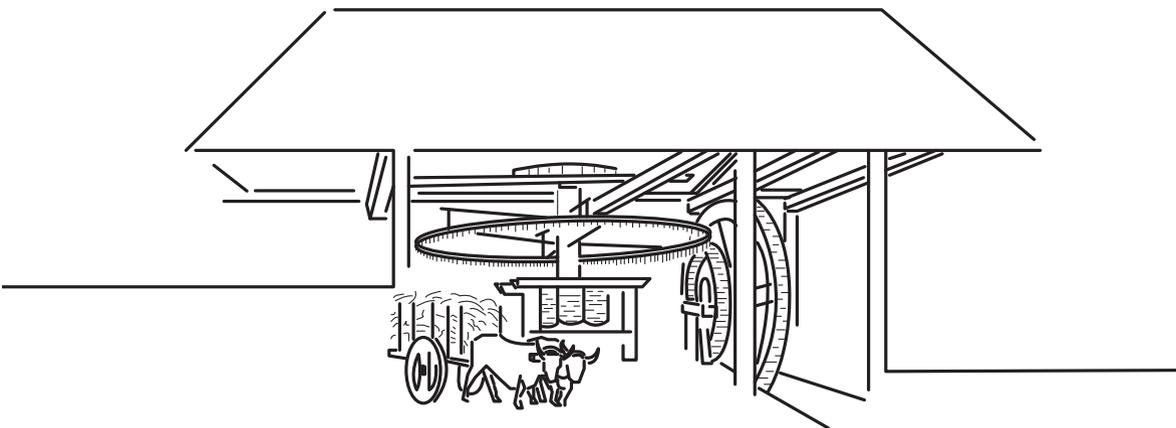
COUTO, D. L. 1904. Desaggravos do Brasil e glorias de Pernambuco. Rio de Janeiro, Officina Typographica da Bilioteca Nacional. 566pp.

DIÉGUES JUNIOR, M. 2006. O banguê nas Alagoas. 3ª ed. Maceió, Edufal. 344pp.

DIÉGUES JUNIOR, M. 1952. O engenho de açúcar no Nordeste. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura. 68pp.

GAMA, R. 1983. Engenho e tecnologia. São Paulo, Livraria Duas Cidades. 359pp.

GOMES, G. 2006. Engenho e arquitetura. Recife, Fundaj / Ed. Massangana. 416pp.



PODER E CONSUMO NO ENGENHO INHAMÃ, LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL

Vanessa Rodrigues¹
Cláudia Oliveira²
Amanda Tavares³
Jaqueline Lima⁴

1 Mestranda em Arqueologia (PPARQ-UFPE). E-mail: vanessrodrigues@hotmail.com.

2 Docente/pesquisador do Depto. de Arqueologia – CFCH – UFPE.
E-mail: olivas@hotlink.com.br.

3 Arqueóloga do Depto. de Arqueologia (CFCH-UFPE). E-mail: amandact@gmail.com.

4 Bacharel em Arqueologia pelo Depto. de Arqueologia (CFCH-UFPE).
E-mail: jaqueline1@hotmail.com.

1. Introdução

A Arqueologia através da cultura material procura compreender o modo de vida dos nossos antecessores. A cultura material, no caso da arqueologia, corresponde a fragmentos de artefatos cerâmicos, vítreos, férreos, louças, entre outros vestígios históricos e/ou pré-históricos, produzidos, usados e/ou descartados por grupos que viveram em determinada localidade anterior à nova ocupação. Através do seu estudo esses artefatos podem revelar informações de como viviam os grupos que os produziram, os utilizaram e/ou os descartaram. Essas informações de *”elementos materiais da cultura se apresentam como uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não pode ser distorcida segundo os interesses e valores das pessoas que a produziram”* (SYMANSKY, 1998:15), assim, juntamente com elementos escritos pode-se traçar um panorama sobre os grupos que viveram em determinado sítio arqueológico.

Nessa pesquisa apresenta-se o estudo da faiança fina encontrada no engenho Inhamã. A pesquisa faz parte do projeto *Os Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe – PE*, que tem por objetivo geral resgatar a história dos engenhos Jaguaribe e Inhamã, e a ocupação de grupos pré-históricos ceramistas no litoral norte de Pernambuco.

Tocchetto (2001:21) define a faiança fina como uma categoria entre a faiança e a porcelana, resultante de uma louça com pasta permeável, opaca, com textura granular e quebra irregular que para se tornar impermeável foi esmaltada. Symanski (2008:76) afirma que a análise desse tipo de vestígio pode fornecer indicações referentes ao período de fabricação das peças, de modo a se obter cronologias mais apuradas para estabelecer inferências sobre o consumo das pessoas que viveram em determinada área, tentando compreender o período de povoamento e as mudanças ocorridas nos padrões identificados na tralha doméstica, descarte do lixo doméstico localizados em sítios arqueológicos.

Neste estudo busca-se através da análise tipológica da faiança fina identificar o comportamento de consumo. Este estaria refletido, conforme LEVY (1973: 410 *apud* HENRY, 1987: 362) nos *“valores, atitudes e estilos de vida do grupo socioeconômico ao qual cada indivíduo pertence”*. Consumir, portanto, seria uma das maneiras, em que as pessoas executam os seus valores.

2. Comportamento de consumo e fatores de influência

Compreende-se que os artefatos representa a cultura material de um grupo que os produziu, utilizou e em determinado momento os descartou. Dessa forma um bem usado por um grupo pode representar o comportamento de consumir dos indivíduos. No senso mais amplo, os artefatos incorporam atividades relacionadas à satisfação das necessidades e desejos humanos. Estreitamente definido, relaciona-se aos padrões de gasto individual do grupo doméstico ou de grupos e, especificamente, à aquisição e uso dos itens materiais. Dentro do campo da arqueologia, os estudos de consumo são geralmente focalizados sobre os bens do cotidiano ou matérias alimentícias (LEEDECKER, 1991 *apud* SYMANSKI, 1998). Entretanto, no estudo dos vestígios, é necessário ter algumas precauções com o contexto arqueológico. Schiffer (1975, p.48) lembra que a transformação dos registros arqueológicos pode ser afetada por leis denominadas por ele de processos de formação cultural ou “c-transforms” e não cultural ou “n-transforms”.

“Os processos de formação cultural são atividades como o descarte de ferramentas desgastadas, deposição dos mortos e abandono de itens utilizáveis ao sair de um lugar, que transformam os materiais de um contexto sistêmico para o contexto arqueológico. Processos de formação não cultural, tal como deposição eólica, erosão, tocas de animais, agem nos materiais culturalmente depositados, transformando-os ainda mais” (SCHIFFER, 1975, p. 48).

No estudo dos artefatos, na perspectiva do consumo, alguns fatores como renda e idade, influenciam na decisão dos compradores. As pessoas passam pelas fases do ciclo de vida desde a constituição de família com crianças, aos casais mais velhos, cujos filhos estabeleceram as suas próprias famílias, além de idosos. Todos possuem necessidades de mudanças de bens de consumo tanto em quantidade e quanto em qualidade (Schiffer et al 1981; Wells e Gubar 1970). Neste contexto, algumas variáveis podem influenciar no consumo e pode-se descartar as seguintes:

Grupos étnicos – Influenciam e são influenciados pela cultura nacional;

Disponibilidade no mercado de bens de consumo, normalmente existe em zonas urbanas uma variedade de bens de consumo no mercado diferentes quanto ao tipo, estilo, marca, qualidade, tamanho e o consumidor fará suas escolhas de acordo com suas preferências;

Preço, este influencia a escolha do consumidor, uma vez que se o item tem o preço, além da capacidade do consumidor de pagar, ele não será comprado.

3. Formação da sesmaria Jaguaribe e o engenho Inhamã

A ocupação do litoral foi uma das ações afirmativas de D. João III que visava à manutenção da posse do seu território na América. Nos primeiros trinta anos do século XVI as terras estavam envolvidas em muitas disputas entre tropas armadas que praticavam o escambo de pau-brasil e os índios ao longo das costas brasileiras. A Coroa lusitana entendeu que a colonização era necessária, ou perderia seu território conquistado diante da ameaça de outras coroas europeias. Dessa forma, a administração portuguesa inicia a exploração a partir da implementação de Capitánias Hereditárias, sistema este inspirado diretamente no sistema feudal (ANDRADE, 2003).

A Capitania de Pernambuco (Nova Lusitânia) foi estabelecida em 10 de março de 1534 com a doação efetuada por D. João III a Duarte Coelho Pereira com o intuito de explorar economicamente as terras pernambucanas, utilizar mão de obra indígena e garantir a posse do território. De acordo com Salvador (2008) “*As cinquenta léguas de terra desta Capitania se contêm do rio São Francisco [...] até o rio de Igarçu [...]*”. Assim, Duarte Coelho tornou-se um agente da colonização lusa e passou a distribuir, através de sesmarias, as terras que teriam sido arrebatadas dos índios. Tratava-se de recompensar àqueles que tivessem prestado serviços específicos à Coroa Portuguesa, e possuía a finalidade de promover a fixação à terra, com a construção de engenhos e fazendas de cultivo. O objetivo, portanto, estava voltado à produção e comercialização de bens especializados para o mercado europeu, tais como o açúcar. Segundo Gomes (2006) “*a exploração do açúcar no Brasil era um negócio da coroa portuguesa e o rei era um mercador [...] através das sesmarias, rea-*

lizar-se-á a política do reino, de manutenção da posse da terra de Vera Cruz e o seu povoamento” (apud BARBOSA, 2007).

Na Nova Lusitânia, Duarte Coelho, em 1540 concede ao feitor e almoxarife da casa real na capitania de Pernambuco, Vasco Fernandes Lucena, a Sesmaria Jaguaribe, hoje terras pertencentes aos municípios de Abreu e Lima, Igarassu e Paulista.

“Duarte Coelho capitam e Governador destas terras da Nova Lusitânia, etc. faço saber a quantos esta carta vierem que a mim praz e hei por bem de doar desde dia para todo o sempre a Vasco Fernandes Lucena, cavalheiro da casa del Rey nosso senhor e seu Feitor e Almoxarife nesta dita terra, a terra que tem em Jaguaribe, a qual terra tem uma légua de cumprido, e outra de largo(…)” (COSTA, 1983-1985).

Na Carta de Duarte Coelho a El-Rei, em 1550 encontra-se o registro da construção dos primeiros engenhos na Sesmaria Jaguaribe, o engenho Inhamã que figura como um dos cinco engenhos que estavam em pleno funcionamento na capitania (MELLO e ALBUQUERQUE 1997).

Verifica-se nesse período conflitos entre os indígenas aliados aos portugueses, localizados nas Várzeas do Beberibe e do Capibaribe, até a vila de Igarassu; e aqueles contra os lusitanos, os quais se deslocaram para a região Sul, entre as matas do Cabo de Santo Agostinho. Entretanto, os grupos que haviam se deslocado para o sul voltaram a inquietar os portugueses e Jerônimo de Albuquerque, juntamente com tropas aliadas, declara guerra a esses grupos (NUNES e OLIVEIRA, 2010). Conforme Costa (1983-1985), os indígenas contrários aos lusitanos e as tropas de Jerônimo Albuquerque resistiram por um período de dois anos. Neste ínterim foram inteiramente destruídos os engenhos de Igarassu, o de Camaragibe e do engenho Inhamã ou Aiaman.

Na documentação do período de holandês no Nordeste há referências sobre o engenho Inhamã no Relatório de Adriaen Van Der Dussen. Entre os dez engenhos existentes na jurisdição de *Iguarassu* em 1640, são citados o Engenho Aiama de Riba, então pertencente aos herdeiros de um Pero da Rocha Leitão, e o Engenho Aiama de Baixo, pertencente a Manuel Jácome Bezerra, RELATÓRIO SOBRE AS CAPITÂNIAS

CONQUISTADAS NO BRASIL PELO SENHOR ADRIEN VAN DER DUSSEN, 1640 (*apud* MELLO, 1981). Vale salientar que em documentos cartográficos também é possível observar evidências de localização desses engenhos os quais estariam situados entre as antigas Vilas de Olinda e Igarassu (MAPA DE JOHANES VIGBOONS, 1660).

4. Contexto arqueológico do engenho Inhamã

O sítio arqueológico Engenho Inhamã está localizado na Região Metropolitana do Recife, mais precisamente no limite entre os municípios de Abreu e Lima e Igarassu (Fig. 01). O sítio estudado está inserido nos domínios das bacias sedimentares marginais de idade Cretácea e do Mioceno. Há presença da Formação Gramame (Cretáceo) e Formação Maria Farinha (Paleoceno), sendo estas sequencias estratigráficas compostas de calcários areno-argilosos e calcários detríticos (BARBOSA & LIMA FILHO, 2005). O sítio está inserido na microbacia do rio Inhamã, que atua como um sistema fluvial dentro da Bacia do rio Beberibe, em condições tropicais úmidas que apresentam uma média de precipitação na área de 1500 mm anuais (MAGNAVITA et al., 2016).

O Engenho Inhamã entrou em funcionamento em meados do século XVI, sendo um dos primeiros engenhos coloniais no litoral norte de Pernambuco. Porém, o período que será abordado neste trabalho será referente aos séculos XVIII-XX.

A pesquisa arqueológica, realizada em 2008, foi concentrada na área da moita ou fábrica do engenho (OLIVEIRA, LARA 2012). A área foi dividida em setores e delimitada três trincheiras, onde ocorria grande concentração de materiais arqueológicos, principalmente, próximas as trincheira 1 e 2 situadas nas regiões mais alta e intermediária do sítio (Figura 02). Além da grande quantidade de artefatos fragmentados foram identificadas estruturas arquitetônicas em alvenaria de pedra talhada com argamassa dos séculos XVI, pertinentes à moita ou fábrica do engenho (baseado nos modelos, historicamente conhecidos, de organização de engenhos no Brasil), ao piso e as suas colunas, além de outras evidências do século XX.

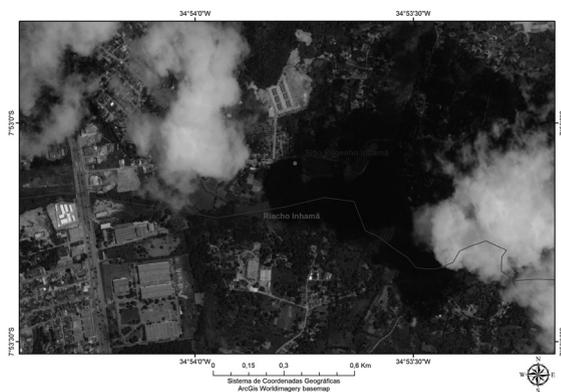


Figura 1: Mapa Localização Sítio Inhamã. Fonte: Bruno Tavares (2017).

O material arqueológico evidenciado na escavação apresenta dados do sistema construtivo, sendo constituído por paredes e pilares de tijolo maciço e pedras onde haveria uma cobertura composta por uma estrutura de madeira e telhas de barro do tipo canal (NUNES; OLIVEIRA, 2010).

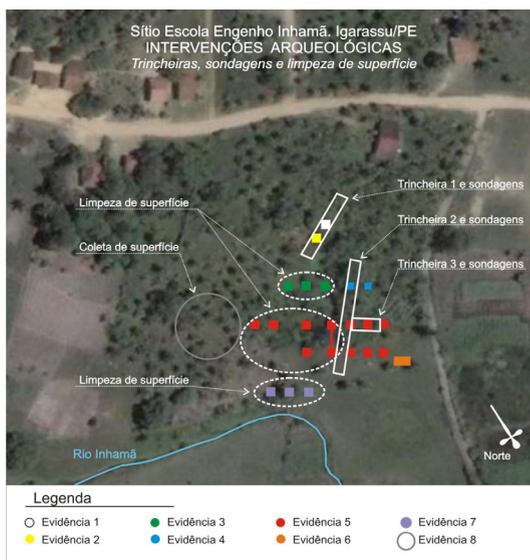


Figura 2: Mapa das intervenções arqueológicas aplicadas às evidências. Fonte: (LARA; OLIVEIRA, 2012).

5. Análise e discussão dos dados

Para identificar o comportamento de consumo dos moradores do engenho Inhamã foi selecionado a louça localizada na superfície e nos diversos níveis das quadrículas escavadas.

A análise tipológica das louças foi baseada na proposta de Majewsky e O'Brien (1987 *apud* TOCCHETTO *et. al.*, 2001) com adaptações realizadas por Tocchetto *et. al.* (2001). Neste estudo foram considerados os seguintes atributos da faiança fina: cor, motivo decorativo, técnica e padrão decorativo, morfologia e esmalte. Para estabelecer os preços das louças foi utilizada a escala econômica de Miller (1980) que apresenta a lista dos preços dos fabricantes em *Staffordshire*, Inglaterra nos anos de 1796, 1814, 1833 e 1846, e em uma fábrica escocesa denominada de *Fife Potery* no ano de 1855. Posteriormente, Miller expandiu sua pesquisa e sua escala econômica pode ser utilizada para análises das louças até o ano de 1880. Um dos aspectos observado pelo pesquisador foi que os preços das louças variavam principalmente em função da complexidade técnica na aplicação da decoração (SYMANSKI, 1997; 2001; LIMA, 1995 *apud* BARBOSA, 2012, p. 46).

Na análise dos fragmentos de faiança fina do Engenho Inhamã, foram identificadas as seguintes técnicas e padrões decorativos:

1- Com a superfície não modificada foram identificadas as seguintes técnicas:

Pintadas à mão livre caracterizada pela aplicação manual da decoração, técnica utilizada desse o século XVIII ao XIX.

Transfer Printing impressão por transferência, técnica desenvolvida na Inglaterra em 1750.

Dipped realizada a partir da aplicação de uma camada fina de argila colorida na forma de faixas e listras, delimitando um relevo, produzida em 1790 até início do século XX.

Carimbada é uma técnica que consiste na aplicação de carimbo, sendo comum o motivo de flores e figuras geométricas, com produção em 1845 e início do século XX. Bastante comum é a associação desta técnica com a pintura a mão livre.

2- Entre as decorações observadas encontram-se:

Peasant Style se caracteriza pela presença de motivos florais com largas pinceladas, empregado entre 1810 e 1860.

Sprig Style é composta por pequenos elementos florais e finas pinceladas, produzida entre 1830 e 1860.

Bandedware com faixas paralelas, espessuras distintas e desenho em carretilha, produzida entre 1790 e início do século XX.

Mochaware com motivos dentrícticos e aparência de alga, ambos associados a faixas e frisos, produzida no começo da última década do século XVIII.

Faixas e frisos, com produção do final do século XVIII ao início do XX, este padrão é feito com a peça girando no torno e com pincel fixado nas mãos do artesão.

Flow Blue é uma técnica obtida a partir da colocação dos recipientes, contendo cloretos voláteis, no forno durante a queima para aplicação do esmalte provocando um borrão, com produção de 1830 até início do século XX.

3- **Faianças pintadas à mão com superfície modificada encontram-se:**

Decoração *Shell Edged* que apresenta linhas em série situadas ao longo da borda e perpendiculares a ela, em cores como o azul, o verde, o vermelho e o rosa, produzida entre 1775 até início do século XX.

A técnica de **decoreção plástica** produzida por pressão de molde no século XIX.

Técnica Decorativa	Decoração	Quantidade	%
Sem técnica	Sem decoração	133	50,5
<i>Dipped</i>	<i>Bandedware</i>	24	9,12
Pintura a mão livre	<i>Shell Edged</i>	23	8,74
	<i>Sprig Style</i>	15	5,70
	Faixas e frisos	13	4,94
	<i>Peasant Style</i>	9	3,42
	<i>Mochaware</i>	10	3,80
<i>Transfer Printing</i>	-	14	5,32
Carimbada	-	7	2,66
Carimbada	<i>Peasant Style</i>	5	1,90
Decoração plástica	Trigal	6	2,28
	<i>Flow Blue</i>	3	1,14
Não identificada	Não identificado	1	0,38

Tabela 1: Frequência dos tipos de faiança fina do Sítio Inhamã.

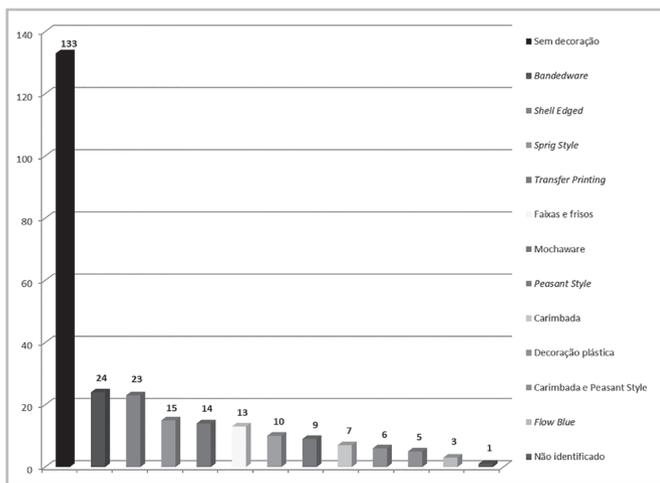


Gráfico 1: Técnicas decorativas e decorações das faianças finas do Sítio Inhamã.

Na amostra de faiança fina do Engenho Inhamã observa-se a grande variedade decorativa (Tabela 1). Todavia, ocorre maior incidência de fragmentos sem decoração, representando 50,5% da amostra. Conforme Symanski (1997) é bastante frequente em sítios históricos do século XIX, a faiança sem decoração e seria certamente o tipo mais barato, disponível no mercado na primeira metade daquele século. Cabe salientar que neste tipo, foram identificados alguns fragmentos com esmalte *creamware* (Fig. 02) e *pearlware* (Fig. 03).

Tocchetto (2001:23) nos revela que em 1759, Josiah Wedgwood, aprimorou o processo de produção da faiança fina, obtendo uma louça creme com esmalte de coloração esverdeada oriunda a aplicação do óxido de chumbo, a *creamware*. No início do século XIX, a *creamware* passa a ser sobrepujada pela louça *pearlware*, fabricada em 1770 também por Wedgwood. Esta, por sua vez, apresenta coloração típica em tons azulados localizada, principalmente, nos pontos de acúmulo, especialmente, nas bordas e bases devido ao acréscimo de óxido de cobalto.



Figura 3: Base faiança Creamware
Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 4: Bojo/base faiança Pearlware
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

No conjunto analisado 49,5% corresponde às peças que apresentam às técnicas de pintura a mão livre, carimbo, *Dipped*, *Transfer Printing*, decoração plástica e, decorações como faixas e frisos, *Flow Blue*, *Bandedware*, *Shell Edged*, *Mochaware*, além dos estilos *Sprig Style*, *Peasant Style*.

Quanto a morfologia da faiança em todo o conjunto analisado, ocorre apenas um fragmento de base (Fig. 04), cuja técnica não foi identificada, onde encontra-se a referência incompleta do fabricante “... & G. MEAKI HANLEY ENGLAND”.

Segundo Caldarelli (2000) a J. & G. MEAKIN LTD foi fundada em 1851, em *Staffordshire*, pelos irmãos James e George Meakin. Acrescenta ainda que a presença do termo *England* na marca remete a fabricação da peça ao período entre 1891 e 1906.



Figura 5: Base faiança fina com marca de fabricante J&G Meakin England (1890). Fonte: Amanda Tavares, 2015.

A faiança sem decoração apresenta a maior quantidade, provavelmente, o tipo mais comum, de fácil aquisição e menor custo (Tabela 2).

Considerando a escala econômica de Miller (1980), verifica-se no estudo das faianças finas decoradas do Engenho Inhamã, que a maior incidência ocorre da faiança com técnica decorativa pintada a mão livre com os tipos *Bandedware*, *Shell Edged*, *Sprig Style*, Faixas e/ou frisos, *Peasant Style* e *Mochaware*. Esses tipos são mais simples e, consequentemente, mais popular e mais barata.

A faiança ornamentada dos tipos *Bandedware* e *Shell Edged* foi, respectivamente, o segundo e terceiro tipo mais popular. A menor frequência de peças foi de faiança fina com a técnica *Flow Blue* e *transfer printins*, tipos relacionados a preço mais elevado.

Técnica decorativa	Morfologia	Quantidade	Período	Motivo	Cor
Sem deco- ração	Não iden- tificado	58			
	Bojo	21			
	Borda	21			
	Base	31			
	Bojo/base	2			
Bandedware	Borda	15	XVIII- -XIX	Faixas paralelas; Geomé- trico	Azul e ver- de; Marrom e bege; Marrom e azul; Marrom e amarelo
	Bojo	9		Faixas paralelas; Wave; Ge- ométrico	Azul e ver- de; Marrom e amarelo; Azul; Mar- rom; Verde
Shell Edged	Borda	22	XVIII- -XIX		Azul
	Bojo	1			Verde
Sprig Style	Bojo	8	XIX	Floral	
	Borda	5		Floral	
	Base	2		Floral	

>

Técnica decorativa	Morfologia	Quantidade	Período	Motivo	Cor
<i>Transfer Printing</i>	Bojo	6	XVIII- -XIX	Floral	Azul, lilás; Preto
	Borda	4		Floral e geométrico	Preto; Azul
	Base	2		Floral	Lilás
	Borda/bojo	1		Floral e geométrico	Marrom
Faixas e frisos	Borda	8	XVIII- -XX	Faixas e friso	Azul e marrom; Azul; Verde; Marrom
	Bojo	5		Faixas e friso	Verde; Azul; Marrom; Vinhoso
<i>Mochaware</i>	Bojo	8	XVIII		Marrom, azul, branco e preto; Azul, cinza, branco e preto; Branco, azul e amarelo
	Borda	2			Verde
<i>Peasant Style</i>	Bojo	8	XIX	Floral	
	Borda	1		Floral	
Carimbada	Bojo	4	XIX-XX	Floral; Geométrico	Verde; Vinhoso;
	Borda	3		Floral	Vinhoso e verde; Azul

>

Técnica decorativa	Morfologia	Quantidade	Período	Motivo	Cor
Decoração plástica	Borda	5	XIX	Trigal	
	Bojo	1		Estrias	
Carimbada e Peasant Style	Bojo	5	XIX	Floral e friso	Azul, amarelo, verde
Flow Blue	Borda	2	XIX-XX	Floral e geométrico	Azul
	Bojo	1		Floral	Azul
Não identificado	Base	1	XIX		

Tabela 2: Tabela de análise da faiança fina do Sítio Inhamã.



Figura 6: *Bandedware*

Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 7: *Shell Edged*

Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 8: *Sprig Style*
Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 9: *Transfer Printing*
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

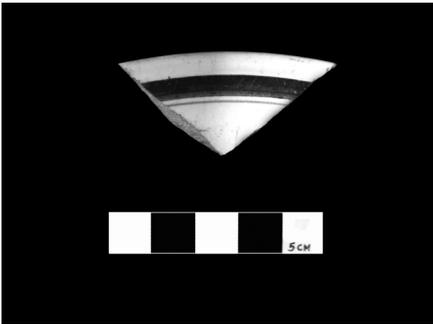


Figura 10: *Faixas e Frisos*
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

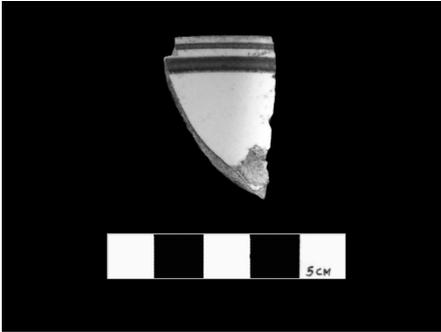


Figura 11: Faixas e Frisos
Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 12: Carimbada
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

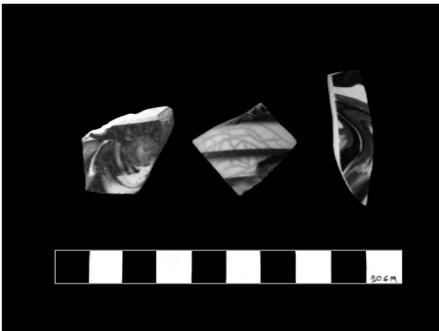


Figura 13: Mochaware
Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 14: Carimbada com *Peasant Style*
Fonte: Amanda Tavares, 2015.



Figura 15: Decoração plástica
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

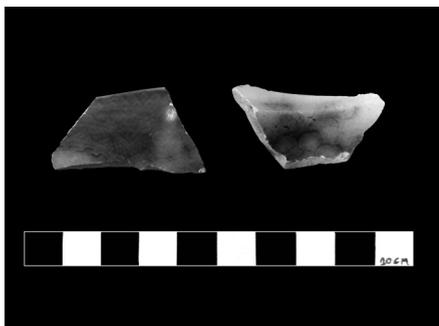


Figura 16: *Flow Blue*
Fonte: Amanda Tavares, 2015.

6. Considerações finais

O estudo da cultura material de povos do passado permite, através das pesquisas realizadas, chegar a compreender como as pessoas viviam em sociedade. Neste contexto, a louça como um vestígio arqueológico, constantemente encontrada em sítios históricos, pode revelar informações significantes sobre os hábitos, o cotidiano, status social, bem como o poder aquisitivo dos grupos que a possuía em seu contexto social. Dessa forma, um bem usado por um grupo pode representar um padrão de consumo dos indivíduos.

Nas primícias do século XIX, o Brasil abre seus portos às nações amigas, com isso torna-se mercado consumidor dos produtos da Europa, que nessa época vivia o auge da expansão industrial e desenvolvimento capitalista (ARAÚJO; CARVALHO, 1993:81). Assim, com a diversificação nos bens de consumo, sobretudo ingleses, as novas camadas urbanas modificaram seu comportamento social, adaptando-se as novas condições com aquisição de produtos antes restritos as elites rurais (LIMA; FONSECA; SAMPAIO; FENZ-NEPOMUCENO; MARTINS, 1989:205).

[...] São introduzidos tecidos finos, como sedas, tafetás, rendas e bordados; jóias, leques, diademas e pentes para os cabelos, estes últimos indispensáveis à moda dos coques de palmo e meio de altura, os chamados “trepamoleques”; perfumes, cremes, óleos e loções para o cabelo e para a pele tornam-se imprescindíveis à toailete, tanto feminina quanto masculina, refinando a aparência da população urbana. Os interiores das residências, antes despojados, recobrem-se de papéis de parede; cristais e vidros, faianças e porcelanas são incorporados ao acervo doméstico; os pesados móveis coloniais são substituídos por mobiliário francês e inglês, e o piano torna-se peça fundamental nos lares cariocas (LIMA; FONSECA; SAMPAIO; FENZ-NEPOMUCENO; MARTINS, 1989:207).

Atinente à louça, chega ao Brasil os produtos ingleses e franceses. A porcelana francesa agradou sobremaneira as camadas altas, já a faiança fina inglesa produzida em grande escala e preço mais acessível foi rapidamente incorporada ao cotidiano da população de médio poder aquisitivo. Aspirando vender mais e por um custo razoável, os ceramistas ingleses optaram pela adoção de novos motivos decorativos, adequados as suas novas ambições. À vista disso, a estampagem pela técnica *Transfer Printing* - impressão por transferência - condizia com a simplificação da fabricação, todavia com a qualidade das peculiaridades e dos efeitos cromáticos da produção artesanal (ARAUJO; CARVALHO, 1993:82).

A faiança fina inglesa conquistou o mercado brasileiro não apenas pelas técnicas decorativas e qualidade, mas especialmente pela diversidade de padrões que englobava desde a *chinoiserie* - louças com decorações de influência oriental - a cenas bucólicas de paisagens inglesas (LIMA; FONSECA; SAMPAIO; FENZ-NEPOMUCENO; MARTINS, 1989:208). Ademais, a descoberta de pastas brancas ou cremes (*whiteware* e *creamware*, respectivamente), com coloração uniforme, as quais não careciam da aplicação do estanífero sobre a terracota, facilitou a produção em larga escala, tornando-a popular e comumente utilizada nos serviços de mesa e vasilhame (ARAUJO; CARVALHO, 1993:82).

No Engenho Inhamã foram identificados fragmentos de faiança fina sem decoração que demonstram ser mais popular, consequentemente, com valor mais baixo. Já as decoradas comumente utilizadas para serviços de mesa e jantar, por exemplo, malgas, pratos e xícaras, identificamos tanto técnicas empregadas em louças de baixo valor quanto louças cara que citamos como exemplo a *Transfer Printing* e *Flow Blue*. Assim, o grupo que vivera à época do século XVIII-XIX, utilizavam faianças finas decoradas e não decoradas, sendo que estas seriam mais usuais.

A preocupação do trabalho foi realizar a análise tipológica que nos permitiu identificar as técnicas e padrões decorativos e, assim, utilizar a escala econômica de Miller, para inferir sobre de valores da faiança fina e, consequentemente, entender as questões de poder e consumo no engenho. Como identificado na análise exposta anteriormente, notamos a maior frequência de fragmentos de faiança fina considerada por Miller de baixo valor de mercado, assim sendo, algumas ressalvas podem ser expostas diante do que foi apresentado: A maior presença

de louças de baixo valor sejam elas decoradas ou não, possivelmente se deu ao momento econômico vivido pelos donos de engenhos já não produziam com tanto fervor como nos anos iniciais, nesse caso investiam na produção seus recursos financeiros; A maior parte das louças aqui analisadas são oriundas da área identificada como a moita do engenho, o que nos leva a crer que que nessa área eram destinadas louças simples.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marcos. Arqueologia Histórica: Uma releitura dos descobrimentos. Anais da IX Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 1997. Publicação digital. p. 3.

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu; VELOZO, Jango Nery. A faiança fina inglesa dos sítios arqueológicos históricos brasileiros. CLIO Arqueológica n.9 – 1993.

ANDRADE, Manuel Correia de. Economia Pernambucana do Século XVI. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2003.

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello; CARVALHO, Marcos Rogério Ribeiro de. A louça inglesa o século XIX: considerações sobre a terminologia e metodologia utilizadas no Sítio Florêncio e Abreu. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, n. 3, p. 81-95, 1993.

BARBOSA, Rute Ferreira. “Para o Povo Ver”: A materialidade dos Engenhos Banguês do Norte de Alagoas, no século XIX. Dissertação de Mestrado -UFPE- Recife, 2012.

CALDARELLI, Solange Bezerra. Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scientiaconsultoria.com.br/site2009/pdf/estudos/Livro_Carvalho_Pinto.pdf>. Acesso em: 12 de dez. 2014.

DI BACO, H. M; FACCHIO, N.B; LUZ, J. R; Das raízes da pesquisa arqueológica a arqueologia processual: um esboço geral. V.3, N° 1, p. 206 - 233, 2009.

HENRY, Susan L. Factors influencing consumer behavior in Turn-of-the-Century Phoenix, Arizona. In: Consumer choice in historical archaeology. University of Massachusetts Boston, Massachusetts, 1987.

LARA, Pedro Jiménez; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. Relatório de atividades de campo – Campanha 01 – Engenho Inhamã/Igarassu – PE – BR. Xalapa: Cuadernos de Trabajo. Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales, Universidad Veracruzana, 2012.

LEVY, Sidney J. Social Class and Consumer Behavior, in: *Perspectives in Consumer Behavior*. (Harold H. Kassarian and Thomas S. Robertson, eds.), Scott, Foresman, Glenview, Illinois, 1973, pp. 409-420.

LIMA, Tânia A. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. Anais do museu paulista, historia e cultura material, São Paulo, v. 3, p. 129-191, 1995.

LIMA, T. A.; FONSECA, M. P. R. da; SAMPAIO, A. C. de O.; FENZL-NEPOMUCENO, A. & MARTINS, A. H. D. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia do Rio de Janeiro. *Revista Dédalo*, S. Paulo, pub. avulsa, p. 205-230, 1989.

MAGNAVITA, C.; SILVA JR, L. S.; MUTZENBERG, D.; TAVARES, B. A. C.; OLIVEIRA, C. A.. Geofísica aplicada à Arqueologia Histórica: um breve estudo de caso no Engenho Inhamã, Igarassu, Pernambuco, Brasil. In: Listo, F.L.R., Mutzenberg, D. Tavares, B.A.C.. (Org.). E-Book do I Workshop de Geomorfologia e Gearqueologia do Nordeste. 1ed. Recife: Gequa, 2016, v. 1, p. 230-245.

MILLER, George. A revised set of cc index values for classification and economic scaling of English ceramics from 1787 to 1880. New York: Historical Archaeology, 1991.

_____. Classification and economic scaling of 19th. century ceramics. New York: Historical Archaeology, 1980.

NUNES, Edson de Araújo; OLIVEIRA, Cláudia Alves de. Os Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe: Técnicas construtivas dos engenhos coloniais da Sesmaria Jaguaribe – PE. Relatório de Pesquisa Bibliográfica, Documental e Iconográfica e Relatório de Análise de Material Construtivo. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

O'BRIEN, M. J; LYMAN, R.L; LEONARD, R.D. Basic Incompatibilities between Evolutionary and behavioral archaeology. *American Antiquity*, 1998, p. 485-498.

SCHIFFER, Michael Brian. Archaeology as Behavioral Science. In: Schiffer, Michael Brian. Behavioral Archaeology. First principles. Foundations of archaeological Inquiry. 1975. p.46-54.

PEIXOTO, Luciana da Silva. A louça e os modos de vida urbanos na Pelotas oitocentista. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS, 2009.

SCHIFFER, Michael. B. Formation processes of the archaeological record. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1987.

_____, Michael.B; SKIBO, James. M. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1, 1997.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

_____, Grupos domésticos, comportamento de consumo e louças: o caso do solar lopo Gonçalves. Porto Alegre, 1998.

_____. Práticas econômicas e sociais no sertão cearense no século XIX: um olhar sobre a cultura material de grupos domésticos sertanejos. *Revista de Arqueologia*, 21, n.2, p. 73-96, 2008.

SILVA, Érica Marcela da. A faiança Fina: Vestígios materiais do Forte Orange século XIX. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2009.

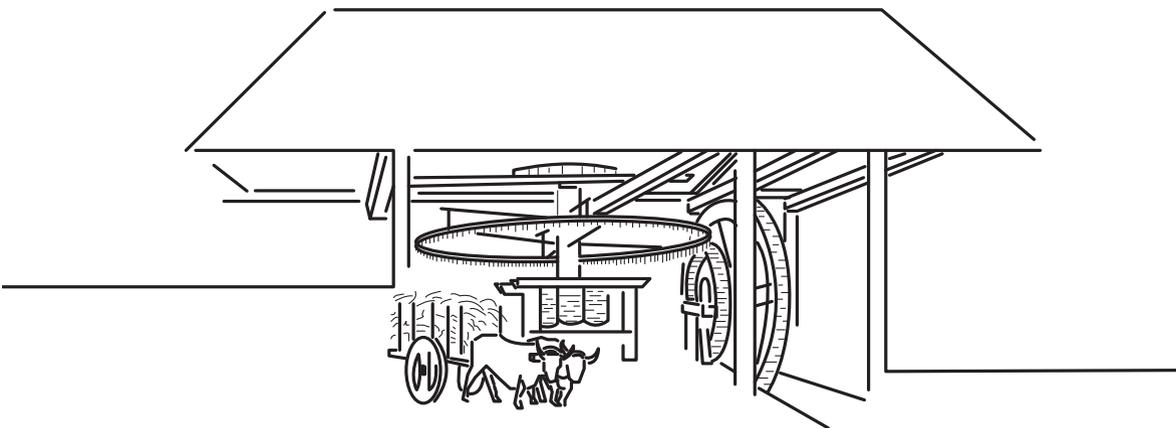
SILVA, Érica Marcela Lima da. A faiança fina: vestígios materiais do Forte Orange no século XIX. 2009. 68p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SOARES, Fernanda Codevilla. Vida material de desterro no século XIX: As louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil. Tese de Doutorado da Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro - Vila Real, 2011.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin (Org.). A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos e uma cidade. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2001. 168 p.

ZANELLA, Andréa Vieira; LESSA, Clarissa Terres; ROS, Sílvia Zanatta. Contextos Grupais e Sujeitos em Relação: Contribuições às Reflexões sobre Grupos Sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, p. 211-218. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Pequeno roteiro para classificação de louças obtidas em pesquisas arqueológicas de sítios históricos. *Revista Arqueológica*, v.5, p. 117-130, 1986.



MONJOPE, UM ENGENHO JESUÍTA

Fernando Antônio Guerra de Souza¹

1. Igarassu, monumento público estadual

O Engenho Monjope é um dos exuberantes engenhos da Zona da Mata pernambucana, localizado no município de Igarassu. O nome Igarassu é de origem indígena Tupi IGARA=canoa; ASSU=grande e significa “canoa grande”: Possivelmente indicando as grandes canoas utilizadas pelos índios ou seriam os grandes navios portugueses vistos pelos índios? Na região habitavam entre outros os índios Tabajaras, dissidentes dos Potiguaras.

¹Arquiteto e professor do Curso de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

O primeiro registro escrito sobre as terras de Igarassu que se conhece até o momento é de 1516, quando o português Cristovão Jacques fundou a primeira feitoria em Pernambuco. A feitoria na época era um dos portos mais conhecidos do litoral brasileiro, onde os portugueses mantinham relações com os índios e armazenavam-se produtos para embarque como o pau-brasil, neste caso, construída às margens do Rio Igarassu. Cristovão Jacques deixou na feitoria um grupo de portugueses, para manterem contatos e aprenderem à língua dos índios. As relações com os índios favoreceram para que durante três anos Cristovão Jacques enviassem vários navios carregados de madeira retiradas das matas do litoral para a Europa.

Em 27 de setembro de 1535, Afonso Gonçalves teria vencido uma batalha contra os índios Caeté e em comemoração, construiu uma capela consagrada aos Santos Cosme e Damião. Em torno dessa capela surgiu a povoação com o mesmo nome. Numa carta ao Rei de Portugal D. João III em maio de 1548, Afonso Gonçalves pedia ajuda para manutenção da capela e do povoado dos Santos Cosme e Damião.

Em 09 de março de 1535, desembarcou na feitoria Duarte Coelho, o local passou a ser chamado Sítio dos Marcos, assim chamado, por existirem dois marcos de pedra. Um foi assentado por Duarte Coelho e o outro por Pero Lopes de Souza ambos tinham por finalidade demarcar os limites das capitanias de Pernambuco e Itamaracá. Esse lugar foi o primeiro núcleo da colonização, melhor dizendo da invasão portuguesa em Pernambuco, e foi inicialmente chamada povoação de Santa Cruz. O Sítio dos Marcos estava muito próximo da Capitania de Itamaracá, e ainda não era um local muito bom para moradia e defesa dos portugueses que temiam os índios, além de ser um lugar com terrenos muito baixos e difíceis para construção. Por esse e outros motivos, Duarte Coelho seguiu viagem para o Sul em busca de um lugar melhor de instalar uma vila.

No ano de 1564 o Rei de Portugal elevou o povoado a categoria de vila, que passou a ser chamada Vila de Santa Cruz ou vila dos Santos Cosme e Damião, quando foram então criados os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A partir daquela data a vila passava a ter autonomia pública, administrativa e econômica. Anos depois, em 1594 foi criada a Freguesia dos Santos Cosme e Damião, que passou a ser um município autônomo em 28 de fevereiro de 1893, por meio da Lei Orgânica nº. 52, tendo sido o seu primeiro prefeito eleito o Coronel Luiz Scipião de Albuquerque Maranhão.

Por meio de um Projeto de Lei apresentado pelo deputado Mário Melo aprovado em 26 de setembro de 1935, a cidade de Igarassu passou a ser considerada monumento público estadual. Para proteger e restaurar o rico acervo existente em Igarassu em 10 de outubro de 1972, o Governo Federal, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tombou o conjunto arquitetônico da nucleação histórica da cidade.

2. O engenho Monjope

Neste local de inestimável potencial arqueológico, a história do Engenho Monjope (Figura 1) começa no ano de 1600, quando o terreno original (800 braças em quadra ou 1.760 metros quadrados) é doado pelo casal Antônio Jorge e Maria Farinha “por amor, em graça” aos padres jesuítas do Colégio de Olinda, que passam a usar as terras para a plantação de subsistência e a criação de gado. Alguns documentos da Companhia de Jesus no Brasil apontam Monjope como engenho produtor de açúcar apenas a partir de 1666.



Figura 1: Engenho Monjope, Igarassu 1927. Fonte: IPHAN.

O Engenho Monjope é uma propriedade rural de grande valor histórico, por ainda existir os edifícios característicos de um engenho: Casa-grande, Capela, Senzala, Moita e a casa do capitão do mato. O acesso é feito através da BR 101, sentido Goiana-Recife, e pela estrada do Monjope (Figura 2). Desde o ano 1986, o engenho está em processo de desapropriação e sua administração é de responsabilidade da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE).



Figura 2: Planta de Localização.
Fonte: FUNDARPE.

A casa grande do Monjope é uma construção de dois pavimentos, com água-furtada, e estrutura de apoio. É caracterizada pelas arcadas na fachada do acesso principal, encimadas por portas em arco abatido do andar superior, protegidas por sacadas com guarda-corpo em ferro fundido. A capela apresenta coro e púlpito, além da torre sineira, sacristia e osuário. Acima da porta da capela existe a data de 1726, ano de sua reconstrução (Figura 3).

A moita apresenta toda a estrutura do mecanismo da moenda da canalização das águas que a fazia girar para o fabrico do mel da cana e da aguardente. A única roda de ferro (Figura 4), existente nos moinhos

de água brasileiros estava no Monjope, e ainda está. Ela é bem grande, expondo o potencial fabril do engenho, e fazia parte de um sistema de captação de águas, que se armazenavam em piscinas e dutos, que hoje estão secos. Aproveitava-se o caimento natural do terreno para captar e direcionar o fluxo d'água para a roda do moinho e, assim, fazê-lo funcionar. Ao lado do moinho há uma chaminé, que provavelmente era uma fornalha. Próxima à moita está situada à casa do Capitão do mato e no lado oposto, a senzala. Outras construções integram o acervo imobiliário do Engenho: a guarita que controla o acesso ao ambiente, uma bateria de sanitários, construídos nas décadas de 60 e 70, e uma casa que foi reformada de uma primitiva construção dos meados do século XX.



Figura 3: Casa Grande e Capela. Fonte: FUNDARPE.

O Monjope foi um legítimo representante do período áureo do ciclo da cana-de-açúcar em Pernambuco. Com escravos produziam uma média de dez mil arrobas de açúcar por safra, tornando-o um dos mais importantes do Estado. Mas toda ostentação demonstrada nos séculos XVII e XVIII desapareceu quando os engenhos começam a enfrentar a concorrência das usinas.



Figura 4: Roda de ferro. Fonte: Autor desconhecido.

A capela (Figura 5), situada ao lado da casa grande, dedicada a São Pedro, foi construída (1756) pelos Jesuítas de Olinda, e apresenta coro e púlpito, além da torre sineira, sacristia e ossuário. Acima da porta da capela existe a data de 1726, ano de sua reconstrução. Em 1816 foi restaurada e em 1926 sofreu remodelação, quando foi construída sua torre sineira, por Vicente Novelino Filho.

A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loiola e um pequeno grupo de discípulos, na Capela de Montmartre - Paris, em 1534, com objetivos catequéticos, em função da Reforma Protestante e a expansão do luteranismo na Europa. Os primeiros jesuítas chegaram ao território brasileiro em 1549, com o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa. Comandados pelo Padre Manoel de Nóbrega, quinze dias após a chegada edificaram a primeira escola elementar brasileira, em Salvador. Os jesuítas foram mentores da educação brasileira durante 210 anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão do Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, o primeiro-ministro de Portugal (1750/77).



Figura 5: Capela. Fonte: Autor desconhecido.

Em 1701, as instalações do engenho eram usadas provisoriamente como uma “quinta” para férias dos estudantes do Colégio Jesuíta de Olinda. Apesar da dificuldade de utilizar as terras para o plantio da cana-de-açúcar, há registros de que, em 1732 os Jesuítas gastaram 800 escudos para reformar a fábrica do Engenho Monjope. E, em outras referências, fala-se de uma olaria que teria recebido reparos em 1742. Nesse período, os custos para manter todas as propriedades da Companhia de Jesus, eram garantidos com a venda de gado de outras fazendas. Em 1759, os jesuítas foram expulsos dos domínios da Coroa portuguesa e todos os seus bens foram confiscados e entregues à Tesouraria Geral da Capitania de Pernambuco.

O Engenho Monjope, na época dos Jesuítas, era considerado o mais famoso de Pernambuco. As notícias sobre as construções pertencentes ao Engenho datam de 1679. Segundo Serafim Leite, havia uma construção que servia de casa de vivenda e que estava sob a responsabilidade do Padre Manuel Pereira e do Irmão Manuel Viana. Em 1692,

registrou-se o trabalho de 100 servos para plantio da cana-de-açúcar e a produção de açúcar, mas o engenho não moeu, pois as terras estavam cansadas e a cana-de-açúcar não teve o teor sacarino necessário para o fabrico do açúcar. As terras então foram usadas novamente para a agricultura de subsistência e criação de gado. Os Jesuítas então compraram o engenho Cotunguba - Tracunhaém (final do século XVII, por 3.000 escudos) e o engenho Caraúba - Nazaré da Mata para plantar cana-de-açúcar e garantir a produção de açúcar na fábrica do Monjope.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil, no ano de 1759, os bens da Ordem são arrolados pela Coroa e vão a leilão. Um ano depois, ele é adquirido pela família Cavalcanti de Albuquerque, de Tracunhaém. Além da sua importância para a economia pernambucana nos séculos XVII, XVIII e XIX, o Engenho Monjope era também centro de importantes decisões políticas da capitania. Em 1859, Pernambuco é visitado pelo imperador Pedro II, na tentativa de acalmar os ânimos dos súditos que desejavam se livrar do domínio português, visita vários engenhos na cidade, mas resolve hospeda-se na casa-grande do Engenho Monjope, “cuja casa está preparada com asseio e decência”, onde pernoita no dia 04 de dezembro.

Em 1785, o engenho passou a pertencer a Manoel Cavalcanti de Albuquerque, assassinado a mandado de João Fernandes Vieira, e de Margarida Vasconcelos Souza. Falecido sem sucessão o engenho ficou para seu irmão o Capitão-mor João Cavalcanti de Albuquerque, senhor do engenho Tamataúpe - Carpina, casado com D. Maria Arcanja Carneiro da Cunha, de uma importante família de Tracunhaém. Para preservar os bens da família sua única filha Antônia Cavalcanti Carneiro da Cunha foi prometida em casamento, assim que nasceu (1831). Para que sua riqueza permanecesse na família e seu sobrenome não se perdesse, a menina foi casou com seu próprio tio, Manoel Joaquim Carneiro da Cunha (irmão de sua mãe), 20 anos mais velho. Em 1855 com Antônia Cavalcanti Carneiro da Cunha, ainda menina, casou-se e recebeu o título de Baronesa de Vera Cruz; ficando viúva com 38 anos, muito bonita e proprietária do centenário engenho de Monjope, que entrou em crise e foi vendido². Em 1861, as terras de Monjope ocupam uma área total de 7.935.000 braças quadradas, ou 17.457.000 metros quadrados.

2 O inventário da Baronesa feito em 1897 e se encontra arquivado no Instituto Arqueológico Histórico Geográfico de Pernambuco (IAHGP).

Em 1868 o engenho passou a pertencer ao Coronel Cristóvão de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, irmão do Barão de Vera Cruz, casado com Anna Maria José de Mello, filha de Sebastião Antônio de Barros Mello e de sua mulher Maria Rita de Albuquerque Mello. Nessa época há notícias sobre as construções existentes em Monjope: a casa grande era descrita como uma “vivenda de sobrado de pedra e cal”, assim como a capela e a senzala; e o engenho era movido à água. Em 1897 o engenho passa a pertencer a Manoel Carneiro Saint Clair Gastón. Manuel devia ser filho de Maria Amália Cavalcanti de Albuquerque, sobrinha de Antônia Cavalcanti Carneiro da Cunha. Amália foi casada em 1ª núpcias com o inglês George Anderson Cricket, médico da rainha Vitória e em 2ª núpcias com um suposto conde francês, Jean Edmond Saint-Clair de Gaston. O engenho foi vendido em 1889 a Companhia Beberibe, que suspendeu a produção de açúcar para construção, no local, de um sistema de abastecimento de água para ao Recife.

A Lei nº 46, de 14/06/1837, autorizou a contratação de uma empresa para fornecer água potável aos habitantes da cidade do Recife. Em junho de 1838, foi assinado um contrato entre a Companhia do Beberibe e o Governo da Província, para dotar o Recife de um serviço de água encanada. Com um capital inicial de 400.000 contos de reis, a Companhia do Beberibe teve como 1º presidente José Ramos de Oliveira e seu Conselho Deliberativo, formado por 08 membros. De 1837 a 1912, o serviço de distribuição de água do Recife esteve a cargo da Companhia do Beberibe, formada com capitais da localidade. As obras para um abastecimento elementar foram executadas de 1842 a 1848, de acordo com o projeto dos engenheiros brasileiros Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde, aproveitando o rio Apipucos e o açude da Prata, localizados no antigo engenho Dois Irmãos - Recife. A Companhia passou a fornecer água potável e encanada para toda a cidade. Sua sede funcionava nas duas residências dos antigos proprietários do engenho Dois Irmãos, que foram reformadas para a instalação da usina. Em 1881, foi renovado o contrato, elevando o prazo de privilégio a 67 anos, obrigando-se a Companhia a executar novas obras destinadas a atender à demanda existente. Estas benfeitorias resultaram no processo de decadência do Engenho.

Com reclamações da população, a incapacidade de fornecer a água necessária e o serviço de lavagem dos esgotos, o governo do Estado em 1912, incorporou a Companhia do Beberibe à Diretoria de Viação

e Obras Públicas e depois à Comissão de Saneamento, extinguindo o órgão que durante mais de sessenta anos foi o responsável pelo abastecimento d'água do Recife.

Em 1904, o engenho foi adquirido por Vicente Antônio Novelino e a fabricação do açúcar foi retomada, mas devido à concorrência das usinas, o engenho passou a produzir o vinagre e a cachaça Monjopina, como ficou conhecida. Inicialmente fabricada para distribuição com os amigos que a consideravam “a rainha das aguardentes de cana”, devido ao seu sabor primoroso, logo começou a ser engarrafada para venda em escala comercial por toda a região Nordeste - sendo considerada a primeira cachaça industrializada no Brasil (1756). Além da “Monjopina” (cana-de-açúcar) o Engenho também fabricava as aguardentes “Rainha” (seiva de limão cravo) e “Princesa” (com laranja lima).

Parte da culpa pela situação de decadência em que se encontra o Engenho Monjope é dos herdeiros - mais de 60, segundo a FUNDARPE. Uma batalha judicial, que se arrasta desde 1940 para definir quem tem direito às terras, impede que o Poder Público execute qualquer ação de preservação. No meio da confusão existe ainda o Camping Clube do Brasil (CCB), que garante deter a posse do Engenho Monjope desde 1974.

Em 1962, no engenho funcionava um Clube que pertencia ao Clube de Camping do Brasil, sociedade civil sem fins lucrativos de âmbito nacional, com o objetivo de congregar famílias em torno do campismo como forma de lazer e turismo. No ano de 1986, a FUNDARPE iniciou o processo de tombamento das terras do Engenho Monjope, pretendendo a preservação desse patrimônio cultural e sua reutilização. Em maio de 2000 foi decretado o processo de desapropriação das terras pelo Estado de Pernambuco, a quem hoje pertence o Engenho.



Figura 6: Situação atual da Casa Grande.
Fonte: Autor desconhecido.

Hoje, o Engenho Monjope faz parte dos 13 engenhos classificados no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife. Obras emergenciais foram realizadas nas edificações do imóvel em diferentes períodos desde 2000 até os dias atuais, visando à implantação do Centro de Referência Cultural e Turístico Engenho Monjope, contudo, está cercado pelo mato (Figura 6) e à espera de obras de restauração na casa-grande, capela, senzala, fábrica e casa do capitão do mato. Projetos e orçamentos existem, mas faltam recursos para transformar o lugar. Avaliada em R\$ 6 milhões, a proposta prevê não só a recuperação física, mas a ocupação de cada uma das edificações, com sustentabilidade. A senzala, por exemplo, reabriria como uma pousada com capacidade para 55 hóspedes. No térreo da casa-grande funcionaria uma doceria com comidas da região – rapadura, alfenim, tapioca, cuscuz, café com leite e outras guloseimas.

O primeiro pavimento do casarão abrigaria um restaurante, um *cybercafé* e um minicentro de convenções. Para a antiga fábrica, a FUN-DARPE indica um receptivo com cozinha industrial, salão de festas, sanitários, salão de uso múltiplo com camarins, além de escola para formação de camareiras e garçons. Uma pessoa que resolvesse se casar em

Monjope, por exemplo, encontraria no engenho toda a infraestrutura necessária para a festa, diz a arquiteta Fátima Tigre³, coordenadora de Patrimônio Histórico da Fundarpe. A Capela de São Pedro, depois de recuperada, seria devolvida à comunidade, para atividades religiosas. O Engenho, ainda está lá, gritando sua existência em paredes caídas, reforçadas para não tombarem de vez.

³ Publicado em 03/11/2012, às 17h49, Jornal do Comércio.

Referências bibliográficas

BARLEUS, Caspar. *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum, sub praefectura illustrissimi Comitum I. Mauritii, Nassoviae, & C. Comitum, nunc vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Avriaco Factoris, historia*, Amsterdam, João Blaeu, 1647.

BAZIN, Germain. *Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BELTRÃO, Luiz. *Memória de Olinda*. Coleção Tempo Municipal, vol. 16. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1996.

CRUZ, Antônio de Menezes e. *Em Defesa do Patrimônio Histórico – Artístico e Ambiental*, vol II. Anexo Documental, 1980.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. *Recife do Corpo Santo*, Prefeitura Municipal do Recife, Secretária de Educação e Cultura e Conselho Municipal de Cultura, Recife, 1977.

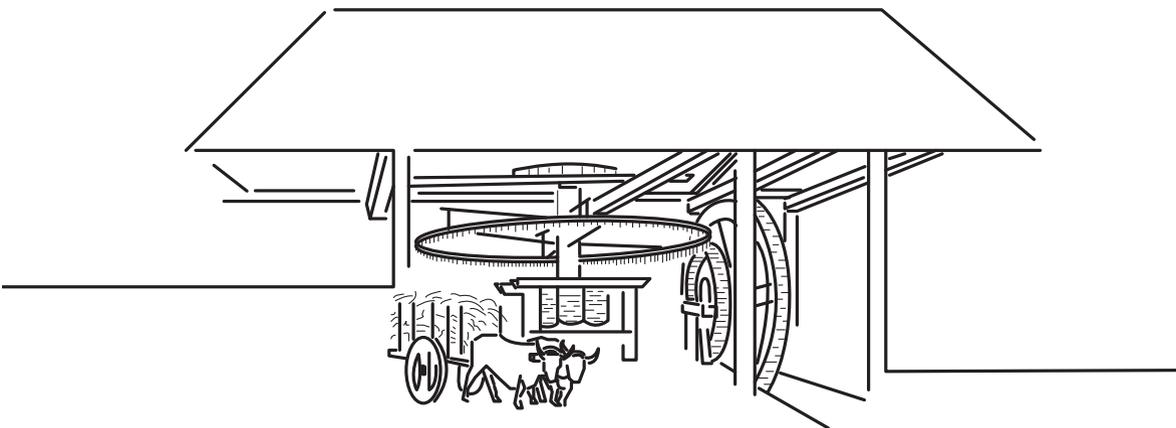
LEITE, Serafim A. I. *Monumenta Brasiliae, I (1538-1553)*, Monumenta Historica Societatis Lesu, vol 79. Roma, 1996.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *O chamado Foral de Olinda de 1537*, Revista do Arquivo Público, vol 11/28. Recife, 1957.

MENEZES, José Luiz Mota. *Sé de Olinda*. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Fundarpe, 1985.

SMITH, Robert C. *Igrejas, Casas e Móveis – Aspectos da Arte Colonial Brasileira*. Recife: MEC/UFPE/IPHAN, 1979.

TOLEDO, Benedito Lima de. *Maneirismo, Barroco e Rococó in História da Arte*. Coord. Walter Zanini, Banco Moreira Sales. São Paulo, 1985.



ARQUEOLOGIA DE ENGENHOS: aspectos históricos do engenho Riacho Grande em Capela-SE

*Gustavo Cabral Marins¹
Ton Ferreira²*

A memória em questão. São muitos os modos de pensar e de falar sobre memória. Memória faculdade, função, atividade; memória local, arquivo; memória acúmulo, es-

1 Mestrando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciado em História pela Universidade Tiradentes (UNIT/SE). Graduando em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe. guga_marins@yahoo.com.br.

2 Doutor em Arqueologia y Patrimônio pela Universidade Autónoma de Madrid. Professor adjunto do Departamento de Arqueologia e PROARQ UFS. ferreiraton@yahoo.com.br.

tocagem, armazenagem; memória ordem, organização, memória técnica, techné, arte; memória duração...memória ritmo, vestígio; memória marca, registro; memória documento, história... Memória como aprendizagem - processo, processamento; memória como narração - linguagem, texto. Memória como instituição... Invenção da memória (Smolka, 2000, p. 168).

A proposta do artigo é abordar os aspectos históricos sobre o Engenho Riacho Grande, localizado no município de Capela/SE. E para instrumentalizar a pesquisa, foram utilizadas fontes primárias (inventários *post-mortem*) e secundárias assim como o uso de fontes orais de trabalhadores e atuais proprietários. Sendo assim, o objetivo perpassa a obtenção de dados que permitam buscar a formação da propriedade, bem como o seu desenvolvimento e inserção na paisagem.

Os dados coletados até o momento permitem aferir que a propriedade em questão foi construída no final do século XIX e se extinguiu no século XX. Uma unidade açucareira que iniciou as suas atividades num processo contrário ao desenvolvimento desta produção em escala regional. Uma unidade de pequena dimensão, mais adaptada ao tipo de exploração de um engenho banguê.

As únicas estruturas preservadas são da casa grande e da torre do engenho, as casas dos trabalhadores estão ausentes nesta paisagem e foram documentadas pelos representantes desta propriedade através da memória, de fotos e de uma prospecção superficial.

A documentação que respalda este trabalho sobre o Engenho Riacho Grande foi obtida em pesquisas familiares, cartoriais, e inventários. A pesquisa se trata dos cotidianos intrafamiliares ao qual faço parte, enquanto pertencente à terceira geração desta propriedade. Este fato me levou a questionar, até que ponto as histórias construídas em torno da materialidade do engenho esgotavam as possibilidades de novas observações, ou até que ponto o filtro familiar teria condicionado as minhas observações. Os diálogos com os ocupantes dessa paisagem, assim como o cruzamento de informações documentais me puseram em contato com outras representações sobre a materialidade histórica, cujas informações familiares não haviam possibilitado, devido aos seus recortes de representação do Engenho.

Outros documentos, obtidos em pesquisas no Arquivo Público Estadual, no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no Arquivo do Judiciário e em fontes secundárias e bibliográficas foram adequando o desenvolvimento da pesquisa.

Foram realizadas entrevistas: com Maria José Cabral de Aguiar (*in memoriam*), José Guimarães Cabral (*in memoriam*), Maria de Lourdes Cabral Lima (*in memoriam*), estes filhos do primeiro proprietário do Engenho; com Maria Deusa (Deusinha) e Manuel Bispo (Santo Cunha), os últimos trabalhadores do engenho que alcançaram a última moagem; com Hortênci Cabral Sobral, Marcelo Mota Cabral, Margarida Cabral Marins, Manoel Mota Cabral (atual proprietário), Adeli Mota Cabral e Francisco Mota Cabral, estes filhos de José Guimarães Cabral (Figura 1). Sendo entrevistados ainda, os filhos e netos desta segunda geração, mas com menor interesse para essa pesquisa em inicialmente.



Figura 1: Família do Segundo Proprietário do Engenho Riacho Grande.

Segundo Trigger (2004) “A Arqueologia é uma ciência social, no sentido de que ela tenta explicar o que aconteceu com grupos humanos específicos, no passado, e generalizar sobre os processos de mudança cultural”. Uma ciência social que abrange o conhecimento do cotidiano dos grupos e busca o entendimento da sociedade dividida em dois grupos: produtores e consumidores. Identificando as táticas e estratégias de sujeitos que detêm o poder, enquanto os consumidores são os elementos dominados. Com o simples intuito de evitar o fardo da realidade, e de poderem se relacionar e viver. (Certeau, 1998).

O ser humano é essencialmente composto de memória, a sua memória, a sua cultura, a sua vida. Memória é um conhecimento da Verdade, de quem narra e quem a propaga. Memória é uma construção de conhecimento. A metáfora da memória como um recipiente de armazenamento de ambos tem um apelo popular e é tratada como uma verdade científica (Johnson, 1991). Sem memória não sabemos quem somos, perdemos nossa identidade, nossa personalidade. Sem memória perdemos o senso de continuidade e o senso de história. Memória é a maneira pela qual nos lembramos de um evento, de uma situação, de uma imagem ou de uma emoção. Memória é a representação presente de algo que está ausente (Pellini, 2014).

No Estado de Sergipe, o processo de intervenção e colonização foi desenvolvido tardiamente em relação aos demais Estados da Federação. Inicializado com a concessão de sesmarias, a sua primeira exploração foi através da pecuária, em seguida, o estabelecimento de engenhos se fizeram importantes nas áreas ricas em massapê dos vales fluviais desde o Rio Real, ao Sul, alcançando os rios Piauí, Vaza-Barris, Poxim, Continguiba, Sergipe e Japarutuba (Nunes, 1996).

A cana de açúcar passou a ter maior importância a partir do século XIX, adequando essa monocultura nos vales dos rios da zona da mata e categorizando este território como atividade econômica específica. Os dados e as fontes sobre o número de manufaturas açucareiras existentes em nosso Estado são esparsos e/ou raros. Luiz Mott (1986) quantificou a evolução dos engenhos em números nos séculos XVII, XVIII e XIX (Figura 1).

Ano	Nº. de Engenhos
1612	1
1637	8
1724-30	25
1756	46
1798	140
1802	146
1807	148
1808	114
1809	200
1815	Mais de 100
1817	Mais de 300
1820	163
1823	347
1824	226
1825	114
1826	232
1838	445
1840	433
1840	344
1852	680
1856	753
1858	769
1862	830
1863	750
1871	646
1872	800
1883	737
1884	Mais de 800

Tabela 1: Número de Engenhos em Sergipe.
 FONTE: MOTT, 1986. Sergipe Del Rey, pg.
 136-137.

Os engenhos de Sergipe possuem semelhanças com relação aos da Bahia, no tocante à sua ecologia, estrutura demográfica, especialização econômica e características sócio-culturais. No entanto, a estrutura interna da agroindústria açucareira, tamanho dos engenhos e população escrava, Sergipe se diferencia tanto da Bahia (Mott, 1986) como também de Pernambuco. Eles não passavam de banguês. É a partir de 1860 que o vapor é introduzido além do Rio Real.

Alguns pontos são decisivos para contextualizarmos o processo de inserção da agroindústria açucareira no Estado de Sergipe. No ano de 1850, ano da abolição do tráfico negreiro, ocasiona a extinção do tráfico externo, conseqüentemente, tornava crítica à questão da oferta de mão de obra, propiciando assim uma nova etapa de crescimento e modificação da estrutura econômica, impulsionada, pela desigual expansão da produção cafeeira no Sudeste (Minas Gerais – São Paulo) em relação à produção arcaica da cana. A epidemia da cólera, a falta de alimentos e as secas periódicas também foram conseqüências desta crise que marcou a economia sergipana.

Contraditório a isso, a expansão dessa economia no Estado se dá nas décadas de 1840 e 1850, graças à elevação dos preços internacionais do açúcar. Na província não foi diferente e a sua economia agora se integra ao comércio internacional e defini relações com outras regiões. Neste momento, “as elites locais tentam romper a intermediação de Salvador no comércio internacional e interprovincial” (Passos Subrinho, 1987, pg. 12).

A cultura do açúcar no Estado de Sergipe foi responsável pelo desenvolvimento e exploração agroindustrial da região da zona da mata e representou a força econômica que proporcionou e emancipou definitivamente o seu território das interferências da Bahia.

Segundo Almeida (1993), as constantes intervenções na vida sergipana provocaram vários protestos contra a dependência. Uma vez que, a capacidade econômica de Sergipe era responsável por um terço da produção açucareira baiana. Por conta disso, em 08 de julho de 1820, Sergipe volta a ser independente, elevado por Dom João VI à categoria de Província do Império do Brasil.

O desenvolvimento econômico de Capela está intimamente ligado à sua geografia, geomorfologia, climatologia, hidrografia, pedologia e geobotânica. Apesar de ser um município de pequena extensão, o seu território, situado entre a latitude 10° 32' 02.42" sul e a longitude 36°

59' 20.58" oeste, estando a uma altitude de 162 metros. Capela se encontra a Leste do Estado de Sergipe (Figura 2).

O município de Capela surgiu através da invocação de uma capela denominada Nossa Senhora da Purificação, erigida no local denominado Tabuleiro da Cruz, situado entre o rio Japaratuba e a localidade Coité. Essa igreja foi construída partir de 1735, quando o Capitão Luiz de Andrade Pacheco e sua mulher Perpétua de Matos França deram, por escritura lavrada no Tabelionato de Santo Amaro das Brotas, no dia 09 de janeiro de 1735, a quantia de mil réis para a construção de uma Capelinha no sítio Tabuleiro da Cruz, onde residiram, e que ficou definitivamente concluída no ano de 1737, ficando o restante dos bens para os seus legítimos herdeiros (Reis, 1961).



Figura 2: Mapa de Capela.

Devido à frequência das missas e festas celebradas pelo padre Luiz de Andrade Pacheco, filho dos doadores, algumas casas foram sendo construídas nas proximidades da referida capela. A povoação estava bem formada e por Resolução aprovada pelo Conselho Geral da Província, em 09 de fevereiro de 1813, foi erigido à Freguesia, com território desmembrado ao de Pé -de- Banco (Siriri), e as divisas assinadas por Lei. O Decreto Provincial de 19 de fevereiro de 1835 erigiu a povoação em Vila, conservando a sua designação de Nossa Senhora de Capela e o respectivo território é desmembrado do de Santo Amaro das Brotas (Reis, 1961).

A cultura da cana, o fabrico do açúcar e o plantio de algodão constituíram a riqueza que fomentava o comércio local e a expansão da Vila, tanto que, em 1861, pela Resolução nº. 607, de 22 de março foi criada a Comarca. Já em 1870, a Resolução nº. 880, de 05 de maio, autoriza o Governador a contratar a construção do mercado de Capela, na base de um privilégio usufruto por 40 anos, mediante a cobrança pelo contratante das taxas estipuladas em tabela confeccionada pelo governo. Só mais tarde, porém, recebeu a categoria de cidade pela Lei Provincial nº. 1.331, de 28 de agosto de 1888 para alegria do seu povo laborioso e festivo (Moura, 1990).

Em 21 de novembro de 1889, reuniu-se a Câmara Municipal para manifestar-se sobre a recente Proclamação da República, e deliberou aderir ao regime, cuja resolução levou a conhecimento do Governo Provisório do Estado, em expediente na mesma data. Esta Câmara foi dissolvida pelo ato executivo do Governo do Estado, de 23 de dezembro de 1889, que criou, em substituição, o Conselho de Intendência, constituído dos seguintes cidadãos: Drs. Thomaz Rodrigues da Cruz, José Luís Coelho e Campos, José Moreira de Magalhães e Júlio Flávio Accioly (Moura, 1990).

No início do século XX, o município progrediu rapidamente com a mecanização de sua indústria de açúcar, datando de 1914 a primeira usina de açúcar cristal. Com a inauguração do Ramal Ferroviário Murta-Capela no ano de 1915 ocorreu uma aceleração na localidade, pela qual a ligou aos municípios servidos pela Estrada da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, inclusive as capitânicas de Aracaju e Salvador. O Ramal foi desativado em 1985 (Moura, 1990) (Figura 3).



Figura 3: Ramal Ferroviário Murta-Capela.

Em Capela, a expansão da indústria açucareira trouxe o desenvolvimento dos núcleos urbanos, tornando-se um centro importante, “numa confirmação que o desenvolvimento do grupo mercantil impulsionou nesta cidade” (Nunes, 2006, p. 33). Este município foi considerado um dos mais importantes do Estado nos séculos XVIII e XIX, onde a cultura da cana de açúcar teve seu apogeu e há registros de mais de uma centena de engenhos para essa localidade.

Capela no período áureo de sua economia era essencialmente agrícola, tinha o cultivo da cana-de-açúcar como principal fonte de riqueza. No entanto, plantava-se também o algodão e outros gêneros alimentícios para subsistência mais propriamente que para exportação. A produção do açúcar alcançava grandes lucros, o grande número de engenhos garantia a produção e a lucratividade da cidade.

Os engenhos da cidade em sua maioria eram pequenos e, assim como outros da mesma região eram do tipo banguê. Esse tipo de engenho já vinha sendo instalado no Estado desde o início do século XVII. O município de Capela recebeu o título de “Rainha dos Tabuleiros” devido a sua importância e por ter sido o berço da cultura sergipana.

Na década de 1950, Capela chega a ter uma produção agrícola que ultrapassa os 80 milhões de cruzeiros, sendo que a cana de açúcar

era a principal fonte da economia. As usinas que se destacavam eram a Santa Clara, Vassouras, Proveito e Pedras. No entanto, o fechamento de inúmeras usinas, destilarias e alambiques nas décadas de 1950, 60 e 70 marcaram o período de declínio da atividade canavieira e a chegada das lavouras mecanizadas (Santos, 1984) (Figura 4).

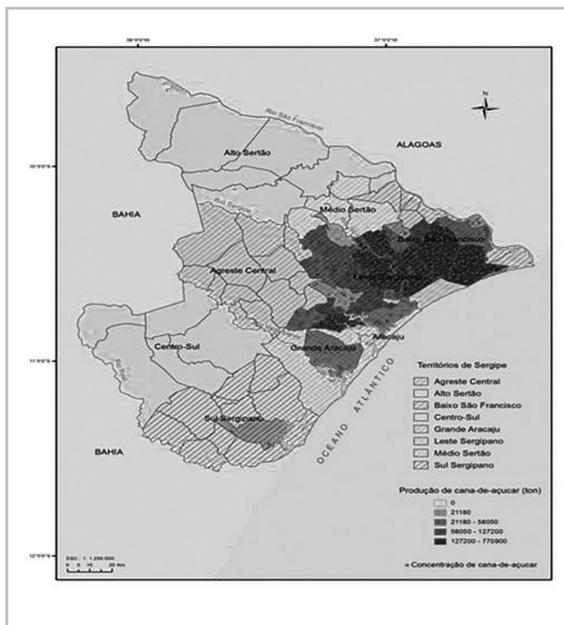


Figura 4: Áreas de Produção de Cana de Açúcar em 2009.

O antigo Engenho Riacho Grande se consolidou como uma unidade do processo evolutivo da cultura canavieira em Sergipe. Situado numa região banhada em sua maior parte pela bacia do Rio Japarutuba, e ao norte banhada pela bacia do Rio São Francisco, com grande potencial agrícola, intensamente propícia à cana de açúcar, surgiu como resposta aos incentivos internos que, em fins do século XIX e início do século XX, atuaram sobre a produção açucareira do município e do Estado. Pretendo considerar o seu compasso de vida em amplas unidades de tempo, por quase um século de descontínua evolução. Tento compreender os seus ciclos de produção e a história que essa unidade açucareira atravessou (Figura 5).

Nº.	NOMES	PROPRIETÁRIOS
08	Abadessa	Ângelo Andrade
09	Serrado	Francisco Vieira de Matos
10	Boi Bravo	Pedro Vieira de Matos
11	Formigueiro	Inácio Vieira de Matos
12	Flor do Rio	Idem, idem, idem.
13	Rezende	Comendador Antônio Gomes Carvalho e Mello
14	Riacho Grande	Manoel de Mello Cabral Netto
15	Cajueiro	José Carpina
16	Limeira	Manoel da Silva Mira
17	Murici	Manoelzinho Caboclo
18	Imbira	João Dantas
19	Cachoeira	Idem, idem.
20	Mulungu (Flor do Norte)	Cel. José do Prado Pimentel
21	Jatobá	Comendador Manuel de Melo Rezende
22	Quití	Francisco de Aquino Vieira
23	Alegre	Idem, idem, idem.
24	Proveito	João Teixeira Guimarães
25	Barriguda	Manoel de Mello Cabral
26	Malhado	Seu Gomes
27	Oitizeiro	Manoel de Mello Cabral
28	Boa Sorte	José Antônio de Mello Cabral
29	Catinga	Idem, idem, idem, idem.
30	Pedras	Cap. Antônio Vieira de Mello Cabral
31	Japarutuba	Jorge Palaten de Mello Cabral
32	Tabocal	Cap. José Luiz Mendonça

>

Nº	NOMES	PROPRIETÁRIOS
33	Colonho	João Roza
34	Colonhão	José Luiz Mendonça
35	Cantinho	Manoel Carvalho de Andrade
36	Mundés	Manoel Abreu Lima
37	Lavagem	Felisberto Carvalho Andrade (Pirralha)
38	Lavagem	Cap. Manoel José Mello
39	Lavagem	Tem. Cel. Manoel José de Andrade
40	Recurso	Cap. Domingos Vieira de Mello

Tabela 1: ENGENHO DE AÇÚCAR CAPELA
ESTADO DE SERGIPE – 1859
FONTE: DANTAS, 1980, pg. 129.

As referências a essa atividade açucareira são escassas e insub-sistentes. Estimo que a função de engenho tenha iniciado no ano de 1859 e declinado em 1934, de acordo com as memórias de Maria José Cabral de Aguiar, José Guimarães Cabral e de Manoel Mota Cabral. Esta tarefa, de pesquisa em examinar documentos primários, inventários diversos, não conduziu a dados precisos sobre a formação do Engenho, mas permitiu a construção de hipóteses (Figura 6).

A Certidão de Inteiro Teor; Transcrição nº. 4.121 – Livro nº. 3-A – Fls. 63 – Data 13/04/1953, é o documento mais antigo até o momento da pesquisa, que comprova a origem da propriedade. A descrição deste documento trouxe outra informação para a continuidade da pesquisa:

“Engenho ‘Riacho Grande’, o extinto Engenho ‘Alegrete’, inclusive a solta ‘Ribeiro’, deste termo cinco (5) casas nesta cidade Capela, a Praça da Matriz, e a solta ‘Cerrado’ também neste termo. Quinhão para pagamento da viúva Maria Guimarães Cabral deram e haverá o Engenho ‘Riacho Grande’, deste termo, com suas terras e benfeitorias, com os limites os constantes da escritura, avaliado em Cr# 80.000,00”.

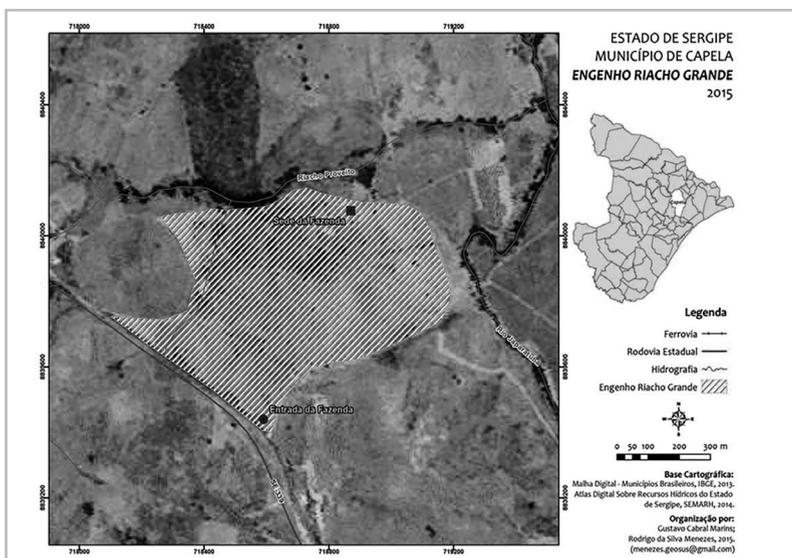


Figura 6: Localização do Engenho.

A existência de outras propriedades condiciona a procura pela origem do engenho em estudo. Ainda sobre a origem do Engenho, Dona Maria José falou a respeito: *“Meu pai, Manoel de Mello Cabral Netto, estava passando a cavalo por aquelas redondezas e se agraciou pela área e resolveu comprá-la; ele estava passeando a cavalo e gostou da terra e quando chegou na Capela, foi logo providenciar a compra daquele pedaço de terra”*. Quando indagada em relação a essa compra e a quem teria comprado, a mesma respondeu: *“passou as terras, comprou a alguém da família, num sabe”*.

Ainda corroborando com a ideia de que o engenho possui origem a partir de compras de terras da própria família podemos visualizar na Escritura Pública de Inventário e Partilha, protocolada sob o nº. 6.260, livro 099, folhas 120/124v. Inventário *post-mortem* de Maria Adeli Mota Cabral que trata sobre a partilha da propriedade em questão.

“Uma propriedade rural denominada ‘Riacho Grande’, cadastrada no INCRA sob nº. 264016002976-1, situado

no município de Capela/SE, com a seguinte descrição: fazendo divisa com a Fazenda do Sr. Bosco de tal; fazendo divisa com o Rio Japarutuba; fazendo divisa com a fazenda da Sra. Elvira Vieira; fazendo divisa com a Fazenda Proveito do Sr. Fernando Vieira Filho; perfazendo uma área de 82,30 hectares. Povoado Proveito. Datado de 20 de novembro de 2002. Registrado sob nº. 01, na matrícula nº. 8.098, fls. 082, do 1º 2-BN – Registro Geral, no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Capela/SE”.

A utilização do censo de 1872 como base para análise do perfil populacional sergipano possui algumas inconsistências, pois “não entregaram os formulários os municípios de Capela (situado na Zona da Cotinguiba), além de Espírito Santo (na Zona da Mata Sul), Itabaiana, Nossa Senhora das Dores e Simão Dias (os três últimos na região agreste)” (Amaral, 2007, p. 43). Essa ausência explica e contesta a origem do Engenho.

Cotidiano e Memória, são duas palavras que presumem vários conceitos e propostas diversas. Exponho essa relação para ampliar as buscas sobre um passado que ficou na memória de todos os envolvidos nesta longa história. A primeira (cotidiano) irá evidenciar os aspectos de uma vivência nesta paisagem e as relações criadas entre os sujeitos. A segunda (memória) é mais desafiadora e complexa, porque é através dela que irei construir um conhecimento, uma identidade e uma memória coletiva. Palavras chave para a compreensão do que é Arqueologia.

Segundo Orser (1992) as fazendas são lugares multiculturais complexos, diversificados e oferecem muitas possibilidades de pesquisa com grandes oportunidades para aprender como funcionava a interação de povos de diferentes culturas, um aspecto significativo da história do Novo Mundo. Entre os muitos aspectos estudados por ele, ressaltam-se as análises dos tipos de artefatos, o tamanho e natureza das casas e as transformações que ocorreram nas fazendas, com o passar do tempo.

Quanto aos artefatos das fazendas estipulados por Orser (1992) em relação à riqueza e ao status do fazendeiro, dispersos no sítio, o interesse da pesquisa inicialmente é catalogá-los, pois alguns deles ainda estão sendo reutilizados em outros espaços e lugares e, a possível escavação conduzirá a pesquisa entender essas posições sociais através dos artefatos.

Antes mesmo de iniciar essa pesquisa sobre o Engenho eu não o conhecia como tal, sempre o chamava de fazenda porque gostava de ir andar a cavalo e ouvir as histórias que meu avô, meus tios e Santo Cunha me contavam. Eram sempre manhãs de histórias, muitas delas repetidas e outras inventadas e reinventadas. A falta de conhecimento dessa paisagem ficou atribuída à minha inocência em saber novas histórias. O tempo passou e outros interesses foram surgindo, as histórias que gostava de ouvir pareciam que estavam com raiva de mim porque passei muito tempo sem ouvi-las. E, depois de tanto tempo, agora com menos inocência, essas histórias me pareciam chatas, repetidas, sem graça, tristes e sem interesse para o momento. Interessava-me mais no cotidiano da cidade e não mais nas manhãs da fazenda.

Certo dia, num estralo de memória, algo nessa paisagem me chamou a atenção, acredito que foi ocasionada por um acúmulo de pensamentos complexos e respostas vagas que ouvira no passado. À época estudante de História as dúvidas surgiam e o passado se tornou um objeto de estudo e o meu passado antes contado de várias formas se tornou uma interrogação para entender como de fato houvera acontecido.

Percebi histórias individuais e histórias coletivas entre todos que um dia conversei. Sempre faço uma fragmentação temporal e espacial para tentar entender os contextos desta paisagem. Nesse engenho tiveram três gerações que dinamizaram o cotidiano. A primeira foi composta pelos filhos e filhas de Manoel de Melo Cabral Neto, meu bisavô (Figura 7). A geração que teve mais relação com essa paisagem e a que me proporcionou um conhecimento geral deste cotidiano. Duas pessoas foram fundamentais para que eu compreendesse o início dessa história. Maria José Cabral de Aguiar (Figura 8) e José Guimarães Cabral (meu avô) (Figura 9).



Figura 7: Manoel de Melo Cabral Neto.

Antes mesmo do nascimento dessa primeira geração o engenho não era mais a moradia de Manoel de Melo Cabral Neto, tendo a sua casa em Capela moradia fixa. Ou seja, já me proporciona uma hipótese sobre o desenvolvimento econômico desta propriedade. Diferentemente de outros engenhos onde o proprietário morava na casa grande. Estou falando de um proprietário que tinha como ocupação o comércio de algodão e carne do sol entre Propriá e Capela, inicialmente, depois fixando esse comércio na cidade de Capela juntamente com o engenho para produzir açúcar bruto para a feira da cidade, onde pode angariar alguns vultos financeiros se tornando prefeito entre os anos de 1923-1925.



Figura 8: Maria José Cabral de Aguiar.

Antes mesmo de meu avô falecer todo papo sobre o engenho era um mundo de imaginações para mim e de memórias para ele. Quando ele lamentava que tivera que voltar muito novo de Salvador (com 12 anos), onde fazia um curso preparatório em Agronomia, para tomar conta do Engenho, porque seu pai havia sofrido um derrame e a partir de então deveria ser arrimo de família antes do tempo. Sua irmã mais velha Maria José que nos deixou recentemente me presenteou numa certa tarde muito prazerosa as lembranças do Engenho Riacho Grande e de curiosidades sobre a vida na cidade de Capela.

Em uma das conversas com José Guimarães Cabral ele me contou como era a paisagem do engenho através das estruturas que compunha essa unidade açucareira e que foram comprovadas pela prospecção oral com seus filhos anos mais tarde, pois reutilizaram esses espaços e essas estruturas para outros fins. Para isso, realizei um croqui através dessa prospecção oral demonstrando as áreas que podem ser estudadas e comprovadas através de uma escavação (Figura 2). Estudar o cotidiano através das memórias é uma tarefa complexa e diversificada, uma vez que cada entrevistado terá sempre a sua opinião.



Figura 9: José Guimarães Cabral.

A área evidenciada no croqui possui uma cronologia que foi relatada por José Guimarães e Maria José, os mais antigos do engenho. Para identificar o início do engenho e as suas estruturas só será possível com uma escavação para delimitar essa temporalidade através da estratigrafia. As casas ao lado da casa grande que eram quatro e juntas umas as outras podem demonstrar uma utilização primária dessa estrutura como uma possível senzala anteriormente. No período da primeira geração pude relatar através de entrevistas que os trabalhadores presentes nesta paisagem eram:

Eu: A senhora lembra-se dos escravos do engenho?

Maria José: Mamãe tinha uma, Fé; era escrava, mas não quis sair, não, não quis ser escrava não, ficou com mamãe até; criou a gente tudo, o nome dela era Fé, tomava conta, uma babá, naquele tempo não chamava babá, era uma senhora de idade que tomava conta dos filhos, ainda tenho recordação dela, num sabe, boa, fazia tudo.

Eu: A senhora lembra quantas casas de escravos existiam no Engenho?

Maria José: “Tinha umas dez casas, meu pai fazia as casas e entregava pra trabalharem lá”.

Eu: A senhora havia me relatado que existia uma senhora chamada Dora que ia ensinar os escravos no engenho.

Maria José: Mamãe e Papai botou uma preta pra ensinar os escravos a contar contas de somar e dividir e ensinar a ler.

Eu: Eles gostavam do trabalho lá?

Maria José: Gostavam; teve um que saiu, vendeu, quando papai soube foi lá e ficou chateado, abandonou o engenho e até hoje não sabemos o destino dele, foi embora com medo de ser preso né, não podia ser vendida e ele vendeu.

Alguns personagens deste engenho foram relatados nesta entrevista com Maria José, mas o croqui apresenta outras unidades identificadas em letras para diferenciar e explicar a dinâmica do engenho. A – A Casa Grande (Figura 10); B – A Casa dos Trabalhadores; C – O Antigo Engenho (Figura 12); D – A Capelinha dos Anjinhos (Santa Cruz) (Figura 13) e E – Açude. As unidades apresentadas são relatadas pelos ocupantes da segunda geração com outra perspectiva.



Figura 10: A Casa Grande.



Figura 11: Comadre Amália.

A Casa Grande foi modificada para corresponder a outras necessidades. Novas Casas dos Trabalhadores foram construídas e outras reutilizadas (Figura 14). O Antigo Engenho é desmembrado preservando apenas a torre e dando uma condição de curral para esta unidade. A Capelinha dos Anjinhos, assim relatada por todos os ocupantes da propriedade e mais enfatizada por Dona Deusinha quando ela relata que a mesma foi construída inicialmente por uma ex-escrava que tinha fugido de outro engenho dos maus tratos sofridos. E depois desse eventual acontecimento só poderia enterrar filhos de ex-escravos e de trabalhadores dos engenhos da redondeza nesta capelinha, por isso ela se tornou sagrada. Essa unidade foi explorada por todos os ocupantes da segunda geração quando faziam novenas e procissões em meses comemorativas atribuindo novos valores.



Figura 12: Antigo Engenho.

A relação dos edifícios e o aspecto ideológico são estudados pela proximística, inventada por Edward Hall, que estuda “a distância entre os homens na condução de atividades diárias, a organização do espaço das casas e edifícios e até o espaço urbano”. O seu uso inclui fatores relativos à visão, audição, olfato e tato (Orser, 1992).

Jones e Bergson diriam que a memória é algo que se desenvolve a partir do nosso engajamento sensorial com o mundo. Se não vivenciamos um lugar, não podemos ter memórias dele. Não existe experiência que não seja sensorial, assim como não existe experiência que não seja mediada pela memória e que não esteja situada em um lugar. Nossas memórias são uma colagem de cheiros, de sons, das condições de luz, de sombra, de texturas, dos paladares, de sentimentos. Lembraremos esta casa não porque é uma casa, mas porque vivenciamos aqui momentos como esse, onde sabores, odores, imagens, sons, sentimentos e emoções foram vivenciados (Pellini, 2014).



Figura 13: Capelinha dos Anginhos.

Como também perto de seus lugares de trabalho (Orser, 1992). Podemos relacionar esse estudo através da dispersão das unidades pela prospecção oral ao longo do tempo. “No sul dos Estados Unidos e no Caribe arqueólogos documentaram que a distância entre as casas dos fazendeiros, aldeias dos trabalhadores e locais de trabalho aumentaram com a abolição da escravidão” (Orser, 1992, p. 114). Podemos fazer essa associação e comparação com o engenho pesquisado?

A relação com o silêncio sobre os estilos de construção e as modificações ao longo do tempo são pontos a serem trabalhados. Os proprietários não registraram as modificações dos edifícios. Nem da casa grande e tão pouco da casa dos trabalhadores e do engenho. Manoel (o atual proprietário) relatou que retirou as casas dos trabalhadores para ter espaço para o curral, para o caminhão entrar com rações e alimentos para os animais. Dando outra função para esse espaço. Transformações para adaptarem às diferentes condições econômicas.



Figura 14: Nova casa dos trabalhadores.

E a falta de interesse por parte dos ocupantes da segunda geração em registrar os acontecimentos diários da propriedade, não por falta de interesse, mas por falta de conhecimento e necessidade para concretização desse espaço. Não foram nem documentadas e às vezes nem percebidas por eles próprios. O que condiciona a novas hipóteses sobre as modificações nesta fazenda de acordo com as gerações. Para entender a dispersão dos elementos sociais desta propriedade. Nesse engenho tiveram escravos, trabalhadores livres ou forros assalariados? Penso que a resposta só será finalizada com escavações arqueológicas. O Engenho depois disso se tornou mais distante de mim e acredito que reviver essas memórias me fará recordar um pouco dessa história.

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção. Ela é o elemento essencial para constituir a identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Porém, a memória coletiva não é somente uma conquista, ela é também um instrumento e um objeto de poder. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 1990).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. G. S. 1993. *Nordeste açucareiro: desafios num processo do vir-a-ser capitalista*. Aracaju, Universidade Federal de Sergipe, Secretaria de Estado do Planejamento, Banco do Estado de Sergipe. 321pp.

AMARAL, S. P. 2007. *Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888*. Tese de Doutorado. Salvador, Universidade Federal da Bahia. 272pp.

CERTEAU, M. 1998. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. Ed. Petrópolis, Editora Vozes. 351pp.

DANTAS, O. 1980. *A Vida Patriarcal em Sergipe*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 190pp.

JONES, A. 2007. *Memory and Material Culture*. Published in the United States of America by Cambridge University Press: New York.

Le Goff, J. 1990. *História e Memória*. Campinas/SP, Editora da UNICAMP. 293pp.

MOTT, L. R. B. 1986. *Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade*. Fundesc. 204pp.

MOURA, M. Z. 1990. *Conheça Capela: sua terra, sua história e sua gente*. 1. ed. Capela/SE, Casa do Livro. 169pp.

NUNES, M. T. 2006. *Sergipe Provincial II (1840/1889)*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Aracaju, SE: Banco do Estado de Sergipe. 239pp.

ORSER JR., C. E. 1992. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Traduzido por P.P.A.Funari. Belo Horizonte, Oficina de Livros. 142pp.

PASSOS SUBRINHO, J. M. 1987. *História Econômica de Sergipe (1850-1930)*. Aracaju, UFS, Programa Editorial da UFS. 186pp.

PELLINI, J. R. 2014. O Jardim Secreto: Sentidos, Performance, Memórias e Narrativas. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Volume 8; Número 1.

PELLINI, J. R. 2014. Paisagens: Práticas, Memórias e Narrativas. *HABITUS*. Goiânia, v. 12, n.1, p. 125-142.

REIS, J. D. M. A Cidade de Capela e seu município. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº. 26 – 1961-1965 – Vol. XXII.

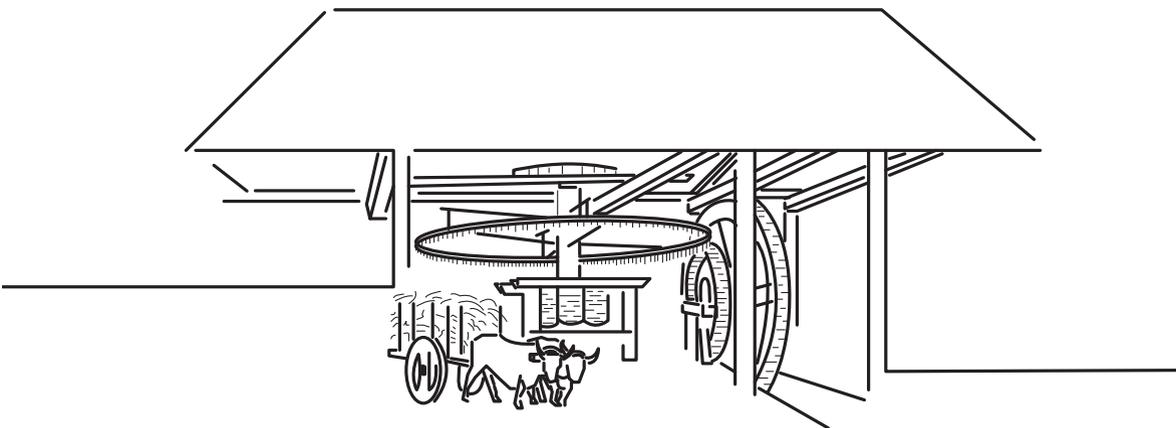
REIS, J. D. M. A Cidade de Capela, Sua Fundação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº. 26 – 1961-1965 – Vol. XXII.

REIS, J. D. M. Nossa Senhora da Purificação da Capela. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº. 18 – 1943-1945 – Vol. XIII.

SANTOS, D. O. 2011. *História da Rainha dos Tabuleiros*. Aracaju, J. Andrade. 139pp.

SMOLKA, A. L. B. 2000. A memória em questão: *uma perspectiva histórico-cultural*. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 71.

TRIGGER, B. G. 2004. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo, Odysseus Editora. 477pp.



TRANSPORTE AQUAVIÁRIO NA SESMARIA JAGUARIBE, PE, BRASIL, SÉCULOS XVI E XVII

*Carlos Rios¹
Marcelo Lins²*

1. Introdução

O transporte aquaviário existente na Sesmaria Jaguaribe, PE, nos séculos XVI e XVII era, basicamente, efetuado no rio Timbó e seus tribu-

1 Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

tários (arroyo Desterro, riacho Inhamã, rios Zumbi e Fundo), com o propósito de suprir necessidades dos engenhos de açúcar e dos ribeirinhos que habitavam aquela região.

Os ribeirinhos faziam uso de canoas monóxilas na pesca de subsistência, no transporte de pessoas e mercadorias entre as diversas moradias ao longo da bacia hidrográfica do rio Timbó, praticando uma navegação interior. Já os senhores de engenhos dependiam dos rios para o abastecimento e escoamento de suas produções agrícolas e minerais extrativistas para o centro financeiro da Capitania de Pernambuco, praticando navegação interior e costeira.

No presente trabalho foi efetuada a batimetria com prumo e cabo sisal graduado em nós, com intervalos de 1 m, da maneira que os navegantes faziam nos levantamentos hidrográficos em tempos idos, desde a boca da barra do rio Timbó até as proximidades do Forno da Cal, em Jaguaribe, um dos locais de embarque e desembarque de cargas e pessoas da Sesmaria Jaguaribe; analisou a navegação interior no rio em foco, bem como cada uma das embarcações de transporte da época; possíveis áreas de fundeio para recebimento de carga; tipo de fundo do leito estuarino; fainas marinheiras de fundeio nas bacias de manobra e capacidade de carga de cada barco.

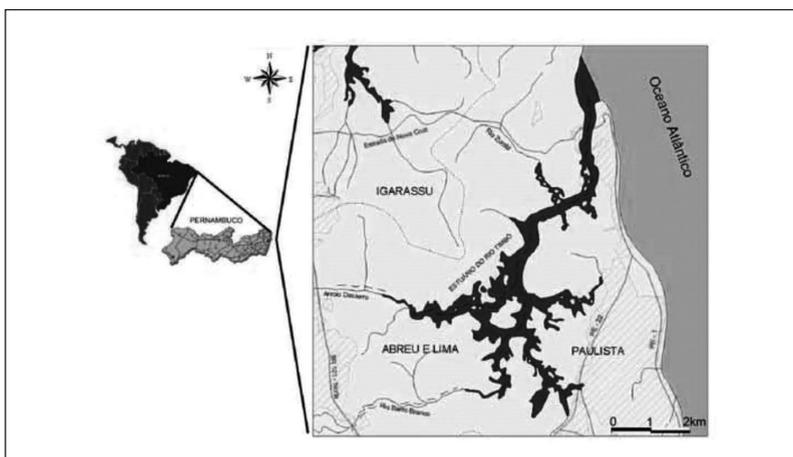


Figura 1: Mapa de localização da área estudada. Fonte: FIDEM, 2001.

2. Sesmaria Jaguaribe

As primeiras notícias da presença portuguesa na região Norte do atual Estado de Pernambuco, datam da segunda década do século XVI, com a fundação, em 1516, da feitoria de Cristóvão Jaques na foz do atual Canal de Santa Cruz, que circunda a ilha de Itamaracá. Foi na sua foz, que, em 1526, fundeou a armada espanhola comandada por Sebastião Caboto, onde encontrou os habitantes daquela feitoria.

vino a la nao capitana de est a armada una canoa de indios, en la cual venía un cristiano, y el señor capitán general fue informado de él qué tierra era donde est ábamos e dijo cómo se llamaba Peranavuco y que el rey de Portugal tenía allí una factoría para el trato del Brasil (RAMÍREZ, 2007; p. 22-23).

Foi naquela feitoria que Duarte Coelho alojou-se quando de sua chegada a Pernambuco, em março de 1535, para tomar posse de sua capitania que se estendia da foz do rio São Francisco ao rio [sic] de Santa Cruz “onde Cristóvão Jaques fez a primeira casa de feitoria” (PEREIRA DA COSTA, 1976; vol. 1; p. 85).

Naqueles primeiros anos, a produção açucareira da capitania expandia-se pela várzea do Capibaribe e, mais ao norte, entorno da vila de Igaráu tendo, nesta última, como principais vias comunicação o canal de Santa Cruz e os rios Timbó e Igaráu.

Em 24 de julho de 1540, Duarte Coelho, donatário da Capitania de Pernambuco, fez doação a Vasco Fernandes de Lucena, feitor e almoxarife da capitania, bem como a seus filhos, uma porção de terra localizada na Sesmaria Jaguaribe, segundo a carta de doação registrada no livro do tomo do Mosteiro de São Bento de Olinda:

Duarte Coelho capitam e Governador destas terras da Nova Lusitânia, etc. Faço saber a quantos esta minha Carta virem, que a mim praz e hey por bem de dar,

e doar deste dia para todo o sempre a Vasco Fernandes Cavalheiro da caza del Rey nosso senhor, e seo Feitor, e Almojarife nesta dita terra, a terra que tem em Jagoaribe, a qual terra tem huma Legoa de cumprido, e outra de Largo, a saber, que desta terra declarada dou ao dito Vasco Fernandes para elle o quarto della, e outro quarto a Sebastiam Fernandes seo filho, e outro quarto dou a Clara Fernandes, todos filhos do dito Vasco Fernandes (OLIVEIRA, 2014, p. 2-3).

Foi naquela gleba de terra que Vasco Fernandes e seus filhos fundaram os engenhos de Jaguaribe e Inhamã. Outras construções e propriedades rurais fixaram-se na região, como os engenhos Caetés, Paratibe e Utinga, alavancando a produção açucareira do norte da capitania. Possivelmente, fazia parte da área da sesmaria a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, em Maranguape, hoje município de Paulista. A região de Jaguaribe também era conhecida pela cal de excelente qualidade, empregada na construção e produção do açúcar, que também movimentava a economia local. Esta confluência de gentes e unidades produtivas tornava a Sesmaria Jaguaribe em um núcleo de povoação importante na economia da capitania (OLIVEIRA, 2014).

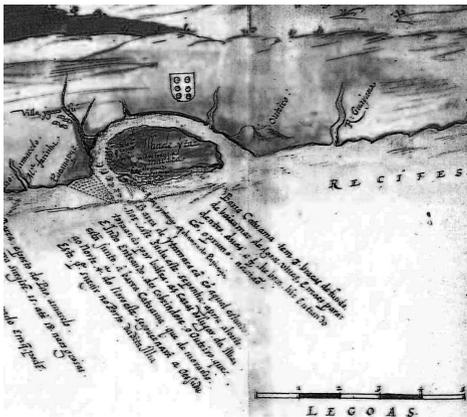


Figura 2: - Mapa do Litoral Norte de Pernambuco e Litoral Sul da Paraíba - por João Teixeira - 1640. Fonte: <http://www.brasil-turismo.com/pernambuco/mapa-historico.htm>.

Gabriel Soares de Sousa, em 1587, diz que nas proximidades do rio Igarauçu “há três engenhos de açúcar muito bons. Do rio Igarauçu ao porto de Olinda são quatro léguas” (SOUSA, 2000; p. 17). O rio Igarauçu desagua no canal de Santa Cruz e o rio Timbó desemboca mais ao sul, da barra do mesmo canal.

Em 18 de julho de 1598, os religiosos beneditinos recebem, por doação, um pedaço de terra nos limites de Jaguaribe; em 07 de julho de 1615, compram uma ilha entre os rios Jaguaribe e Inhamã; em 29 de outubro de 1647, mais uma gleba é acrescentada à propriedade do Mosteiro de São Bento, em Jaguaribe quando, por testamento, a Sra. Ignez de Oliveira deixa um legado de terras aos monges, fronteiriças ao referido engenho (ANDRADE, 2006).

3. Rio Timbó

O rio Timbó localiza-se no litoral norte de Pernambuco, sua bacia abrange uma área total de 9.296,41ha e banha os municípios de Abreu e Lima, Paulista e Igarassu, abrangendo 32,5%, 25,7% e 7,7% dos mesmos. Limita-se, ao norte, com a bacia do rio Igarassu e a microbacia do rio Engenho Novo; ao sul, com a bacia do rio Paratibe; a oeste, com junção das bacias dos rios Igarassu e Paratibe; e a leste, com as microbacias que banham a planície costeira (CPRH, 2003).

Ele nasce no Tabuleiro de Araçá, Abreu e Lima, PE, com o nome de Barro Branco, até atingir o estuário no município de Paulista, quando passa a denominar-se Timbó. Da nascente até tal trecho, segue a direção W-E, tomando, dali em diante, a direção NE até a desembocadura, entre Nova Cruz e a praia de Maria Farinha. Realiza cerca de 50% de seu percurso em terrenos da Formação Barreiras atingindo, a oeste do núcleo urbano de Abreu e Lima, os depósitos da Formação Beberibe e nas proximidades da área estuarina, aqueles da Formação Gramame (CPRH, 2003).

Tem como principais afluentes o riacho Inhamã, o arroio Desterro e o rio Zumbi, pela margem esquerda e o rio Fundo, pela margem direita. Ao penetrar na área estuarina, divide-se em vários braços, espalhando-se entre o terraço marinho a leste e as colinas que circundam a planície costeira ao norte, ao sul e a oeste. Seu estuário tem aproximadamente, 1.397 ha, com expressiva vegetação de mangue (FIDEM, 1987).

4. Navegação no rio Timbó

No que concerne a navegação do rio Timbó, o primeiro desafio dos pilotos era identificar a barra do rio e o rumo a serem seguidos para evitar os perigos representados pelos arrecifes costeiros. Documento anônimo existente no Arquivo Nacional de Haia, nos Países Baixos, produzido entre os anos de 1643 e 1649, anota a existência “entre Pau Amarelo e o rio Itamaracá ainda há outro rio chamado Maria Farinha, é navegável para barcos” (SOARES e FERRÃO, 2011; p. 194). Até o final do século XIX, o atual o rio Timbó era conhecido com rio Maria Farinha.



Figura 3: Mapa do Litoral Norte de Pernambuco. Fonte: Google Earth, 2015.

5. Barra de Maria Farinha

O acesso ao rio Timbó se faz através da barra de Maria Farinha, (Lat. 07° 49'55.8" S; Long. 034° 50' 04.6" W), por um canal no sentido E-W com, aproximadamente, 2 km de extensão e largura aproximada de 150 m na sua extremidade Leste. É delimitado pela ponta de Maria Farinha ao sul e pelo banco de areia que separa a foz do rio Timbó da pertinte ao Canal de Santa Cruz, segundo Figueiredo;

Avistando a ilha pela banda do Norte, e correndo os arrecifes per fora 2 léguas ao longo, defronte de uma barreira alta, ou monte donde se vê desembocar um rio a que chamam de Maria Farinha, ao longo dos ditos arrecifes, há 2 braças³ e meia [4,4m], e tanto que entrades dos arrecifes para dentro vireis correndo pela banda de dentro dos arrecifes ao Norte, e vos poreis com o meio da ilha de Itamaracá e estando aqui volvereis ao sudoeste ao ancoradouro em fundo de duas braças [3,52m], vigiando porque tudo são baixios (FIGUEIREDO, 1625; fol. 12).

Perigos que eram igualmente registrados pelos navegadores batavos.

Para entrar em Maria Farinha/ deve-se adentrar na ilha de Itamaracá com cerca duas braças⁴ [3,4m] de água / então logo que a ilha pela parte norte é passada / deve-se logo alinhar a barlavento, sudoeste e montar sobre esta, duas braças [3,4m]. Este fundo corre entre a ilha de Itamaracá e Pedra Furada (RUITERS, 162; tradução nossa).

3 Braça portuguesa século XVI e XVII igual a 1,76 m (CASTRO, 2005).

4 Vaam = braça. A braça de Amsterdam, no século XVII, correspondia a 1,698 m (Instituut voor Nederlandse Lexicologie).

A profundidade aferida para o canal de entrada da barra foi de 1,80 m⁵, ou seja, 1,6 m segundo Ruiters ou ainda 2,6 m abaixo do que relata Manoel de Figueiredo, em seu *Roteiro de Portugal pera [sic] o Brasil*, datado de 1625, era aquela barra propícia para barcos e embarcações pequenas.

6. Zona estuarina inferior

Superada a transposição da barra, o rio muda de direção com o canal fazendo uma curva longa para o sul, que se inicia logo que se tem a ponta sul da ilha de Itamaracá por boreste e segue no sentido N-S, por cerca de 2.800 m, paralelo à linha da costa e à restinga arenosa de Maria Farinha. A margem esquerda mostra uma morfologia irregular, apresentando sedimentos dos períodos Cretáceo e Neogênico. O canal principal apresenta vários bancos arenosos que, em geral, não constituem canais secundários notáveis, com profundidade entre 5 m e 8 m, oferecendo poucos perigos para a navegação. Fundo de areias quartzosas média e grossa, com elevação do percentual de fragmentos carbonáticos (algas) que aumenta em direção à foz, demonstrando a importância das marés no transporte de sedimentos marinhos para o estuário (BARBOSA, 2006).

Diante da Igreja de N. S. das Dores, na margem esquerda do rio, município de Nova Cruz, encontra-se o primeiro ancoradouro natural, com fundo de areia, profundidade superior 5 m e espaço de manobra de aproximadamente 240 m, entre as duas margens do rio.

7. Zona estuarina média

Esta segunda parte do rio é dividida em dois trechos, o primeiro começa com uma longa curva que muda a direção do rio no sentido NE-SW, se estende por cerca de 1.700 m, até virar novamente para o rumo N-S, por outros 1.700 m, vindo a desembocar imediatamente a

⁵ Batimetria realizada no dia 8 de agosto de 2015, às 9 h 50 min, com a maré montante, faltando uma hora para a preamar.

jusante da ilha Central (denominação nossa) coberta de mangue. Naquele segundo trecho, um grande banco arenoso, que aflora na vazante, bloqueia a margem direita e divide o canal principal, dificultando a navegação. As margens são sub-retilíneas e mais altas, em virtude do contato direto com rochas calcárias do período Cretáceo (BARBOSA, 2006).

A batimetria daquele trecho mostrou uma profundidade de 2,55 m logo à jusante da ilha Central. Tal ilha divide o rio em dois canais que a circundam. Subindo-se pelo canal da margem direita, fica Porto de Pedras, situado à jusante da ilha Central, apresenta fundo predominantemente de areia em sua área mais central, areia lamosa e lama para oeste que fica exposta na baixa-mar (BARBOSA, 2006). Profundidade aferida foi de 4, 20 m, com cerca de 600 m no sentido N-S e 400 m E-W na baixa-mar.

8. Zona estuarina superior

A montante da ilha Central inicia-se a parte estuarina superior formada por canais anastomosados, bancos arenosos, ilhas e baixios de maré. O levantamento de campo mostrou profundidades de 1,56 m, na foz do arroio Desterro; 2 m nos canais que circundam a ilha Central; e inferiores a 1 m, na baixa mar, com o afloramento de trechos terrígenos, só permitindo a navegação de embarcações com pouco calado. Sendo a pequena lâmina d'água o principal perigo à navegação.

Diante do porto de Forno da Cal, pertencente à antiga propriedade beneditina, situado a 1.200 m da igreja de São Bento, no sentido SE, o ancoradouro tem, na maré baixa, a profundidade de 0,8 m. Tal trecho foi tomado com referencial por ter sido um dos principais pontos de escoamento/recebimento de carga da Sesmaria Jaguaribe.

9. Tipos de embarcações no rio Timbó

Levando-se em consideração as características do estuário do rio Timbó, foram elencados os tipos de embarcação que poderiam navegar naquela região (apêndice 1). O primeiro limitador seria a pouca profundidade da barra, os relatos históricos falam de profundidade de 3,5m, o que demandaria embarcações com calado igual ou inferior a 3 m, deixando-se uma margem de segurança de cerca de 0,50 m.

Ultrapassada a barra, o primeiro trecho não apresentaria dificuldades nos primeiros 2.800 m da zona estuarina inferior. No segundo trecho, no entanto, o banco de areia que se forma no meio do rio representaria um sério obstáculo à navegação. Superado este trecho, encontrar-se-ia no Porto de Pedras, um local com profundidade e espaço para ancoragem e manobra de embarcações. O setor a montante de tal porto, formado pelos canais anastomosados, com pouca profundidade só seria acessível, com certa margem de segurança, a embarcações com calado inferior a 1,5 m.

Como observado na tabela 1, a canoa monóxila com seu pequeno calado e dimensões modestas, seria a embarcação apropriada para navegar a parte estuarina superior, chegando com facilidade aos pequenos portos aí existentes.

TIPO EMBARCAÇÃO	COMPRI-MENTO	BOCA	PON-TAL	CALA-DO	PRO-PULSÃO	CAP. CARGA
CANOA	5 a 10 m	0,53 m	0,40 m	0,30 m	V/R	0,4 t
CHALUPA	14 m	2,97 m	1,15 m	0,90 m	V/R	36 t
BARÇAÇA	13 m	6 m	2 m	1,5 m	V/V/R	50 t
CARAVELÃO	15 m	5 m	2,5 m	1,5 m	V/R	40/50 t
IATE	13 m	4,5 m	2,5 m	1,8 m	Vela	40 t
SUMACA	19 m	7 m	3 m	1,8 m	Vela	60 t

Tabela 1: Tipos de embarcações empregadas na navegação interior do rio Timbó e suas especificações. Fonte: os autores, 2015.

A chalupa, apesar do seu calado de 0,90 m, navegaria no limite da segurança, além disso, suas dimensões tornariam a navegação nos canais estreitos e sinuosos, arriscada e onerosa em termos de tempo e esforço, já que não poderia usar suas velas com liberdade. Devido suas dimensões, seu local de ancoragem ideal seria no ancoradouro de N. S. das Dores ou tirando proveito, apenas da maré alta, poderia chegar ao Porto de Pedras ficando, no entanto, seu deslocamento limitado às preamares.

Critério semelhante se aplicaria aos caravelões e barçaças, estas últimas, tiravam proveito do seu casco de fundo chato, levando vantagem na navegação mais a montante. O fundo chato das barçaças dificultava o seu emprego fora da barra, onde as condições de navegação não favoreceriam este tipo de desenho de casco, exceto em condições de mar de, no máximo, 2 da escala Beaufort⁶.

Já sumacas e iates só deveriam navegar no trecho inferior, arriando ferro no ancoradouro diante da igreja de N. S. das Dores, onde descarregariam suas mercadorias ou aguardariam carregamentos conduzidos em embarcações menores, preferencialmente canoas, menos sujeitas às variações da maré quando navegavam rio acima.

Tendo a canoa monóxila como o barco de transbordo, fazendo a ligação entre os pequenos portos ao longo da margem do rio e as embarcações maiores ancoradas no Porto de Pedras ou no ancoradouro da igreja de N.S. das Dores, bem como se levando em consideração a capacidade de carga de cada uma das embarcações elencadas, seriam necessárias 125 viagens de canoa para carregar uma barçaça; 100 a 125 para uma caravelão; 90 para uma chalupa; 100 para um iate e 150 para uma sumaca.

Sendo a Sesmaria Jaguaribe, pertencente à Capitania de Pernambuco, o percurso normal seria seguir do rio Timbó para o Recife, onde seriam cobradas as taxas devidas ao tesouro real e ao donatário pela alfândega daquele porto. Porém, a proximidade do porto da Vila Velha, na vizinha Capitania de Itamaracá, poderia atrair a atenção dos produtores da bacia do Timbó, procurando escoar suas mercadorias a uma distância menor e a um custo mais baixo, não pagando as taxas devidas ao donatário de Pernambuco.

⁶ Escala de ventos, estabelecida em 1805 pelo hidrógrafo do Almirantado Britânico, Francis Beaufort (1774-1857). Esta escala classifica a intensidade dos ventos, tendo em conta a velocidade e efeitos resultantes, como a altura das ondas e o comportamento das embarcações na navegando a vela (CHERQUES, 1999).

Outra possibilidade seria o contrabando puro e simples, fazendo o transbordo fora da barra, com sombra⁷, diretamente em navios ancorados ao largo da costa, de onde poderiam seguir para o Velho Mundo, burlando as alfândegas reais.

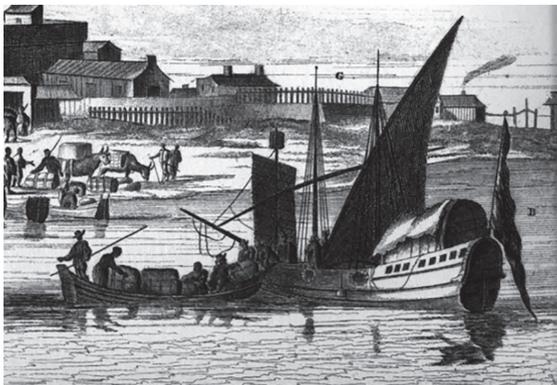


Figura 4: Transbordo de mercadoria, diante do Forte de Orange, Itamaracá-PE. Fonte: Montanus, 1671.

Os meios de propulsão disponíveis nos séculos XVI e XVII iam dos mais simples, remos e varas, ao mais complexo, a vela. Os dois primeiros exigiam um maior esforço físico da tripulação, mas permitiam uma maior capacidade de manobra. As varas ficariam limitadas aos trechos com menor profundidade, principalmente na zona estuarina superior.

Os remos, também poderiam ser usados nas manobras de entrada e saída da barra, no entanto, nas embarcações maiores, suas dimensões, recomendariam aguardar as marés de montante, para entrar e vazante para sair, diminuindo assim os riscos e esforços.

O emprego da vela imprimia maior velocidade à embarcação, diminuindo o esforço físico da tripulação. Para adentrar a barra do rio Timbó, o uso da vela seria recomendado quando houvesse vento a favor, de preferência, pela popa ou ventos de través, tanto dos quadrantes N-NE ou S-SE. Já com os ventos terrais que soprariam dos quadrantes

⁷ Local a sotavento de um obstáculo, no caso um navio perpendicular à direção do vento, onde o mesmo amaina, diminuindo o seu efeito e das ondas, sobre a embarcação que está a contrabordo.

NO-SO, a entrada da barra seria extremamente ariscada com presença dos bancos de areia que delimitam o canal de entrada da barra e da pouca largura, dificultando as manobras de contravento.

Na saída da barra as situações se invertem, os ventos antes favoráveis passam a ser obstáculos. O recomendado seria que as embarcações aguardassem as mudanças de maré e vento, tirando o máximo de proveito das condições favoráveis, ou seja, entrada da barra – maré alta e fim de tarde; saída da barra – início da maré vazante, começo da manhã.

10. Conclusões

A navegação do rio Timbó, em face de limitação do calado da sua barra, de 2 a 2,5m no máximo, permitia que Caravelões, Iates, Sumacas e Chalupas o cruzassem, porém estas embarcações ficavam retidas no estuário inferior, aguardando que canoas e, menos frequentemente, barças, fizessem o transporte em etapas. Estas últimas devido à limitação de calado (1,5 m) iam até o Porto de Pedras e de canoas navegando por toda e extensão do estuário.

Neste contexto, o transporte de mercadorias nos séculos XVI e XVII se fazia de forma escalonada, nas embarcações menores atingindo os setores mais interioranos do estuário, fazendo o transbordo para as embarcações com maior capacidade de carga e calado, dando sequência à cadeia logística, ocupava-se do transporte costeiro em direção aos portos do Recife ou Vila Velha, Itamaracá, onde as mercadorias seriam embarcadas em navios próprios para navegação oceânica, com destino aos mercados europeus. No entanto, esta sequência da cadeia logística poderia ser alterada, com o objetivo de burlar a alfândega real.

Referência bibliográfica

ANDRADE, A. P. G. A casa de vivenda do Sítio São Bento de Jaguaribe: uma reconstituição arqueológica. Recife: o autor, 2006.

BARBOSA, M. J. O. Estudos sedimentológicos do estuário do rio Timbó-PE. Dissertação (Mestrado em Geociências), Pós-Graduação em Geociências-UFPE. Recife, 2006.

CASTRO, F. Rigging the Pepper Wreck. Part I—Masts and Yards. In *The International Journal of Nautical Archaeology*, 34.1: 110–122, 2005.

CPRH. Diagnóstico Socioambiental do Litoral Norte de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br>. Acesso em: 07.12.2014.

FIDEM, Proteção de Áreas Estuarinas de Pernambuco. Recife: FIDEM, 1987. (Série Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente).

FIDEM. Carta de Nucleação Norte: Região Metropolitana do Recife. Recife: FIDEM, 2001.

FIGUEIREDO, M. Hydrographia, exame de pilotos, no qual se contém as regras que todo piloto deve guardar em suas navegações... com os roteiros de Portugal para o Brasil, Rio da Prata, Guiné, S. Thomé, Angola, e Índias de Portugal [“sic”] e Castella. Composto por Manoel de Figueiredo. Lisboa: Vicente Alvarez, 1625. Disponível em: www.archive.org. Acesso em: 27.02.2016.

INSTITUUT VOOR NEDERLANDSE LEXICOLOGIE. 15 eeuwen woordenschat. Disponível em: <http://gtb.inl.nl/iWDB/search?actie=article&wdb=WNT&id=M073075>. Acesso em: 28.02.2016.

Livro do tombo do Mosteiro de São Bento da cidade de Olinda. Recife: Imprensa Oficial, 1948.

MONTANUS, A. [1625? -1683]; De Nieuwe en onbekende Weereld: of Beschryving van America en ‘t Zuid-Land. Amsterdam: Jacob Meurs, 1671. Disponível em: www.archive.org. Acesso em: 06.04.2011.

OLIVEIRA C. Memórias perdidas da Sesmaria Jaguaribe. In *Anais do V Encontro Nordestino de História*, Recife: ANPUH – PE, UFPE - 10 a 15 de outubro 2004. Disponível em: <http://pe.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/07-mem-arq-patrimonio/Artigo%20de%20Cl%e1udia%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 24.09.2015.

PEREIRA DA COSTA, F. A. P. Vocabulário pernambucano. Recife: SEC, Departamento de Cultura, 1976.

RAMÍREZ, L. Carta de Luis Ramírez a su padre desde el Brasil (1528): Orígenes de lo 'real maravilloso' em El Cono Sur. Edición, Introd. y notas de Juan Francisco Maura. In Col. Textos de la revista Lemir. 2007. Disponível em: <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Textos/Ramirez.pdf>. Acesso em: 12.11.2014.

RUITERS, D. Toortse Der Zee-Vaert, Om Te Beseylen De Custen Gheleghen Bezuyden Den Tropicus Cancri, Als Brasilien, West-Indien, Guinea, En Angola. S. l.: Marten Abrahamsz, 1623. Disponível em: www.archive.org. Acesso em: 12.02.2016.

SOARES, P. M.; FERRÃO, C. (Editores.) Atlas da Costa do Brasil 1643 - c. 1649. Petrópolis, RJ: Kapa Editorial, 2011.

Apêndice 1

Tipos de embarcações empregadas na navegação interior do rio Timbó



Figura 5: Canoa Monóxila. Fonte: Marcelo Lins, 2009.



Figura 6:- Barça - Cena fluvial, Emile Charles Lambinet. Fonte: Sheffield Museum, Inglaterra.



Figura 7: Réplica da caravela Boa Esperança. Fonte: <http://www.labrujulaverde.com>.

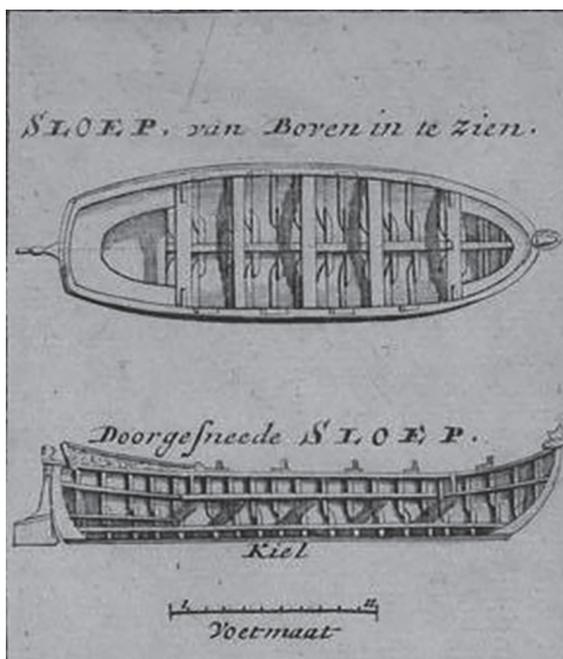


Figura 8:- Chalupa holandesa, séc. XVII.
Fonte: Anônima.



Figura 9: Chalupa Gjøa, 1913.
Fonte: Wikimedia Commons.

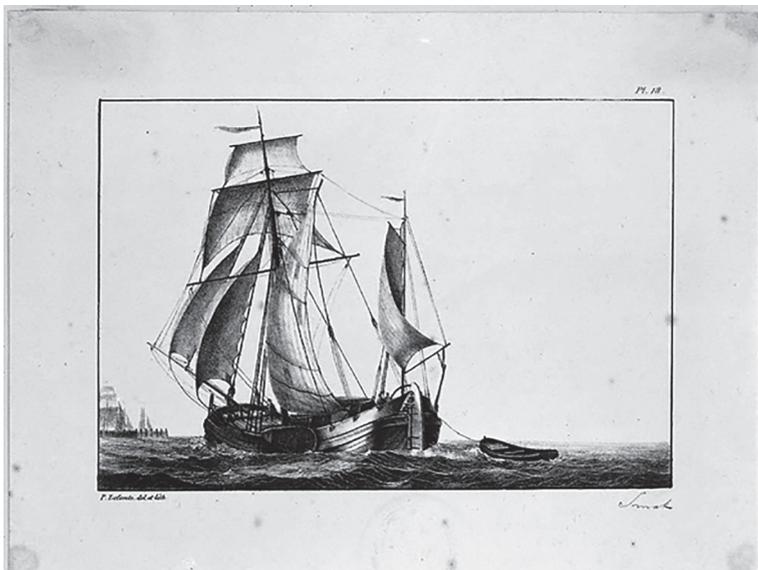
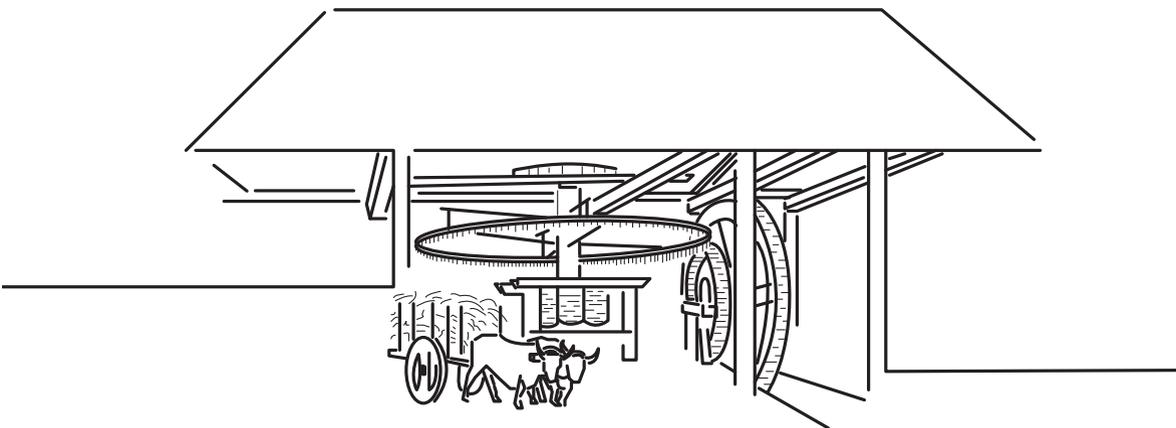


Figura 10: Sumaca (smak) holandesa, séc. XVII. Fonte: Nederlands scheepvaart museum, Amsterdam.



Figura 11: - Iate. Fonte: anônimo, 2015.



ENGENHOS E RELAÇÕES CULTURAIS MARÍTIMAS: fôrmas de pão de açúcar submersas na Baía de Todos-os-Santos

Cristiane Eugênia Amarante¹

1. Maritimidade e produção açucareira

Esta pesquisa objetiva promover reflexão sobre os vestígios materiais dos sítios submersos da Baía de Todos os Santos, ligados ao pe-

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação da UFS. criseugenia.arqueo@gmail.com.

ríodo do açúcar, relacionando-os aos sítios marítimos submersos e terrestres nesse contexto. Para isso, tomam-se como ponto de partida as pesquisas desenvolvidas pelo “Programa de pesquisas arqueológicas do gasoduto de transferência de gás natural do Terminal de Regaseificação da Bahia (TRBA): municípios de Candeias, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé”, desenvolvido de abril a novembro de 2012, sob coordenação geral de Luiz Augusto Viva². Nesse programa, esta autora participou como estagiária³.

A iniciativa mapeou sítios e realizou um diagnóstico integrado dos contextos arqueológicos encontrados no Recôncavo Baiano nas porções emersas e submersas. Nas escavações submersas, foram localizadas 153 peças cerâmicas e dessas 94 eram cacos de fôrmas de pão de açúcar, o que corresponde a 61,4% do total de material cerâmico encontrado embaixo d’água.

A proposta é ampliar a discussão sobre o que já foi realizado pelo programa, tendo como ponto de partida um novo olhar científico sobre os dados coletados, com foco no ciclo do açúcar e em sua maritimidade. A memória sobre esses locais é recente, pois essas atividades se desenvolviam no Recôncavo até meados da década de 1980. A partir dos dados coletados, sugere-se que sejam promovidos estudos culturais e novas intervenções arqueológicas nos sítios mencionados no projeto, bem como realizado um inventário regional de sítios já identificados e de outros a serem registrados desse contexto açucareiro, sempre com o intuito de compreender ainda mais a maritimidade desse período econômico e as relações culturais ligados a ele.

O inventário regional é apontado por Rambelli (2003, p. 43) como uma metodologia de trabalho capaz de possibilitar “um maior número de informações sobre vários sítios arqueológicos submersos existentes” em uma determinada região. Segundo o autor, um inventário dessa natureza “deve abranger quaisquer testemunhos arqueo-etnográficos

2 O coordenador de atividades subaquáticas foi Paulo Fernando Bava de Camargo e a coordenadora de atividades terrestres e do Programa de Educação Patrimonial foi Vanessa de Almeida Dócio.

3 O estágio era pré-requisito para a conclusão do curso de pós-graduação em Arqueologia Subaquática, realizado por esta autora, na Universidade Autónoma de Lisboa e Instituto Politécnico de Tomar (Portugal). O estágio aconteceu graças a uma parceria dessas instituições com a Universidade Federal de Sergipe.

ou tradicionais, quer em águas interiores, quer em terra, desde que correlativos a este âmbito específico, ou seja, o ‘ambiente cultural marítimo’” (Rambelli, 2003, p. 43).

O programa mapeou sete sítios arqueológicos submersos⁴ e em dois deles, Ponta do Ferrolho e Ponta de São João (Viva, 2013), foram encontrados muitos cacos de fôrmas de pão de açúcar, que eram produzidas em cerâmica e utilizadas no processo de fabricação do açúcar no período colonial no Brasil. Nessa época, “o governo português incentivou a formação de pequenos núcleos de povoamento a partir da concessão de terras aos portugueses que dispusessem de recursos para a instalação de engenhos de cana-de-açúcar” (SANTOS, 2009, p. 55).

Dessa forma, nota-se que a Baía de Todos os Santos, mais especificamente o Recôncavo Baiano, um dos primeiros locais a serem colonizados no Brasil, teve uma produção açucareira significativa. O recôncavo é o “fundo da baía” e foi dividido de acordo com as atividades econômicas ali desenvolvidas – “recôncavo canavieiro, recôncavo fumageiro, recôncavo mandiogueiro e de economia de subsistência, recôncavo de pesca e recôncavo ceramista” (SANTOS, 2009, p. 54).

As fôrmas de pão de açúcar faziam parte do processo de fabricação do açúcar, que se iniciava no corte da cana, passando pela extração do caldo e produção do melado, para posteriormente ser colocado nas fôrmas. Esses objetos são facilmente reconhecíveis “pela tipologia cônica e pela presença de um orifício no vértice” (Sousa, 2005, p. 14). Após um período de secagem, os chamados pães de açúcar eram desenhados, estocados em caixas e enviados para os mercados consumidores europeus (Meurs, 1990). Parte da produção ficava na colônia, para alimentar um mercado interno tão intenso quanto o externo (Ferlini, 1984; Duran, 2008; Bava de Camargo, 2009). Nesse processo, muitas fôrmas eram quebradas ao desenharem o pão de açúcar, por isso, nos sítios de engenhos de cana-de-açúcar, os cacos de fôrmas são os artefatos mais encontrados, embora sejam os menos estudados (Sousa, 2005).

Estudar as fôrmas ligando-as à maritimidade extrapola os territórios da Bahia e do Brasil no período colonial e permite compreender

4 Os sítios arqueológicos submersos encontrados foram: Sítio Ponta do Ferrolho, Sítio Ponta de São João, Coroa Grande, Recife de Ouréis e Coroa Pequena, Bom Jesus dos Passos e Madre de Deus (somente nos sítios Ponta do Ferrolho e Ponta de São João foi realizado salvamento arqueológico).

as relações comerciais marítimas daquele período histórico, bem como perceber a relação estabelecida com o mar e as porções úmidas das comunidades locais do Recôncavo Baiano no passado e no presente.

O programa de pesquisas arqueológicas mapeou também sítios terrestres que se relacionam com os sítios subaquáticos. São eles: Sítio Sapucaia, Sítio Natiba, Sítio Laranjeiras, Sítio Quibaca, Sítio Alguidas e Sítio São Gonçalo⁵. Com exceção dos dois últimos, esses locais trazem vestígios de engenhos de cana-de-açúcar, em elevado estágio de deterioração, mas que com observação e o auxílio de moradores da região foi possível identificar as possíveis estruturas de casa grande, senzala, cemitérios, capelas, áreas residenciais e locais de fabricação do açúcar (Viva, 2013).

O Sítio Alguidas é um antigo engenho de fabricação de farinha, ou seja, construção cuja produção abastecia os engenhos de cana-de-açúcar; já o Sítio São Gonçalo não chegava a ser um engenho, mas uma fazenda que produzia cana-de-açúcar. Então, além da análise da cultura material dos sítios submersos, propõe-se também relacionar essas estruturas e os vestígios provenientes delas aos contextos aquáticos.

Os engenhos tinham uma íntima ligação com o ambiente marítimo e fluvial. “Se a irrigação era desnecessária graças ao rico massapé, tanto o gado quanto as pessoas precisavam de água doce. Usavam-na, também nos engenhos e trapiches, nas prensas e moinhos.” (Pires; Priore, 2012, p. 42). Essa necessidade de proximidade com o ambiente úmido se dava por causa da facilidade de transporte e comunicação com áreas próximas e com o exterior. “A maior parte dos engenhos localizava-se à beira de rios como o Paraguaçu, o Jaguaribe e o Sergipe, na Bahia” (Pires; Priore, 2012, p. 42). Mas, destacamos, aqui, que essas relações ainda não foram devidamente investigadas.

A arqueologia marítima pode ser norteadora de novos estudos para análise das relações culturais no período do açúcar, compreendendo a maritimidade, ou seja, a cultura marítima do local entendida como estrutura marítima no contexto do mar para a terra (Duran, 2008), observando as vias fluviais como canais de transporte e comunicação de informações, de ideias e de trocas culturais.

5 Além dos citados, foi mapeado também o Sítio Papussu, onde foi encontrada uma quantidade considerável de material pré-colonial.

Esta pesquisa situa-se no âmbito da arqueologia marítima histórica, lembrando que o conhecimento arqueológico é importante e tem formas específicas de construção do saber. Concordamos com Duran (2008, p. 64) que “registros escritos não garantem uma compreensão inequívoca sobre condutas, práticas e eventos e precisam ser complementados, confrontados, com outros tipos de dados” e ainda que, “na busca pelo conhecimento de estruturas tão complexas como são as sociedades humanas, temos de lançar mão de toda e qualquer informação disponível” (DURAN, 2008, p.64). Desse modo, a análise regional proposta nesta pesquisa a contextualiza nas correntes mais recentes de arqueologia, denominadas arqueologia pós-processual (FUNARI, 2003; HODDER, 2003).

O programa arqueológico realizado teve um olhar diferenciado para seus sítios, uma vez que, comumente, “a importância arqueológica para o estudo das relações marítimas envolvendo antigas comunidades costeiras, que viviam da economia marítima, se perde nos pressupostos *agrocêntricos* presentes em grande escala no pensamento arqueológico” (RAMBELLI, 2003, p. 18). Nesse caso, foi feita uma análise conjunta dos sítios emersos e submersos. Assim, esta reflexão propõe aprofundar essas relações, analisando os aspectos marítimos dessa região por meio da análise de material, de distribuição espacial de sítios e da compreensão do imaginário sobre essas localidades.

O imaginário da população local sobre esses sítios arqueológicos é bastante recente, pois, apesar de ocupado desde o século XVI com o objetivo de produzir açúcar (VIVA, 2013), observa-se que a população cita que os engenhos estavam em atividade até a década de 1980, o que facilitou a identificação de muitas estruturas que já se encontravam irreconhecíveis ao olhar. Essa informação revela que os depoimentos orais na região são muito ricos e oferecem a possibilidade de coletar novos dados, com o foco da maritimidade, para compreender melhor essas relações econômicas, sociais e culturais.

Rambelli (2003) cita que entrevistas com a população de Cananéia (SP) se mostraram cruciais para compreender o sítio de naufrágio ali investigado, no caso, o vapor Conde d’Aquila. O mesmo autor descreve sua interação com a comunidade local, no sentido de sempre explicar os procedimentos arqueológicos desenvolvidos no naufrágio, criando assim uma via de mão dupla, ou seja, ressaltando o fato de que a comunidade não é mera informante nesse tipo de pesquisa, mas sim conhecedora dos processos científicos desenvolvidos no seu contexto.

Por acreditarmos em um trabalho com esse viés, de troca, pode-se propor que se faça uma nova coleta de dados com a comunidade, utilizando métodos mais estruturados, como os estudos culturais (CURY, 2005), por exemplo, com o intuito de organizar as informações recebidas de forma que elas possam ser sistematizadas e aplicadas aos contextos arqueológicos estudados, possibilitando inclusive sua utilização na criação de *layers*.

Nesse processo, o georreferenciamento destaca-se como opção interessante, pois o Sistema de Informação Geográfica (SIG) permite utilizar diferentes ferramentas para mapeamento de sítios, localização, análise de sítios e regiões. Com ele, é possível arquivar e acionar diferentes informações, relacionando-as, além de realizar complexas análises inter e intrassítio. Um SIG possui uma base dados gráfica e alfanumérica que permite monitorar e tomar decisões relativas ao espaço geográfico; não é um simples *hardware* ou *software*, mas uma combinação. Além disso, o corpo técnico especializado também é considerado parte do sistema (NAZARENO, 2005; KNEIP, 2004).

Por ser metodologia própria, composta por várias habilidades de pesquisa, registro, mapeamento, organização, cruzamento e apresentação de dados, o SIG pode auxiliar em todas as etapas do trabalho do arqueólogo, que, em linhas gerais, possui três momentos: 1) o de pesquisa em documentação variada, tais como fotografias, mapas, bibliografia, fontes orais, escavações anteriores e relatórios (quando é o caso); 2) o das várias etapas de campo; 3) e o de laboratório, com a musealização do material.

As informações arqueológicas organizadas em SIG que depois podem ser acessadas por um grande público são um importante instrumento de divulgação do conhecimento. Assim, desde que utilizado com a finalidade de tornar pública e acessível a informação sobre arqueologia, o SIG pode ser considerado uma ferramenta de inclusão social.

A ideia é, portanto, relacionar os contextos subaquáticos e terrestres, considerando-os todos como marítimos, e utilizar o SIG para realizar os diferentes *layers* que ampliarão análises já realizadas nos relatórios de arqueologia, aprofundando questões sobre a maritimidade no Recôncavo Baiano no período do açúcar.

2. Pressupostos teóricos

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optou-se pela arqueologia marítima porque essa especialidade se mostra mais ampla que suas subdivisões próximas, como a arqueologia subaquática, por exemplo, que se preocupa com os sítios submersos e de interface, chegando no máximo aos sítios emersos próximos à linha d'água; e a arqueologia naval, que estuda contextos relativos às embarcações e à tecnologia naval (BAVA DE CAMARGO, 2009).

A arqueologia marítima, por sua vez, analisa a relação do homem com os ambientes úmidos e observa as relações sociais que envolvem uma porção de água próxima. Essa análise vai desde comunidades próximas à água, podendo abranger uma cidade ou região (RAMBELLI, 2003; DURAN, 2008; CALIPPO, 2011).

Keith Muckelroy quando a utilizou se limitava a analisar o que se relacionava à vida no mar; porém, pesquisadores da atualidade, como Jean Yves Blot (1999) e Adams (2002), preocupados com as relações culturais dos povos com os cursos d'água, expandiram-na. No Brasil, os pesquisadores dessa linha levam em consideração as últimas colocações, entre eles, citamos Gilson Rambelli (1998, 2003) – primeiro pesquisador a trabalhar com a temática no Brasil –, Flávio Calippo (2004, 2010), Paulo Bava de Camargo (2002, 2009) e Leandro Duran (2008), cada qual relacionando-a ao seu tema de pesquisa, a saber: sociedades sambaqueiras, áreas portuárias e comércio de óleo de baleia, respectivamente.

Em relação ao período do açúcar, para caracterizá-lo historicamente, recorreremos a textos e autores que viveram no período colonial e relataram a rotina nos engenhos de açúcar, tais como Gabriel Soares de Souza (1851), Padre Cardim (1997) e José de Anchieta (1946). Parte dos estudos também se baseará em autores consagrados que estudam o período colonial, como Gilberto Freyre (1975, 1985, 1992), Caio Prado Junior (1977) e, ainda, Mary Del Priore (2004, 2012), Vera Ferlini (1984) e Fernando Tasso Fragoso Pires (1995, 2012). Especificamente sobre os engenhos no Recôncavo Baiano, tomaremos como base teses, a exemplo da pesquisa de Rubenilda Sodré dos Santos (2009), e livros sobre o tema, como o de Wanderley Pinho (1982).

O estudo das fôrmas de pão de açúcar será fundamentado em autores portugueses, como Élvio Duarte Martins Sousa (2002, 2005,

2006), Luís Barros et al. (2009), Filipa Galito da Silva (2012) e Francisco Alves (1998), que relatou achados de fôrmas de pão de açúcar nos destroços de um navio do século XV na Ria de Aveiro. Os textos sobre o assunto são poucos e, embora as pesquisas sobre as fôrmas tenham aumentado nos últimos anos, por meio de discussões em mesas-redondas de encontros sobre cerâmica, ainda são restritas a Portugal.

Do mesmo modo, os textos acadêmicos em arqueologia sobre georreferenciamento, no Brasil, ainda são poucos, como a pesquisa de Nazareno (2005) e Kneip (2004), ambos voltados para arqueologia pré-histórica. Porém, observamos em comum nesses trabalhos o mapeamento de grandes áreas para análise intersítios. Em Nazareno (2005), há um esforço para análise intrassítio, mas em escala pequena. Sua pesquisa mostra o SIG como ferramenta para divulgação da arqueologia para públicos acadêmicos e não acadêmicos, abordagem em sintonia com linhas de pesquisa atuais que destacam a divulgação científica.

Os estudos culturais desenvolvidos com a comunidade local podem ser baseados nas pesquisas de Marília Cury (2005, 2006), que considera o público como coparticipante nos processos de apropriação e musealização de bens culturais. Como fundamento epistemológico, serão tomados os conceitos defendidos por Martim Barbero (1987, 1997, 2003), sobre a importância da mediação por meio das linguagens, e Nestor Garcia Canclini (1994), sobre a intermediação cultural e socio-política, para que se construa um processo em que o público é coelaborador da pesquisa acadêmica, conceitos que dialogam com a arqueologia pública (MERRIMAN, 2004).

3. Metodologia

Para a metodologia desta pesquisa, orienta-se que se adotem os conceitos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Em relação à espacialidade dos artefatos, quantidade e concentração, deve ser utilizada a pesquisa quantitativa. Os dados também podem ser descritivos em relação à economia e sociedade no período do açúcar. Para tal, o georreferenciamento deve cruzar informações quantitativas e qualitativas, buscando correlacioná-las em diferentes dimensões.

Metodologicamente, devem ser organizadas as seguintes etapas:

Realização de *desktop survey* (DURAN 2008) – conceito de pesquisa em diferentes fontes, mapas antigos e atuais, textos antigos, bibliografia sobre o tema, fotos aéreas e outros;

Revisão bibliográfica dos temas gerais da pesquisa e também sobre análise de cerâmicas, economia e sociedade na Bahia no período açucareiro, arqueologia marítima e georreferenciamento em arqueologia;

Criação, e/ou revisão de tipologia das peças encontradas, observando técnicas empregadas para fabricação (SILVA, 2012; SOUSA, 2002, 2005, 2006; BARROS et al. 2009);

Leitura do ambiente para perceber de onde vinha a matéria-prima e onde eram produzidas; quais os locais de utilização até o descarte; por que elas estavam na água; foram colocadas ali?; eram utilizadas como lastro nas embarcações? – essa verificação será feita por meio das análises de mapas antigos, documentos escritos e de observação da distribuição das peças;

Coleta de memória viva por meio de estudos culturais, utilizando multimétodo de coleta de dados (CURY, 2005, 2006);

Levantamento dos relatórios resultantes das pesquisas de campo na região em que mapearam e documentaram esses artefatos;

Elaboração de *layers* com o cruzamento das informações georreferenciadas e os demais dados coletados (NAZARENO, 2005, KNEIP, 2004).

4. Considerações finais

Este artigo teve como foco a reflexão para ampliação metodológica e teórica das pesquisas submersas já realizadas e das que ainda podem ser feitas futuramente na Baía de Todos os Santos. Há o entendimento de que os estudos podem durar bastante tempo e serem realizados por diferentes pesquisadores, mas devem ser sistematizados em uma base de dados única, a fim de facilitar debates e construções do conhecimento posteriores.

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores, arqueólogos e doutores, Paulo Fernando Bava de Camargo e Gilson Rambelli. Também à Universidade Federal de Sergipe e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Referências bibliográficas

ADAMS, Jonathan. Maritime Archaeology. In: ORSER, Charles O. Jr. (Org). Encyclopedia of historical archaeology. Londres/Nova York: Routledge, 2002. p. 228-330. Verbete.

ALVES, Francisco et al. A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV, Ria de Aveiro A e da Ria de Aveiro B: aproximação tipológica preliminar. In: 2ª JORNADAS DE CERÂMICA MEDIEVAL E PÓS-MEDIEVAL, Tondela, 1998. Actas. Tondela: Câmara Municipal de Tondela, 1998. p. 185-210.

ANCHIETA, José de. Informação da Província do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1946.

ARGO Revista del patrimoni i la cultura marítima. Barcelona: Museu Marítim de Barcelona, 2008. Mensal. ISSN: 2013-0961.

BARROS, Luís; CARDOSO, Guilherme; GONZÁLEZ, Antônio. As formas de pão de açúcar da Olaria de Santo Antônio da Charneca – Barreiro. Disponível em: <ceam.pt/wp-content/uploads/2009/01/charneca.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BAVA DE CAMARGO, Paulo F. Arqueologia de uma cidade portuária: Cananéia, séculos XIX-XX. 2009. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

BLOT, Jean-Yves. O mar de Keith Muckelroy: o papel da teoria na arqueologia do mundo náutico. Al-Madan, IIª série, n. 8, p. 41-53, out. 1999.

CALIPPO, F. Sociedades sambaqueiras, comunidades marítimas. 2010. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CARDIM, Fernão. Tratados da terra e gente do Brasil. São Paulo: USP/Brasília, 1997.

CURY, Marília Xavier. Para saber o que o público pensa sobre arqueologia. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, n. 1, p. 31-48, 2006.

CURY, Marília Xavier. Comunicação museológica. Uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. 2005. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 2005.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. A civilização do açúcar, séculos XVI e XVIII. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREYRE, Gilberto. A presença do açúcar na formação brasileira. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1975.

FREYRE, Gilberto.. Casa grande e senzala. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FREYRE, Gilberto.. Nordeste, aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro/Recife: José Olímpio/Fundarpe, 1985.

FUNARI, Pedro Paulo. Arqueologia. São Paulo: Contexto, 2003.

GARCIA CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 94-115, 1994.

GUIMARÃES, Ricardo dos Santos. Arqueologia em sítios submersos: estudo do sítio depositário da enseada da Praia do Farol. 2009. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

HODDER, I. Reading the past. Current approaches to interpretation in archaeology. Cambridge University Press, 2003.

KNEIP, Andreas. O povo da lagoa: o uso do SIG para modelamento e simulação na área arqueológica do Camacho. 2004. Tese. (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIVRO amarelo: manifesto pró-patrimônio cultural subaquático brasileiro. Campinas, jun. 2004 CEANS/NEE/UNICAMP. Disponível em: www.unicamp.br/nee/arqueologia/www.arqueologiasubaquatica.org.br. Acesso em: 28 fev. 2010.

MARTIN-BARBERO, Jesús. De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía. Barcelona: Gustavo Gili, 1987.

MARTIN-BARBERO, Jesús.. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MARTIN-BARBERO, Jesús.. Pistas para entre-ver meios e mediações. In: _____. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Prefácio à 5ª edição castelhana incluída na reimpressão.

MERRIMAN, Nick. *Public Archaeology*. Published by: Taylor & Francis, 2004.

NAZARENO, Nilton R. X. *SIG Arqueologia: Aplicação em Pesquisa Arqueológica*. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo/Brasília: Companhia Editora Nacional/INL, 1982.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso; PRIORE, Mary Del. *Engenhos de açúcar: na colônia e no império*. Rio de Janeiro: Edições Fadel, 2012.

PIRES, Fernando Tasso Fragoso; PRIORE, Mary Del.. *Antigos engenhos de açúcar no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIORE, Mary Del. *Ao sul do corpo, condição feminina. Maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia até debaixo d'água*. São Paulo: Maranta, 2003.

RAMBELLI, Gilson. *Arqueologia subaquática do Baixo Vale do Ribeira – SP*. 2003. 259 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RAMBELLI, Gilson. *Preservação sob as ondas – A proteção do patrimônio subaquático brasileiro*. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 1, p. 136-151, 2007.

SANTOS, Luís Felipe Freire Dantas. *Nas águas do velho Chico: Arqueologia de Ambientes Aquáticos no Baixo Rio São Francisco – Sergipe/Alagoas*. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, Sergipe, 2013.

SANTOS, Rubenilda Sodrê dos. *Cultura política e participação no Recôncavo Baiano hoje: uma análise sobre Cachoeira e São Félix*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SILVA, Filipa Galito da. *As formas de pão de açúcar da olaria da Mata da Machada e o comércio marítimo atlântico*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Náutica e Arqueologia Naval) – Departamento de História da Universidade Autónoma de Lisboa, Lisboa, 2012.

SOUSA, Élvio Duarte Martins. A cerâmica que deu forma ao açúcar. Boletim do Museu da Quinta das Cruzes, n. 2, p. 14, Funchal, Museu da Quinta das Cruzes, 2005. Disponível em: <<http://ceam.pt/?=282>>. Acesso em: 10 set. 2014.

SOUSA, Élvio Duarte Martins. Arqueologia na área urbana de Machico: leitura do quotidiano nos séculos XV, XVI, XVII. 2002. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

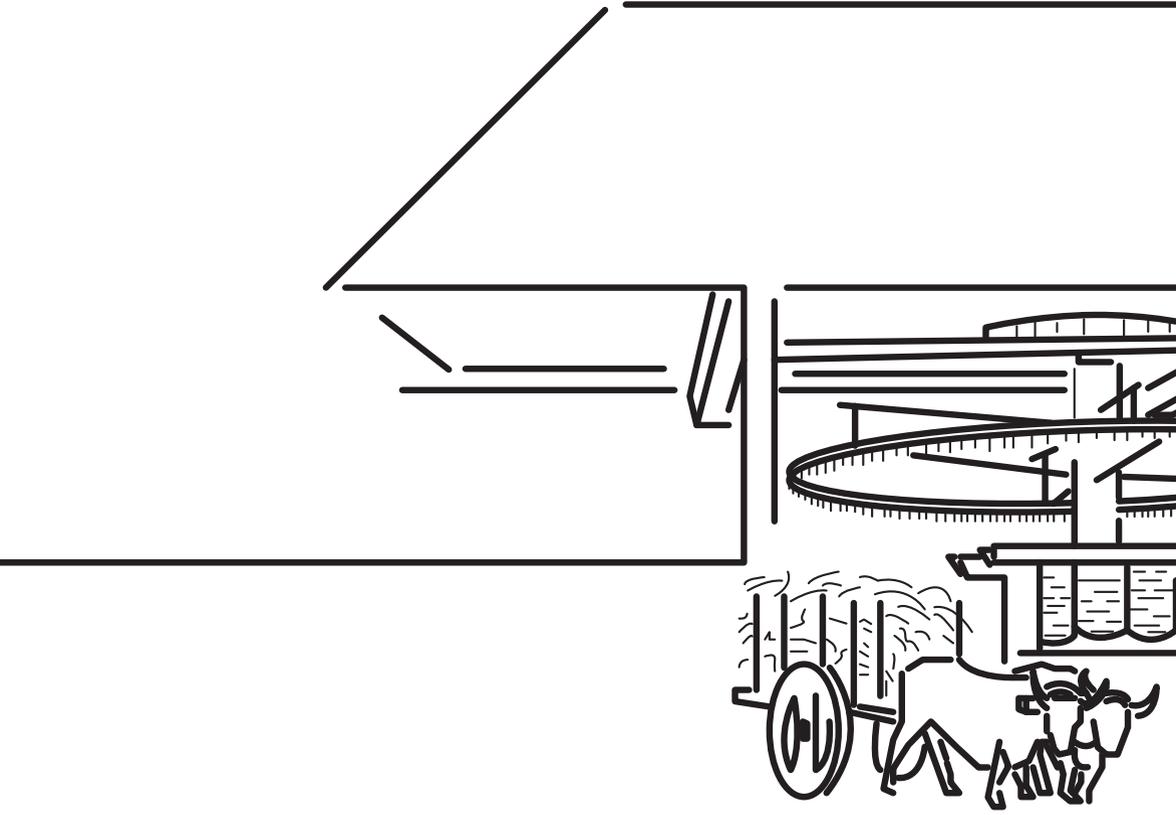
SOUSA, Élvio Duarte Martins. As cerâmicas do açúcar da cidade do Machico e do Funchal. Dados históricos e arqueológicos para a investigação da tecnologia e produção do açúcar em Portugal. A cerâmica do açúcar em Portugal na época moderna. Lisboa/Machico: CEAM Centro de Estudos de Arqueologia Moderna e Contemporânea, 2006, p. 10–31.

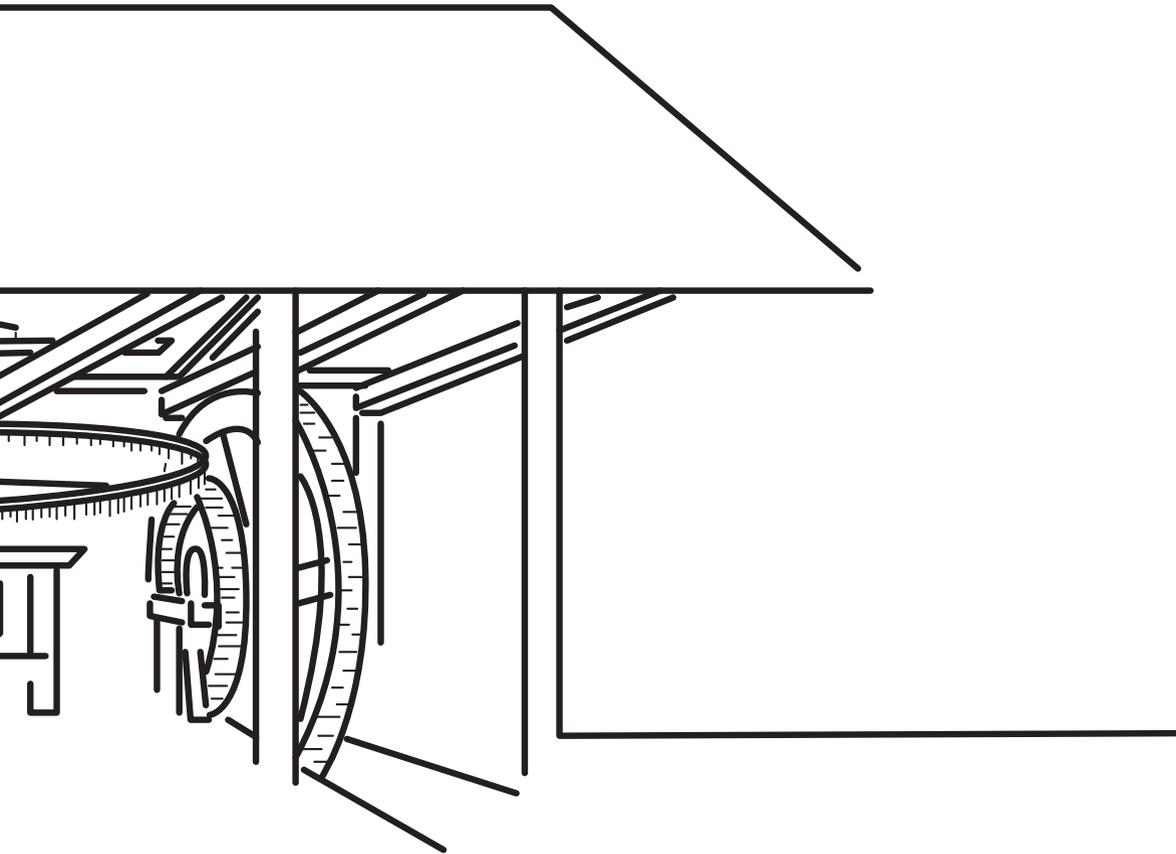
SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil. Edição Varnhagen, 1871.

TORRES, Rodrigo de Oliveira. ...e a modernidade veio a bordo: Arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. 2010. 94f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, Rio Grande do Sul, 2010.

VIVA, Luiz Augusto. Relatório final do Programa de pesquisas arqueológicas do gasoduto de transferência do gás natural do Terminal de Gaseificação da Bahia (TRBA): municípios de Candeias, São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé, Porto Seguro, 2013.

VRANA, K. J.; STOEP, G. A. The maritime cultural landscape of the Thunder Bay National Marine Sanctuary and Underwater Preserve. In: SPIREK, J.D.; SCOTT-IRETON, D. A. (Org.). Submerged Cultural Resource Management: Preserving and interpreting our sunken maritime heritage. New York: Kluwer Academic/Plenum Press. 2003. pp. 17–28.





RESUMOS

Tecnologia, produção e consumo

MEMÓRIA E TECNOLOGIA: A PRODUÇÃO DO AÇÚCAR E OS REMANESCENTES DOS ANTIGOS ENGENHOS ALAGOANOS

*Bianca Machado Muniz*¹

Ao longo de toda a história do Estado de Alagoas, a produção açucareira tem sido uma atividade determinante na dinâmica social, econômica e urbana. Desde os primórdios, quando seu território fazia parte da Capitania de Pernambuco, a produção do açúcar já era uma atividade extremamente relevante, influenciando a colonização, ocupação e divisão do território. Influenciou ainda aspectos culturais, como modos de fazer, crenças e folclore. Até o início do século XX, o espaço por excelência a gerar estes diversos eventos era o dos engenhos: verdadeiros complexos rurais que por mais de três séculos agregaram as diversas atividades necessárias à produção do açúcar, desde o cultivo da matéria prima, a cana, até o encaixotamento do produto final, o açúcar. A partir do final do século XIX, vários acontecimentos se reverteram em entraves que culminaram com a quase extinção dos engenhos no início do século seguinte: a abolição da escravatura, que deixou as propriedades sem a necessária mão de obra; a carência de estradas ou vias para fazer o produto chegar ao porto; e as inovações tecnológicas, que finalmente acarretaram o surgimento das usinas: as propriedades que não puderam adotá-las para substituir os engenhos, acabaram tornando-se meras fornecedoras de cana. Atualmente, os remanescentes destas antigas propriedades refletem as consequências dramáticas sofridas por suas construções mais significativas: as igrejas e as casas grandes geralmente são as mais conservadas, porém tendo sofrido modificações consideráveis; as senzalas já não existem; e as fábricas, construções que davam sentido a toda a propriedade por ser o lugar onde era produzido o açúcar, encontram-se mal conservadas, sendo muitas vezes convertidas em garagens, depósitos ou currais. Estas construções não perderam apenas sua função original. As fábricas perderam também todo o nexo de sua existência, visto que, para a maioria das pessoas, já não é possível

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/UFAL
E-mail: bianca602@yahoo.com.br.

compreender as relações entre o espaço construído e as atividades que ali eram realizadas. Ao mesmo tempo, uma vez que não há engenho alagoano tombado, a preservação destes resquícios encontra-se por conta do interesse ou vontade de seus proprietários, que nem sempre percebem a importância histórica destes remanescentes. Assim, este trabalho buscou compreender a vinculação destas construções significativas dos engenhos – as fábricas – em relação aos processos e tecnologias de produção do açúcar. Além da pesquisa bibliográfica e dos levantamentos in loco, foram fundamentais as visitas a engenhos pernambucanos que se encontravam mais conservados e com indícios de seu funcionamento preservados. Tal estudo permitiu compreender os procedimentos tecnológicos realizados nas várias etapas de produção do açúcar, e como estes processos podem ter se concretizado na arquitetura dos antigos engenhos alagoanos.

ENGENHOS E ENGENHOCAS: FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA RAPADURA NO CICLO DO GADO PIAUIENSE

*Domingos Alves de Carvalho Júnior*¹

*Antonio Josinaldo Silva Bitencourt*²

*Jacqueline Bastos de Castro*³

A rapadura integra o conjunto de doce mais ligado à cana-de-açúcar e o doce mais característico do Nordeste. Gilberto Freyre (1986) afirma que a mesma não é um produto da zona canavieira, por excelência da região dos engenhos, mas um produto das engenhocas, uma parenta pobre da zona canavieira, ou seja, produzida em áreas fora e ou distantes da zona de maior produção do açúcar. A pesquisa analisou a produção da rapadura e sua inserção no processo de ocupação e desenvolvimento da pecuária na região de Campo Maior, no norte do estado do Piauí. Uma região historicamente ocupada pelo gado. A proposta da pesquisa se insere na análise da produção da rapadura no passado e presente vinculado ao ciclo do gado e das fazendas na região. Foram analisados os pequenos engenhos “engenhocas” ou engenhos domésticos de diversos municípios que integram a região dos Carnaubais. O percurso metodológico partiu de uma pesquisa bibliográfica e de campo, que permitiu atingir os vestígios desses antigos engenhos e sua importância para a lida do gado e a produção atual no município de Boa Hora na mesma região. As ruínas desses antigos engenhos localizados nas áreas mais úmidas/brejos evidenciam uma estrutura muito simples e que envolviam poucos trabalhadores, geralmente todos da família que se dedicavam à atividade em determinado período do ano, assim como

1 Mestre em Antropologia e Arqueologia pela UFPI; Professor do IFPI Campus São Raimundo Nonato

E-mail: domingosjr@ifpi.edu.br.

2 Acadêmico de Gastronomia IFPI

E-mail: josinaldobitencourt@hotmail.com.

3 Acadêmica do curso de Guia de Turismo do IFPI

E-mail: jacquelinecastro@hotmail.com.

a farinhada por exemplo. A produção de rapadura e às vezes de cachaça estavam diretamente ligadas ao cotidiano do sertanejo dessas plagas. A rapadura era sobremesa, o adoçante do café, a refeição do agricultor na roça e principalmente o alimento do vaqueiro nas trilhas e veredas no tocar do gado. A rapadura no passado acompanhou os vaqueiros nas mais distantes empreitadas com gado, alimento indispensável nas fazendas, na atualidade é coadjuvante nas refeições dessa parte do sertão.

Palavras-chave: Rapadura, Pecuária, Piauí

“MUNHOS D’ÁGUA” EM PLANTATIONS DE CAFÉ DO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE E ZONA DA MATA MINEIRA: APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS SOBRE OS MOINHOS DAS FAZENDAS PERNAMBUCO E SÃO PAULO

*Dr^a Luciane Monteiro Oliveira*¹
*Dr Alencar de Miranda Amaral*²
*Ms Leandro Elias CanaanMageste*³
*Ms Rosemary Aparecida Cardoso*⁴

Assim como os Engenhos de açúcar do nordeste do Brasil, as *plantations* de café do Vale do Paraíba fluminense, e da Zona da Mata mineira estruturaram-se a partir do trinômio monocultura, latifúndio e escravidão, formando um complexo universo sócio-cultural e produtivo. Em ambos os casos as grandes propriedades rurais organizavam-se como centros produtivos quase autônomos, que para além da cana de açúcar e do café, primavam por cultivar os víveres necessários para o consumo interno. Se no nordeste as casas de farinha foram um agregado comum aos Engenhos, e a mandioca um insumo imprescindível para a manutenção da escravaria; no sudeste os “munhos” de pedra, ou de água, eram um elemento constante na paisagem das fazendas de café, e o fubá de milho um alimento cotidiano. Em nosso trabalho procuramos apresentar as intervenções arqueológicas realizadas nos moinhos das fazendas Pernambuco (Belmiro Braga – MG) e São Paulo (Vassouras – RJ), com objetivo de caracterizar as técnicas construtivas e discutir o papel destas unidades produtivas no seio das fazendas cafeeiras. As ruínas do moinho da fazenda Pernambuco remontam ao início do séc. XIX e são compostas por alicerce de pedras sobrepostas, sem o uso de argamassa, em formato quadrangular, com aproximadamente 2m em cada vértice,

1 E-mail: lucianemo@gmail.com.

2 E-mail: aneeka07@gmail.com.

3 E-mail: leandromageste@gmail.com.

4 E-mail: rsrmycardoso@gmail.com.

altura variando entre 80cm e 1,60m, e largura de 50cm; e uma parede de tijolos maciço revestida por reboco, e instalada sobre uma peça lavrada de madeira, com aproximadamente 3m de altura. O moinho da fazenda São Paulo também estaria associado ao início do séc. XIX, as ruínas da edificação possuem área total de 33,59m², sendo 6,94m de frente e 4,84m de lateral; altura é de 1,90m a partir do nível do solo, e 85cm de profundidade no nível do pavimento da entrada d'água, que somados totalizam 2,75m de altura. Os alicerces são de pedras sobrepostas, com presença de argamassa, e as paredes de tijolos maciços. Associado a esta edificação foi identificado, com o uso de georadar (GPR), uma galeria subterrânea, por onde se dava o escoamento de água, fonte de pujança do moinho. Esta galeria possui aproximadamente 24m de extensão por 1m de largura, apresentando piso de pedras e/ou terra batida e teto com pranchas de madeira. Segundo os relatos históricos, e informações orais, em ambos os casos os moinhos eram utilizados para o beneficiamento de grãos, especialmente o milho, produzidos localmente e voltados para a alimentação dos fazendeiros, agregados e escravos.

Palavras Chave: Moinhos, Fazendas de café, Arqueologia

DOS ENGENHOS À USINA: PATRIMÔNIO E CULTURA MATERIAL DA ECONOMIA CANAVIEIRA NA REGIÃO DO CARIRI CEARENSE

*Naudiney de Castro Gonçalves*¹

O tema deste trabalho está relacionado à cultura material da economia da cana de açúcar na região do Cariri cearense, localizada no extremo sul do Estado do Ceará, mais especificamente às mudanças observadas em busca de uma modernização da agroindústria açucareira brasileira a partir da promulgação da Lei nº 2687 de 1875, destinada a regular os Engenhos Centrais. O final do século XIX representa para a história dos engenhos a mudança de uma economia agrária para uma economia industrial e uma revolução tecnológica associada à modernização dos processos produtivos. Dos engenhos de madeira movidos à água ou tração animal até o advento da Usina Manoel Costa Filho na região, em meados da década de 1970, é possível observar uma cultura que remete ao período colonial. A produção de rapadura na região sul do Ceará conviveu com mudanças, a partir da modernização da malha rodoviária do Nordeste, em meados do século passado, quando foram criadas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar do estado de Pernambuco. Os elevados custos da produção, uma crescente queda na qualidade da rapadura e a substituição do produto pelo açúcar industrializado modificaram os hábitos alimentares dos consumidores de baixa renda, que tinham o produto como parte de sua alimentação básica. Entretanto, a produção nunca deixou de existir e, mesmo durante os períodos de crise enfrentados pela agricultura canavieira, alguns donos de engenho continuaram com a sua produção. Um dos objetivos desta pesquisa é dialogar com os trabalhos de arqueologia histórica que buscam informações a respeito da cultura material dos engenhos e usinas e demonstrar o processo de industrialização no país. Uma das dificuldades dos arqueólogos que se deparam com as ruínas de engenhos e de di-

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Minas de Gerais – UFMG
Especialista em Patrimônio pelo PEP/IPHAN/UNESCO.
E-mail: naudiney@yahoo.com.br.

ferentes maquinários é a identificação precisa do período em que estes estiveram em funcionamento. Tanto a arquitetura vernacular do casario e das fábricas quanto os modelos das máquinas contém uma grande quantidade de informações que podem auxiliar na composição dos estudos elaborados durante os trabalhos de diagnóstico e salvamento arqueológico. A metodologia desta pesquisa consiste em estabelecer um diálogo entre os estudos de arqueologia histórica, os levantamentos arquitetônicos realizados acerca dos diferentes tipos de engenhos e os atuais debates a respeito do patrimônio arqueológico. Concluímos que o conjunto que forma o patrimônio cultural de uma sociedade é constituído por bens que fazem referência e agregam identidade à memória de diferentes grupos, sejam esses bens artísticos, históricos, arqueológicos ou etnográficos. Podemos citar como elementos que compõem a paisagem da região, desde os casarões do século XIX nos centros urbanos, passando por ruínas de engenhos no perímetro rural até os exemplares que se encontram hoje em atividade e auxiliam na busca pela compreensão de momentos históricos em que a sociedade esteve e está inserida. Os resquícios materiais e a continuação dos processos de mudança podem remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais que se estabeleceram na região, como as relações de poder e as influências políticas locais, além de demonstrar períodos de auge ou decadência econômica.

Palavras-chave: Engenhos, Cultura material, Patrimônio

BOLANDEIRA: ARTEFATO, ENGENHO E CASA

*Leonardo Tomé de Souza*¹

O sítio Casa da Bolandeira, no município de Caracol-PI, foi no início do séc. XX o local de beneficiamento do algodão cultivado na região, onde os produtores locais do gênero destinavam o produto final de seu trabalho. A cotonicultura, como um processo que envolveu diferentes técnicas e tecnologias no decorrer do tempo, no contexto da Casa da Bolandeira, esteve estreitamente ligado à outra atividade: a extração do látex de maniçoba (*Manihot piauhyensis*). Nesta apresentação, destacam-se os resultados do levantamento bibliográfico, histórico e imagético sobre os artefatos e estruturas envolvidos na cotonicultura, ressaltando a bolandeira; assim como os artefatos e estruturas construtivas presentes no sítio. Superando as expectativas iniciais, identificou-se em campo uma significativa quantidade de artefatos (líticos, cerâmicos, metálicos, vítreos) e estruturas construtivas (estradas, casas, barragens, cochos e poços), de diferentes momentos, apresentando um complexo contexto de produção e ocupação. A Casa da Bolandeira, como ponto centralizador do processo produtivo algodoeiro e maniçobeiro, nos moldes capitalistas locais, representa materialmente não só os desenvolvimentos mecânicos e tecnológicos de um modo de produção regional (onde relações de poder, identidade e classe simultaneamente interagem), mas representa também a memória coletiva local, onde os relatos sobre negociações escusas, enterramentos, batalhas, emboscadas e assombrações, resistem, existem, e permanecem diante das ruínas materiais deste local.

Palavras-chave: Arqueologia histórica, Cotonicultura, Bolandeira, Caracol-PI

¹ Universidade Federal de Sergipe Bolsista CAPES/PROARQ/UFS.
E-mail: tomedesouza11@hotmail.com.

ENGENHOS E RELAÇÕES CULTURAIS MARÍTIMAS: FÔRMAS DE PÃO DE AÇÚCAR SUBMERSAS NA BAÍA DE TODOS OS SANTOS

*Cristiane Eugênia Amarante*¹

Um dos principais produtos gerados na Baía de Todos os Santos era o açúcar, fabricado nos engenhos. O açúcar servia tanto para abastecer a colônia quanto a metrópole. O mar e os rios eram as principais vias de acesso, e também comunicação. Os engenhos de açúcar, segundo mapeamentos, vestígios arqueológicos e cultura oral, são situados próximos à linha d'água. Essa característica facilitava o transporte e a comunicação interna e externa, ou seja, tanto entre os membros da colônia quanto com os portugueses. Em pesquisas arqueológicas subaquáticas realizadas na Baía de Todos os Santos, em 2012, foram encontrados vestígios submersos dessa produção, fato que merece atenção. Na grande maioria dos estudos sobre os engenhos, o que existe é a análise pelo ponto de vista agrário. Na tese de doutorado desta autora, o objetivo é identificar a relação dos engenhos de cana-de-açúcar com as porções úmidas, realizando mapeamento de antigas estruturas emersas e submersas, além de análise de artefatos já encontrados. Uma das estratégias será realizar um mapa participativo de sítios arqueológicos, tendo em vista que muitos engenhos funcionaram do século XVII até o final do século XX, sendo assim, a memória desses sítios para as comunidades locais é bastante recente. Portanto, por meio da arqueologia colaborativa e pública, far-se-á um diagnóstico das relações de maritimidade ligadas à produção de açúcar na Bahia.

¹ Mestra em Arqueologia pelo MAE-USP Doutoranda em Arqueologia pela UFS
criseugenia.arqueo@gmail.com.

**ENGENHOS DE ÁGUA, ALÇAPREMAS E TRAPICHES
DE BESTA: TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO DE AÇÚCAR
E DE PROCESSAMENTO DE MANDIOCA NO NORDESTE
NOS SÉCULOS XVI AO XX**

*Onésimo Santos*¹

A partir da constatação de um distanciamento em termos de avanços tecnológicos do processamento da mandioca em relação à produção de açúcar, a pesquisa apresenta e discute suas principais causas. A metodologia consiste em pesquisa histórica documental associada à linguística e à arqueologia.

¹ Arqueólogo
E-mail: onesimo.santos@estalo.arq.br.

O GALEÃO SACRAMENTO E A ROTA DO AÇÚCAR: POR UMA ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

*Beatriz Brito De Ferreira Bandeira*¹

A paisagem passa a existir no espaço, a partir do momento em que a definimos como vivemos nela, trabalhamos e a alternamos, preenchendo-a de definições e simbolismos. A paisagem cultural se caracteriza pela percepção e incorporação de relações entre lugares, estruturados por sentimentos humanos, com emoção, podendo esses serem permanentes, movimentados e praticados numa dada área geográfica. Sob as palavras de Tilley, busco a compreender por meios de registros o cenário que compunha a data em que o Galeão Sacramento naufragou, em 1668. Atualmente localizado na Bahia de Todos os Santos, defronte ao baixo Rio Vermelho, nas proximidades do banco de areia S. Antônio. No momento em que ocorre o acidente do naufrágio, toda uma sociedade que estava a bordo tem a sua dinâmica cultural paralisada, tendo seus pertences materiais deixados de serem utilizados. Compreendendo o processo de formação do sítio, e interpretando os vestígios culturais ali depositados, considero seus testemunhos como um elo intermediário entre a cultura lusa e luso-brasileira. Após as perdas das possessões ultramarinas de Portugal para Holanda e Inglaterra nas Índias Orientais, a coroa portuguesa se voltou para as colônias do Atlântico. Para fortalecer seus domínios no ultramar atlântico, surgiu a oportunidade de colonizar. Construiu fortalezas, ergueu paróquias e converteu gentios pagãos em cristãos e implantou regências burocráticas para melhor administrar sua colônia atlântica. Em finais do século XVI, o açúcar se tornara uma especiaria tão importante quanto a pimenta, bem como o boom dos metais preciosos pela Europa, proporcionado pelas explorações das minas de prata de Potosí. Manter um engenho de açúcar não era uma tarefa fácil, era uma economia que demandava muitas despesas e dependia de boas safras. Essas despesas, por sua vez, dependiam de outros comér-

¹ Arqueóloga/ Historiadora Laboratório de Arqueologia de Ambientes Aquáticos
Universidade Federal de Sergipe
E-mail: beatrizbritobandeira@gmail.com.

cios, como o fornecimento de escravos, que se tornara essencial, a partir do século XVII. Eram poucos os donos constantes numa mesma fazenda durar tempo e fizessem parte da regência burocrática por muito tempo. Alguns viam a colônia como lugar para se fazer fortunas e depois retornar à Europa. Fidalgos que buscavam ascensão social iam para colônia e estabeleciam alianças matrimoniais com ricos comerciantes. Já os lavradores, os especialistas na cultura da cana e pequenos comerciantes desenvolveram os monopólios internos e buscaram se ascender internamente. Esses se valiam desde transporte de cana, como plantação de cana e manutenção de gado até que conseguissem montar sua fortuna para se envolver com comércio maior, o dos escravos. A Igreja, ao lado da Coroa, também se beneficiava com terras, engenhos e escravos, quer dizer, “assalariados” e súditos cristãos. Por meio de fontes iconográficas da época e visitação sobre o sítio de naufrágio Galeão Sacramento, verificarei as permanências ainda nos dias de hoje, quando essas podem ser transmutáveis de valores e isso que se define a paisagem cultural.

Palavras-chaves: Paisagem, Rota do açúcar, Sítio de naufrágio

A FEIRA DE CARUARU DO ONTEM PARA O HOJE: SUAS MUDANÇAS NO CONTEXTO DE PAISAGEM CULTURAL

*Kássia Maria Queiroz da Silva*¹
*Jamesson dos Santos Ferreira*²

A Feira de Caruaru é patrimônio cultural imaterial da humanidade desde dezembro de 2006, e considerada a maior feira livre do mundo com existência desde o século XVIII. Surgiu quando o município ainda era fazenda, no entorno da capela de Nossa Senhora da Conceição. Com a chegada da rede ferroviária do Nordeste e mais tarde com a rodoviária de Caruaru, se tornou o polo comercial mais importante da região. Hoje a feira está localizada no Parque 18 de maio em uma área de 40.000 metros quadrados. Ao longo do tempo, a paisagem cultural do município mudou em função do uso e desuso de espaços geográficos. Como o largo da igreja de Nossa Senhora da conceição outrora ainda fazenda, seu cenário muda para barracas de comércio de gado e futuramente inicia povoado, tempos passados esse largo se transforma em um grande cenário de feira livre, posteriormente não comportando mais a feira livre esse espaço passa a ter outro cenário. O trabalho objetiva fazer uma análise do processo de mudança da paisagem cultural da área ocupada pela feira e do entorno, bem como uma análise sociocultural dos grupos envolvidos nesse processo. Desta forma utilizamos fontes documentais históricas e imagéticas, bem como o levantamento, em campo, das mudanças ocorridas no local onde a feira livre de Caruaru surgiu e seus espaços de ocupação ao longo de 200 anos de existência. Os resultados dessa pesquisa indicam qual função do uso desses espaços de ocupação e o contexto sócio cultural de cada etapa de mudança.

Palavras- chave: Arqueologia, Paisagem, Patrimônio Imaterial

¹ Bacharelanda em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: kassiaqueiroz@hotmail.com.

² Bacharelando em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: hairjamese@hotmail.com.

PODER E CONSUMO NO ENGENHO INHAMÃ, LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO, BRASIL

*Vanessa Rodrigues*¹

*Cláudia Oliveira*²

*Amanda Tavares*³

*Jaqueline Lima*⁴

Na Arqueologia Histórica, o estudo da louça identificada nos sítios arqueológicos vem recebendo destaque nas últimas décadas, pois além de se poder falar de sua funcionalidade, pode ser um dos marcadores de status e identificador de hábitos e de consumo de uma sociedade. Esta pesquisa tem por objeto de estudo a louça do Engenho Inhamã, localizado no município de Igarassu, no litoral norte de Pernambuco. Igarassu, Paulista e Abreu e Lima faziam parte da antiga Sesmaria Jaguaribe, doada por Duarte Coelho a Vasco Fernandes em 1540. Procura-se, através desses vestígios, identificar o comportamento de consumo dos moradores do Engenho Inhamã, assim como identificar as origens e os tipos de louças utilizadas. Segundo Lima (1995:129) “os fragmentos de louças são os principais vestígios recuperados e requer uma reflexão sobre os possíveis significados desses artefatos para a sociedade que os incorporou com tanta intensidade à sua vida cotidiana”, assim, realizando a análise tipológica dessa louça pode-se compreender o contexto social onde a mesma encontrava-se inserida. O seu estudo permite identificar o comportamento de consumo e este se reflete nos valores, atitudes e estilos de vida do grupo socioeconômico ao qual cada indivíduo

1 Bacharel em Turismo (DHT – UFPE); Mestranda em Arqueologia (PPARQ-UFPE).
E-mail: vanessrodrigues@hotmail.com.

2 Docente/pesquisador do Depto. de Arqueologia – CFCH – UFPE.
E-mail: olivas@hotlink.com.br.

3 Arqueóloga do Depto. de Arqueologia (CFCH-UFPE).
E-mail: amandact@gmail.com.

4 Bacharel em Arqueologia pelo Depto. de Arqueologia (CFCH-UFPE). E-mail: jaquelinel1@hotmail.com.

pertence. Consumir é uma das maneiras em que as pessoas executam os seus valores (LEVY, 1973: 410 *apud* HENRY, 1987: 362), assim o poder do grupo pode ser revelado através das louças. Questiona-se, portanto, nesta pesquisa, se as louças utilizadas no engenho Inhamã possuíam uma função apenas utilitária ou serviram também como marcadores de status social. Para seu estudo, foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, artigos e revistas científicas. A sua análise seguiu os critérios definidos por Symansky (1998) e Tocchetto (2001), onde foram identificados os tipos, conforme as distinções da pasta, as técnicas, os padrões decorativos, os motivos ou cenas, e a morfologia. Busca-se, portanto, através desse vestígio, a compreensão das relações sociais, econômicas e culturais que permearam esse contexto (TOCCHETTO, 2010; SOUZA, 1995; SYMANSKI, 2009; FUNARI 1995; 1999; ALLEN, 1998; 2000; 2006 *apud* BARBOSA, p. 16, 2012). Essa pesquisa faz parte do projeto *Os Primeiros Engenhos Coloniais da Sesmaria Jaguaribe – PE*, que tem por objetivo geral resgatar a história dos engenhos Jaguaribe e Inhamã e estudar a ocupação de grupos ceramistas no litoral norte de Pernambuco.

Palavras-chave: Engenho Inhamã, Estudo das louças, Comportamento de consumo

FORTE SÃO TIAGO DAS CINCO PONTAS: UMA FORMA DE CONTAR A HISTÓRIA DO RECIFE

*Carla Martins do Nascimento*¹

*Profa. Dra. Maria do Carmo C. Dias Costa*²

O Forte São Tiago das Cinco Pontas é uma das edificações do século XVII tombadas como Patrimônio Cultural do Recife, por estar diretamente relacionada com história do estado de Pernambuco, principalmente no que diz respeito à proteção do seu espaço físico. Com o objetivo de promover a educação patrimonial de crianças entre 7 a 13 anos, foram promovidos minicursos de educação patrimonial, onde a história do Forte São Tiago das Cinco Pontas foi utilizada para divulgação da sua própria importância histórica e para contar a história do Recife. A metodologia incluiu a elaboração de material didático específico para o suporte aos minicursos, tanto nas aulas teóricas como nas oficinas. Para tanto, foram criados recursos visuais com personagens infantis que ilustraram os slides das aulas teóricas e uma linguagem simples e acessível às crianças, buscou integrá-las ao contexto histórico que estava sendo repassado. Para as oficinas, foram criados jogos de tabuleiros, jogos da memória e uma escavação arqueológica simulada como dinâmicas para promover a fixação dos conteúdos. Os resultados indicaram que despertar o interesse das crianças pelo estudo dos patrimônios culturais não é algo fácil e demanda criatividade e estímulos constantes da curiosidade como forma para manutenção do interesse. A utilização de jogos como recurso didático nas oficinas, foi fundamental para prender a atenção das crianças estimular sua participação ativa nas atividades propostas e garantir a assimilação dos conceitos. Para avaliação do curso, foram elaborados questionários onde foram avaliados: o grau de satisfação com o curso, a satisfação em participar dos jogos e dinâmicas nas oficinas, a atuação dos monitores, o desejo de indicar o curso para outros colegas e de serem informados sobre novos cursos de

1 Bolsista FACEPE no Museu de Arqueologia da UNICAP.

2 Coordenadora do Museu de Arqueologia da UNICAP (orientadora).

educação patrimonial. A análise dos questionários mostrou que: mais de 50% das crianças ficaram satisfeitas com o curso, aprovaram a escolha do tema, os jogos e a dinâmica de grupo utilizadas nas oficinas, atuação dos monitores e a intenção de indicar o curso a outros colegas. Conclui-se, portanto, que a utilização do Forte das Cinco Pontas como ferramenta de ensino e educação patrimonial mostrou-se eficiente e permitiu a participação das crianças ativamente no processo ensino aprendizagem. A criação de diversas estratégias para repasse do conteúdo foi fundamental, tendo em vista que a amplitude da faixa etária do público alvo de 7 a 13 anos, dificultou a manutenção do interesse e participação das crianças mais novas, sugerindo que a redução da faixa etária para 10 a 13 anos promoverá melhores resultados e facilitará a manutenção do interesse das crianças.

Palavras-chave: Educação patrimonial, Forte das Cinco Pontas, Patrimônio cultural

CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL RECIFENSE COMO FERRAMENTA DE ENSINO

*Poliana Pinheiro*¹

*Profa. Dra. Maria do Carmo C. Dias Costa*²

Partindo do princípio de que “é preciso conhecer para preservar”, o Museu de Arqueologia da UNICAP objetivou levar ao público estudantil conceitos e características do Patrimônio Cultural Recifense, através de ações pedagógicas adequadas à educação patrimonial de crianças entre 7 a 13 anos. A metodologia incluiu aulas teóricas de 30 minutos e oficinas com práticas de grupo, através das quais os conteúdos foram fixados. Tanto nas aulas como nas oficinas, optou-se por uma linguagem lúdica como estratégia para manter a curiosidade e o interesse dos alunos, durante todo o curso. As aulas contaram com personagens infantis que dialogavam entre si sobre conceitos e classificação dos Patrimônios Culturais. Durante as oficinas, foram utilizados jogos de tabuleiro, jogos associativos da memória e dinâmicas de grupo com perguntas e respostas, visando à fixação dos conceitos trabalhados. Para avaliação do curso, as crianças responderam sobre: sua satisfação em conhecer os Patrimônios Culturais do Recife; a qualidade dos jogos utilizados nas oficinas; sua compreensão do tema; a participação dos monitores; a duração do curso (5 dias); a pretensão de indicar o curso para os seus colegas e se gostariam de ser avisados sobre outros cursos. Os resultados mostram que: 62% dos alunos acharam excelente ter conhecido os Espaços Culturais; 38% dos alunos acharam excelente os jogos e atividades utilizados nas oficinas, 54% acharam bom e 8% acharam razoável; 54% dos alunos acharam que sua compreensão do conteúdo foi excelente, 38% acharam que sua compreensão foi boa e 8% que sua compreensão foi razoável; 77% dos alunos acharam excelente o desempenho dos monitores, 15% acharam bom e 8% acharam razoável; a duração do curso foi considerada por 69% dos alunos como

¹ Estagiária do Museu de Arqueologia da UNICAP.

² Coordenadora do Museu de Arqueologia da UNICAP (orientadora).

excelente e 31% considerou a duração do curso boa; 77% responderam que indicariam o curso a seus colegas; quando perguntados se gostariam de ser avisados sobre outros cursos, 77% responderam que sim. Conclui-se que a utilização Patrimônio Cultural como ferramenta para o desenvolvimento de ações educativas voltadas a educação patrimonial de crianças é um desafio, pela dificuldade de promover o interesse pelo tema. Portanto, a linguagem lúdica e as estratégias de dinâmica de grupo adotadas foram essenciais para o sucesso na obtenção do objetivo de divulgar e estimular a preservação patrimonial.

Palavras-chave: Educação patrimonial, História do Recife, Patrimônio cultural do Recife

PALÁCIO DA SOLEDADE: DE SEDE DA REVOLUÇÃO DE 1817 À CÉLULA DE ORIGEM DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

*Saulo Coutinho Valença Filho*¹

*Profa. Dra. Maria do Carmo C. Dias Costa*²

O Palácio da Soledade, situado na rua Oliveira Lima, 824, no bairro da Boa Vista, Recife, tem sua história atrelada a fatos relevantes que determinaram a vida política e social do Estado de Pernambuco, tornando-se um importante Patrimônio Cultural da nossa cidade. O presente estudo teve por objetivo levar ao público estudantil o conhecimento da sua história e da sua importância para a evolução cultural e educativa do estado. A metodologia incluiu palestras, aulas temáticas e oficinas oferecidas a crianças, jovens e adultos, sendo a linguagem adaptada a cada público específico. Para as crianças, foram elaboradas aulas com personagens infantis que dialogam entre si, em uma linguagem lúdica para garantir a concentração e o interesse dos alunos. Para jovens e adultos, foram elaboradas palestras nas quais a história da edificação, envolvendo aspectos arquitetônicos e as diversas formas de sua utilização, ao longo do tempo, foram relacionadas a fatos históricos marcantes que deixam claro a importância da sua preservação para manter viva a própria história da expansão cultural do Recife. A exemplo disso, destacam-se sua utilização como sede do governo revolucionário de 1817, a fundação do Colégio Nobrega em suas dependências, em 1917 e para criação da Faculdade de Filosofia Manoel da Nobrega, em 1942, que por sua vez originou a Universidade Católica de Pernambuco. Hoje, o Palácio é também sede do Museu de Arqueologia da UNICAP, que atende aproximadamente 3000 estudantes/ano, mantendo permanente intercâmbio entre a UNICAP e as escolas públicas e privadas do Recife e Grande Recife. Os resultados de minicursos e palestra oferecidos sobre o tema mostrou que a escolha do Palácio da Soledade como ferramenta para

1 Bolsista FACEPE do Museu de Arqueologia da UNICAP.

2 Coordenadora do Museu de Arqueologia da UNICAP (orientadora).

educação patrimonial foi satisfatória e eficiente para levar crianças, jovens e adultos, a refletirem sobre a história do Recife, através do conhecimento de seus patrimônios culturais. Conclui-se, portanto, que a educação patrimonial pode e deve ser explorada como ferramenta para despertar o interesse pelo conhecimento da história do Recife e do Estado, além de estimular o sentido de preservação.

Palavras-chave: Palácio da Soledade, Educação patrimonial, História do Recife

Apoio Financeiro: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)

PERNAMBUCO HOLANDÊS: OS TIJOLOS DE FRÍSIA E A CONSTRUÇÃO DO RECIFE NO SÉCULO XVII

*João Carlos Berenguer Correia*¹

*Prof^a Dr^a Cláudia Alves de Oliveira*²

*Prof^a Maria Vera Lúcia Menelau de Mesquita*³

Esta pesquisa teve início com a escavação do Sítio Arqueológico Polo Paço Alfândega localizado no bairro do Recife Antigo, onde foram coletados vários exemplares dos chamados Tijolos de Frísia, então importados durante o período nassoviano para as edificações, uma vez que a matéria-prima para a confecção de tijolos era quase inexistente nas proximidades do Recife (GOUVÊA, 2008). Além da importação, os neerlandeses utilizaram-se de materiais reaproveitados, como as pedras oriundas da Olinda Incendiada e também trazidas da Ilha de Fernando de Noronha, então utilizada como pouso para reabilitação dos soldados enfermos (MELLO, 1947). Inicialmente foi realizado um levantamento dos vestígios encontrados através das escavações arqueológicas ali realizadas, seguida de um balanço bibliográfico sobre o tema em questão; posteriormente os tijolos foram limpos e depois enumerados de acordo com os mesmos métodos utilizados nos outros materiais de olaria (CALDARELLI, 2003). Após este processo foi observada a coloração do antiplástico e quando possível a adição de componentes como areia, esterco ou gramíneas para garantir maior resistência. Também foram observados os processos de queima que em muitos tijolos de produção nacional apresentavam incompletude da mesma por se tratar de uma produção artesanal. O conhecimento destas medidas deve-se, principalmente, as cartas enviadas pelo Conde Maurício de Nassau à Compa-

1 Professor Graduado em História/UFPE
E-mail: joaoc1201@gmail.com.

2 Departamento de Arqueologia UFPE.
E-mail: olivas@hotmail.com.br.

3 Coordenadora de Campo do projeto.
E-mail: veramenelau@hotmail.com.br.

nhia dos XIX e aos achados arqueológicos. Este projeto tem por objetivo estudar, através dos vestígios arqueológicos resgatados, a escassez dos materiais construtivos e as medidas tomadas para supri-la, caracterizando o Pernambuco Holandês edificado no século XVII e relacionando-o a nossa contemporaneidade. Objetiva-se também avaliar se os lucros obtidos pela Companhia dos XIX eram relevantes o bastante para tornar viável tal empreendimento e quais eram suas reais intenções com relação à Colônia.

Palavras-Chave: Pernambuco, Holandês, Tijolos

SÍTIO ENGENHO DO MEIO: UMA PROPOSTA DE CONSERVAÇÃO ARQUEOLÓGICA PARA O ACERVO DE NATUREZA INORGÂNICA PROVENIENTE DA PESQUISA ARQUEOLÓGICA

Celyne R. Brito dos Santos Davoglio,¹

O sítio Engenho do Meio localiza-se na Cidade Universitária, no município de Recife-PE, e foi escavado no fim do séc. XX, e registrado como Sítio Arqueológico em 1999. Este é caracterizado como um Sítio arqueológico histórico com níveis de ocupação, que vão desde o período do contato entre nativos e portugueses, até a estrutura de moradias do século XIX, segundo seu cadastro no SGPA, Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico monitorado pelo Instituto do patrimônio artístico e Nacional, IPHAN. Este sítio é um importante testemunho do período em que os engenhos de açúcar predominavam em influência social, econômica e política no estado, dotado de significância, tanto para a arqueologia quanto para a comunidade local, e para a própria Universidade que abriga os remanescentes do Engenho Do Meio. Os vestígios resgatados na intervenção arqueológica foram postos sob guarda da UFPE e estão disponíveis para análise no Núcleo de estudos Arqueológicos – NEA. São vestígios de natureza inorgânica como vidro, louça, cerâmica e ferro. O objetivo deste trabalho é trazer uma proposta de intervenção prática e funcional para a conservação destes vestígios, levando em consideração que o foco principal da conservação deverá sempre prolongar, pelo máximo de tempo possível e dentro dos limites éticos, a herança do passado. Através dos métodos indicados em arqueologia de campo e laboratório e também através dos métodos adotados pela ciência da conservação, buscaremos compor um protocolo de procedimentos para sua conservação. Esta medida justifica, pois o acervo arqueológico além de ter grande valor como patrimônio arqueológico e cultural, também é objeto de pesquisa arqueológica até os dias atuais. Segundo a perspectiva da conservação arqueológica nos dias atuais, não só a macro estrutura dos vestígios, mas como também a sua micro es-

¹ Discente Bacharelado Arqueologia UFPE.

estrutura deve ser preservada, para que haja uma interpretação correta do próprio vestígio, quando este for amostrado em análises arqueométricas. A preservação do acervo arqueológico ajudará as pesquisas sobre a produção e uso dos artefatos, e assim possibilitará uma discussão mais abrangente sobre a materialidade das pessoas que viveram e trabalharam no engenho. Com isso espera-se trazer dados a serem compartilhados não só pela arqueologia histórica como também por diversas áreas, como história, ciências sociais, antropologia e museologia, promovendo assim a compreensão deste passado como um todo, através do testemunho do próprio material/ vestígio preservado.

Palavras-chave: Conservação arqueológica, Engenho do Meio, Materiais inorgânicos

<i>Título</i>	Arqueologia de Engenhos Volume 2 - Tecnologias, Produção e Consumo
<i>Organizadores</i>	Cláudia Oliveira Neuvânia Cutti Guethi Scott J Allen
<i>Projeto Gráfico/Capa</i>	Regianne Andrade
<i>Revisão de Texto</i>	Osvaldo Cesar
<i>Formato</i>	15,5 x 22,0 cm
<i>Fontes</i>	IBM Plex Serif, Merriweather
<i>Papel</i>	Offset 75g/m ² (miolo) Triplex 250 g/m ² (capa)
<i>Tiragem</i>	200 exemplares - 2017
<i>Impressão e Acabamento</i>	CEPE

Com o foco na figura dos engenhos de açúcar no Brasil e em outras partes do mundo, os organizadores desta publicação, Claudia Oliveira, Neuvânia Cutti Guethi e Scott Allen, professores da Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, apresentam uma substancial e variada coletânea de artigos que, com diferentes abordagens, tratam sobre engenhos açucareiros, em suas múltiplas modalidades de funcionamento.

Era esperada e é bem recebida no Brasil uma compilação de textos como esta, com perspectivas diferentes, que pudesse penetrar no universo dessa poderosa instituição, chamada engenho, sempre presente na história do país, desde as primeiras instalações do século XVI. Por serem os engenhos e, obviamente, sua produção, um dos eixos basilares da economia da colônia brasileira e do império e, portanto, tema de grande complexidade, a seleção de escritos abre-se, necessariamente, a assuntos diversos, com ênfase nos aspectos sócio-históricos, apresentados por quem trabalha nos campos da Arqueologia, História, Medicina, Bioantropologia e Arquitetura.

A obra foi dividida em três conjuntos criteriosamente divididos pelos conteúdos abordados, sendo que os dois primeiros são específicos sobre a produção açucareira. O Volume I trata das “Paisagens e pessoas”, ou seja, sobre cenários e atores no mundo dos canaviais. Os artigos do Volume II centra-se no tema “Tecnologias, produção e consumo”, expondo a cadeia operativa e tomando como ponto de partida exemplos nordestinos. Já o Volume III, um pouco mais aberto, chamado “Arqueologia e preservação do patrimônio cultural de Pernambuco”, contém diferentes estudos de casos em que se analisam situações arqueológicas, que aludem sempre à presença de um engenho e o seu território.

Por fim, deve ser ressaltado que esta coleção de artigos tem sido concebida, pela Profa. Claudia Oliveira, com o propósito de iniciar uma linha de publicações que aborde o tema dos engenhos, abrindo um novo campo bibliográfico especializado que atende, não somente a arqueólogos, mas também a outros cientistas de áreas afins. Com estes três volumes, a série Arqueologia de Engenhos está prestigiosamente iniciada.

Prof. Dr. Carlos Etchevarne

Dep. Antropologia /

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas -

Universidade Federal da Bahia

ISBN 978-85-415-0952-7



9 788541 509527